



**Universidade Federal do Pará**  
**Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural**  
**Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental**  
**Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas**

**Jacirene da Silva Queiroz**

**Ecoturismo de Base Comunitária na Amazônia Oriental: O caso do  
Instituto Tapiaim em Curuçá – PA.**

Belém  
2011

**Jacirene da Silva Queiroz**

**Ecoturismo de Base Comunitária na Amazônia Oriental: O caso do Instituto Tapiaim em Curuçá – PA.**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Orientador Prof Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra.  
Co-Orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria Goretti da CostaTavares.

Belém  
2011

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) –  
Biblioteca Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural / UFPA, Belém-PA**

---

Queiroz, Jacirene da Silva

Ecoturismo de Base Comunitária na Amazônia Oriental: o caso do Instituto Tapiaim em Curuçá – PA / Jacirene da Silva Queiroz; orientadores, Gutemberg Armando Diniz Guerra, Maria Goretti da Costa Tavares – 2011.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2011.

1. Agricultura familiar – Curuçá (PA). 2. Ecoturismo – Curuçá (PA). 3. Desenvolvimento sustentável - Curuçá (PA). I Título.

**Jacirene da Silva Queiroz**

**Ecoturismo de Base Comunitária na Amazônia Oriental: O caso do Instituto Tapiaim em Curuçá – PA.**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Orientador Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra.  
Co-Orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria Goretti da Costa Tavares.

Data da aprovação. Belém - PA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Banca Examinadora**

---

Gutemberg Armando Diniz Guerra  
Prof. Dr . UFPA/ PPGAA

---

Marcelino de Souza  
Prof. Dr UFRGS/PPGDR

---

Silvia Helena Ribeiro Cruz  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> UFPA

---

Maria Goretti da Costa Tavares  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> UFPA/PPGG

A Jesus de Nazaré,  
Janio e Jhonatan amores e  
companheiros

## **AGRADECIMENTOS**

À Universidade Federal do Pará e Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio institucional e financeiro na concretização de um sonho.

Ao meu orientador Prof. Gutemberg Armando Diniz Guerra, pela orientação competente, conhecimento transmitido, dedicação, conselhos, críticas, mas principalmente, pelo apoio e companhia no momento em que eu mais precisei. Você é para mim, um mestre por excelência.

A minha co-orientadora Profa. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares pelas observações pertinentes e esclarecedoras, sua dedicação, pontualidade, enfim sua competente orientação.

À Profa. Dra. Maria de Nazaré Angelo Menezes, por sua contribuição na primeira fase da pesquisa quando me permitiu escolher o Turismo de Base Comunitária como objeto de estudo nesse Mestrado.

A Vera Fadul por sua competente e valiosa contribuição referente regras da ABNT. A todos os Professores do Curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável por seus conhecimentos transmitidos, por suas vivências compartilhadas e pela forma especial com que trataram a turma 2009, da qual eu faço parte.

A João Meirelles, presidente do Instituto Peabiru. A Gabriela Fontoura, da Estação Gabiraba; ao Instituto Tapiaim. Aos secretários municipais de Cultura e Turismo, de Agricultura e de Meio Ambiente de Curuçá. Aos pescadores e agricultores familiares de Curuçá; a todos que cooperaram para a realização desse trabalho, minha gratidão e respeito.

A todos os meus colegas da turma 2009, os quais cooperaram, cada um à sua maneira, para que os momentos difíceis não tirassem o brilho de nossos objetivos de estar ali. Nossa convivência foi a fonte de onde, em alguns momentos, obtive forças para continuar. E a relação construída e que permanece, com raras exceções, tem mostrado que o sentimento que nos une está para além dos muros da instituição, é para toda vida.

A minha amiga de fé, irmã camarada Clarissa Santos. Sua alegria, companheirismo, serenidade tornaram meus dias mais leves e felizes. Meu respeito e amor pelo ser humano lindo que você é.

A minha amiga Daniele Wagner, por sua meiguice, determinação e bom humor. A Ketiane Alves por sua irreverência e alegria. A José Sacramento (Zeca) que apesar das perdas nesse período, mostrou que o “tô de boa” é um fato em sua vida.

Ao meu avô João Bezerra (*in memorian*) por seu amor na lida com a terra. Talvez seu trabalho na agricultura tenha me guiado para esse caminho no qual me encontro e, hoje, eu perceba isso muito claramente. As lembranças de sua “dispensa” sempre cheia de produtos colhidos de sua roça, da fartura que isso representava para mim em minha infância são fatos que eu nunca esquecerei. Todo meu amor e respeito pelo avô lindo e inesquecível que você foi.

A minha vovó Josefa Leite (*in memorian*) minha referência de amor na infância sempre foi você. Seu amor foi um oásis do qual eu não esquecerei jamais. O seu quintal repleto de criação e de ervas para a cura de nossas dores permeia minha memória e a saudade é o transporte que me leva para perto de você. Minha admiração pela mulher forte que me fez sonhar.

Aos meus Pais Sebastião Bezerra e Raimunda Navegantes por todo esforço empreendido para a formação da pessoa que escreve. Minha eterna gratidão por tudo. E aos meus irmãos e irmãs, pela força e compreensão que cada um, a sua maneira me tem ajudado.

A Jacó meu irmão companheiro, por seu amor e lealdade. A Sebastiana Queiroz, a sogra que sempre me apoiou e me ajudou nessa jornada. A minhas cunhadas, especialmente Anne Patrícia pelo apoio e torcida.

Às amigas Márcia du Bois, Elza Queiroz, Susanna Neleman, Taís Xavier, Silvaneide Queiroz, Gisele Ferreira, Edonita Paiva, cada uma, dentro da sua especificidade é importante demais para mim, vocês tornam minha existência muito mais interessante.

“Nossa concepção de desenvolvimento do turismo é sustentado nos valores de solidariedade, de cooperação, respeito pela vida, conservação e aproveitamento sustentável dos ecossistemas e da diversidade biológica que estes englobam. Conseqüentemente, nós somos contra qualquer desenvolvimento do turismo em nossos territórios que prejudique nossos povos, sua cultura e o meio ambiente”.

“Nós esperamos que nossas comunidades possam prosperar e viver com dignidade, melhorando as condições de vida e de trabalho de seus membros. O turismo pode contribuir na concretização desta aspiração na medida em que fizermos dele uma atividade socialmente solidária, ambientalmente responsável, culturalmente enriquecedora e economicamente viável. Com esta finalidade exigimos uma distribuição justa dos benefícios que gera o turismo entre todos os atores que participam de seu desenvolvimento”.

*Declaração de San José sobre o Turismo Rural  
Comunitário Arts. 1 e 2 (MALDONADO, p, 30, 2009*



## RESUMO

Apresentar o resultado de um Estudo de Caso realizado no município de Curuçá, na Microrregião do Salgado, na região do Nordeste Paraense que culminou na construção da dissertação para a defesa do título de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, pelo Núcleo de Ciências Agrárias – UFPA, em março de 2011. Neste Estudo observou-se a experiência de um grupo de moradores de Curuçá – PA, filhos de agricultores familiares, pescadores e educadores locais, que formaram uma organização, o Instituto Tapiaim, para trabalhar o Ecoturismo de Base Comunitária (EBC) dentro de uma Unidade de Conservação, a Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá. Como resultado desta ação, este grupo tem sido o responsável, naquele município, pelo receptivo de grupos de turistas estrangeiros, desde sua fundação em Abril de 2008. Nesse sentido, estudar o TBC que vem sendo desenvolvido pelo Instituto Tapiaim em Curuçá, perpassa por esta perspectiva, de analisar a experiência de EBC enquanto estratégia de reprodução social e desenvolvimento local pelos integrantes do Tapiaim e demais atores sociais, políticos e institucionais envolvidos nessa experiência. Identificar os principais agentes na atividade turística em Curuçá e descrever a relação deles com o Instituto Tapiaim. Verificar como é articulada a participação das comunidades nos roteiros turísticos; Compreender como se processa a distribuição dos ganhos financeiros pela atividade turística e: Avaliar até que ponto o EBC se constituiu como estratégia para a permanência dos jovens no local. Como resultado verificou-se esta atividade não tem sido suficiente para manter esses moradores, os quais são na maioria jovens, pois o ganho com a atividade turística, devido haver um espaçamento das visitas de turistas para aquele roteiro. Constatou-se ainda que este grupo não tem parceria com nenhuma instituição pública e privada de Curuçá, apenas com duas operadoras de turismo, a Estação Gabiraba, de Belém, e a Turismo Consciente, de São Paulo, além da Rede de Turismo Solidário, a TURISOL fato que dificulta várias ações dentro do município. Também que o roteiro elaborado pelo Instituto Tapiaim alcança quatro povoados de Curuçá: Muriazinho, Pedras Grandes, Recreio e Praia da Romana, no entanto, devido à falta de capacitação profissional na área da hospitalidade, assim como da carência de infra-estrutura básica nos povoados citados, a participação dos moradores no roteiro do Instituto ainda é incipiente, desde modo, o protagonismo local, a cooperação e o empreendedorismo local que são princípios norteadores nessa forma de turismo não estão sendo observado nessa experiência, neste caso faz-se as seguintes perguntas: este turismo trabalhado pelo Instituto Tapiaim se enquadra no que foi descrito como de base comunitária? Ou mesmo diante das fragilidades apresentadas poderia ser considerada de base comunitária por esta ter sido uma iniciativa dos moradores locais, já que o grupo cria e organiza o roteiro, isto é, o receptivo local. Ou até onde uma iniciativa de turismo idealizada por um grupo de filhos de agricultores familiares e pescadores artesanais deixa de ser de base comunitária por não se enquadrar em alguns princípios do TBC como, por exemplo, a participação dos comunitários e a oferta de hospitalidade. Até onde esta iniciativa poderia ser desconsiderada como tal? Não seria também interessante levar em consideração essa experiência desenvolvida em uma Unidade de Conservação (RESEX Mãe Grande de Curuçá), na amazônica, região que necessita de iniciativas que levem em consideração a preservação da natureza e a inclusão social da população autóctone.

**Palavras Chave:** Agricultura Familiar. Turismo de Base Comunitária. Participação. Desenvolvimento.

## ABSTRACT

To present the result of a study case held in Curuçá in the micro region of Salgado in the northeast of the state of Pará that build up the dissertation paper for the master degree on Family Agriculture and Sustainable Development beyond the Núcleo de Ciências Agrárias – UFPA, march 2011. In this study it was observed the experience of a group of residents in Curuçá – Pará agricultural workers' families, fishermen and educators who created an organization named Tapiaim, to work with Base Community Ecotourism ( BCE) inside an Unity of Conservation, Resex Marinha Mãe Grande of Curuçá. As a result of this action, this group became responsible, since its opening in April 2008, in that municipality, for welcoming and escort groups of tourists from abroad,. In this sense, studying the Base Community Tourism (BCT) that has been developed by Tapiaim Institute “perpassa” through this perspective of analyzing the experience of BCE as a strategy of social reproduction and local development by those who take part in the Tapiaim and other social actors, politics, and institutional involved in this experience. Identifying the main agents in the touristic activities in Curuçá and describe the relation between them and the Tapiaim Institute; verifying how the participation of the communities is articulated on the tourist tour ; understand how the distribution of profits has been done , concerning touristic activities and evaluate on until where the BCE is really an strategy to keep the young people in their hometown. As a result, it was seen that this activity is not enough to keep the residents in their native place, who are young in their great majority, because the tourists rarely accept or agree with that option. It was seen that the group does not have any partnership with a public or private institution in Curuçá, only with two tour operators: Estação Gabiraba, from Belém and Turismo Consciente from São Paulo, besides the Solidary Tour Network, the Turisol , so this problem makes it difficult to manage actions in the municipality . And also the tourist tour created by Tapiaim Institute reaches four small villages in Curuçá: Muriazinho, Pedras Grandes, Recreio and Praia da Romana. Nevertheless, because of the lack of professional capacitating in the hospitality field as well as the lack of basic infra-structure in the villages mentioned above, the participation of the residents in that tourist tour of the Institute is incipient, this way ,the local protagonism, the cooperation and local entrepreneurship that are principles that guide this way of tourism are not being observed in this experience. The questions are: Is this kind of tourism, done by Tapiaim , really the one considered as community base? Or even under the circumstances, fragilities showed above could be considered as community base because it was an initiative of the local residents, considering that the group creates and organizes the tourist tours, this is , the local receptive tour.Or even until where a tourist initiative, idealized by a group of agricultural families and fishermen is not of community base for not keeping the patterns and principles of Base Community Tourism as, for example, the participation of the community and the hospitability offer. Until where, this initiative could not be considered? Would not be also interesting to take into consideration this experience developed in a Unity of Conservation ( Resex Mãe Grande de Curuçá) in the amazon region, that needs this kind of initiative taking into consideration the nature preservation and social inclusion of the autochthones population.

**KEYWORDS:** Family Farming;, *Base Community Tourism, participation, development*

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Mapa 01 Mapa da localização do município de Curuçá, Nordeste Paraense.....	28
Mapa 02 Mapa da RESEX Mãe Grande de Curuçá.....	29
Mapa 03 Mapa da configuração física de Curuçá e seus povoados.....	32
Mapa 04 Mapa de Curuçá destacando as comunidades onde foi realizada a pesquisa.....	33
Foto 01 Pousada Espadarte, praia da Romana.....	39
Foto 02 Igarapé em Muriazinho.....	74
Foto 03 Trilha em Muriazinho.....	75
Foto 04 Povoado de Recreio ao fundo, pela Boa Vista do Muriá.....	79
Foto 05 Trilha em Recreio.....	81
Foto 06 Igarapé da Passagem, em Recreio.....	81
Foto 07 Vista de Pedras Grandes a partir do Porto do Abade.....	84
Foto 08 Uma das paisagens da praia da Romana.....	86
Foto 09 Barracas de comidas típicas no festival de folclore de Curuçá.....	95
Foto 10 Barraca do suco, no Festival no.....	96
Foto 11 Estrutura da Casa da Cultura no.....	96
Foto 12: Casa da Farinha no Festival de Folclore de Curuçá.....	96
Foto 13 Mudanças de hortaliças e plantas que são cultivadas em Curuçá.....	97
Foto 14: Produtos preparados com o bacuri.....	97
Foto 15 Alguns Integrantes do Instituto Tapiaim.....	105
Figura 01 Estrutura administrativa organizacional do Instituto Tapiaim.....	107
Quadro 01 Pólos e Povoados de Curuçá.....	31
Quadro 02 Políticas públicas de turismo no Brasil – velhos e novos paradigmas.....	44
Quadro 03 Pólos de turismo definidos pelos Estados da Amazônia.....	53
Quadro 04 Perfil dos Integrantes do Instituto Tapiaim.....	106

Quadro 05 Profissões dos pais dos integrantes do Tapiaim.....	107
Quadro 06 Histórico do receptivo resultante da parceria Estação Gabiraba/Tapiaim.....	110
Quadro 07 Ganho individual com a atividade turística desde setembro 2008.....	111
Quadro 08 Análise individual das expectativas e do ganho real com o TBC em Curuçá.....	112
Quadro 09 Avaliação sobre a socialização da comunicação.....	114
Quadro 10 Percepção quanto a participação dos moradores nas comunidades visitadas.....	114
Quadro 11 Conhecimento relacionado ao valor deixado nas comunidades visitadas.....	115
Quadro 12 Percepção a respeito da parceria público local.....	116
Quadro 13 Análise referente ao tempo das visitas e a percepção do grupo em relação a este espaçamento.....	118
Quadro 14 Visão dos integrantes do Tapiaim sobre o Instituto em médio prazo.....	119

## **LISTA DE SIGLAS**

ACANPA – Associação Agropecuária Agricultura Colônia Andiráas.

ACS - Agentes Comunitários de Saúde

APA - Área de Proteção Ambiental

ATAC - Associação de Transporte Alternativo de Curuçá

AUREMAG - Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá

BASA - Banco da Amazônia

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Mundial

CNTur - Conselho Nacional de Turismo

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DLIS - Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável

EBC – Ecoturismo de Base Comunitária

EMATER - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR - Empresa Brasileira e Turismo

FETAGRI - Federação de Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura do Estado do Pará

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FINAM - Fundo de Investimento da Amazônia

FINOR - Fundo de Investimento do Nordeste

FISSET - Fundo de Investimento Setorial

FITA - Feira de Turismo da Amazônia

FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

FUNGETUR - Fundo Geral de Turismo

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio - Instituto Chico Mendes da Biodiversidade

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IFPA - Instituto Federal do Pará

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IUOTO - União Internacional das Organizações Oficiais de Viagens

MTur – Ministério do Turismo

OMT - Organização Mundial de Turismo

ONGs - Organizações Não Governamentais

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PARATUR - Companhia Paraense de Turismo

PDA - Plano de Desenvolvimento para a Amazônia

PLANTUR - Plano Nacional de Turismo

PNMT - Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PRODETUR - Programa de Desenvolvimento do Turismo

PROECOTUR - Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal

PRT – Programa de Regionalização do Turismo

PSF - Postos de Saúde da Família

RESEX - Reserva Extrativista

SAAE - Sistema Autônomo de Água e Esgoto

SEBRAE - Serviço de Apoio a Pequenas e Micros Empresas

SEDEPE - Superintendência de Desenvolvimento da Pesca

SINTRAFE - Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar

STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Curuçá

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TBC - Turismo de Base Comunitária

TURISOL - Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário

UC - Unidade de Conservação

UFPA - Universidade Federal do Pará

VEM - Vem Encontrando Marajó

WWF – World Wide for Nature

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 DISCUSSÃO METODOLÓGICA.....	17
1.2 ESCOLHIDA ÁREA DE ESTUDO.....	26
2 O TURISMO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS.....	42
2.1 OS PLANOS E PROGRAMAS DE TURISMO NO BRASIL.....	42
2.2 O TURISMO NO CONTEXTO AMAZÔNICO.....	51
2.3 O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.....	55
3 A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA PELA PARTICIPAÇÃO.....	62
3.1 CONCEITOS E PREMISSAS FUNDAMENTAIS.....	62
3.2 OBSTÁCULOS E VANTAGENS DA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE DECISÃO.....	69
3.3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA (TBC) E ATORES LOCAIS: PARTICIPAÇÃO DE QUEM?.....	73
3.3.1 O TBC em Muriazinho.....	74
3.3.2 O TBC no Povoado de Recreio.....	79
3.3.3 O TBC em Pedras Grandes.....	83
3.3.4 O TBC na Praia da Romana.....	86
4 ESTUDO DE CASO: ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA AMAZÔNIA ORIENTAL: O CASO DO INSTITUTO TAPIAIM EM CURUÇÁ - PA.....	90
4.1 O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO ESTADO DO PARÁ.....	90
4.2 ASPECTOS ESTRUTURAIS E TURÍSTICOS DE CURUÇÁ.....	92
4.2.1 O Instituto Peabiru e sua atuação em Curuçá.....	102
4.2.2 O Instituto Tapiaim, trajetória e atuação .....	103
4.2.3 O Instituto Tapiaim e EBC: uma relação de sucesso.....	108

4.2.4 O desenvolvimento local tem sido alcançado através da experiência do EBC pelo Tapiaim.....	120
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
REFERENCIAS BIBLIOGRÉFICAS.....	134
APÊNDICES.....	142



## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de uma trajetória que se inicia no curso de formação técnica na área de turismo e hospitalidade, no Centro Federal de Educação Tecnológica (2002-2004) atualmente, Instituto Federal do Pará – IFPA. Nas visitas técnicas promovidas pelo curso aos municípios do Estado, percebi que gostaria de trabalhar o turismo em comunidades, principalmente aquelas ligadas ao litoral e/ou ilhas. Nessas visitas, apreendi que existem muitos lugares com potencial turístico, porém, ainda suas populações não têm meios para desenvolvê-los e, a partir deles, dinamizar seus territórios de maneira a atingir melhores condições de vida.

Em andamento a esse processo, tentei e consegui uma vaga no curso de graduação em Turismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA) em 2003. Nesse curso, minhas convicções em relação a trabalhar turismo com as comunidades desse Estado foram confirmadas e meu trabalho de conclusão de curso foi realizado numa ilha da região metropolitana de Belém, a ilha de Caratateua. Minha pesquisa procurou responder quais mudanças haviam ocorrido naquele espaço na área do ecoturismo e da educação ambiental, após dez anos de implantação da Escola Bosque Eidorfe Moreira.

Trabalhei em um Programa de pesquisa e extensão da UFPA chamado Campus Flutuante que tem por objetivo levar a produção acadêmica ao encontro de comunidades e, por meio deste tive oportunidade de realizar trabalhos em ilhas da região metropolitana de Belém como Combú, Cotijuba, Ilha das Onças, e também no arquipélago do Marajó. Essas viagens e as situações, cenários, paisagens que observava, só aumentavam meu desejo de trabalhar o turismo no espaço rural.

Depois de tentar uma vaga no mestrado de um programa aqui da UFPA e não passar soube da existência do Núcleo de Ciências Agrárias. Lendo sobre o programa, me interessei pelo curso de Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, especificamente pela linha dois – mudança social, atores do desenvolvimento e dinâmica da organização no espaço rural. Inscrevi-me no processo seletivo e fui uma das aprovadas em 2009. Um desconhecido mundo novo se abriu diante de mim, contudo era esse mundo que eu desejava desbravar e conhecê-lo melhor, para trabalhar o turismo conhecendo as imbricações e possibilidades que este mundo apresenta.

Em outros momentos, já havia lido sobre Turismo de Base Comunitária (TBC) e desde então este me pareceu ser uma alternativa viável para desenvolver alguns territórios

amazônicos. Desconhecia, porém, a existência de qualquer experiência no Estado do Pará, desenvolvida com este enfoque. Depois de uma exaustiva pesquisa descobri que haviam três experiências sendo trabalhadas: o projeto Saúde a Alegria, em Santarém; o projeto Vem Encontrando Marajó, (VEM), no Marajó e o projeto do Instituto Tapiaim, em Curuçá, PA.

A pesquisa mostrou-me que em Santarém e Marajó, já havia pesquisadores trabalhando, então a mim coube a experiência de Curuçá. Mesmo que tivesse sido dessa forma meu encontro com o meu objeto de pesquisa, para mim foi excelente pesquisar um projeto que se desenvolvia no Nordeste Paraense, na Microrregião do Salgado, já que nessa região ficam as praias oceânicas, um dos atrativos mais visitados por turistas nesse Estado.

Estudar uma experiência de TBC naquela região, no município de Curuçá que não se apresenta como um destino turístico consolidado, apesar do potencial e dos atrativos naturais, culturais e patrimoniais ali existentes constituiu-se em meu objeto de pesquisa. O Instituto Tapiaim, sendo uma organização formada por filhos de agricultores e pescadores daquele município, se apresentavam como um universo instigante, pois aliava trabalhadores da agricultura familiar e da pesca com o turismo que, em geral, tem seu público vindo de cidade e aglomerados urbanos.

Com base na coleta de dados e nas observações feitas, este trabalho ficou estruturado em quatro capítulos. O primeiro é o capítulo metodológico que trás a justificativa da pesquisa e a escolha da área de estudo, a problemática, os objetivos e o histórico de Curuçá, com a descrição dos quatro povoados que fazem parte do roteiro do Instituto Tapiaim; e os procedimentos metodológicos com base nas recomendações de Gil (2002) sobre o que este aponta sobre estudo de caso. A contribuição de Freitas *et al.* (2000) se refere ao uso de *survey* utilizados na primeira fase da pesquisa. Os trabalhos de Kronemberger, Carvalho e Clevelario Junior (2005) e Freitas (2008) inspiraram a elaboração de indicadores de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS).

O segundo capítulo em seu primeiro tópico trás uma discussão sobre o turismo nas políticas públicas brasileiras evidenciando os planos e programas de turismo no Brasil, com um recorte temporal a partir de 1960 baseado nos estudos de Beni (2006), Cruz (2006), Dias (2003), Carvalho (2000). O segundo tópico oferece um panorama do turismo no contexto amazônico mostrando quais políticas públicas de turismo tem sido pensadas para essa região, apontando efetivamente o que tem ocorrido em termos de programas e projetos nessa área. Essa reflexão tem por base os estudos de Figueiredo (1999), Sansolo (2003), Rocha e Tavares (2010); Coelho (1998). O terceiro tópico apresenta o que é o Turismo de Base Comunitária

(TBC), evidenciando sua trajetória, conceitos, experiências, diferencial com aporte teórico fundamentado em Maldonado (2009); Sampaio (2008); Irving (2009); Campanhola e Silva (2000).

O capítulo terceiro trata da construção da cidadania pela participação, introduz os conceitos de cidadania trabalhados por Touraine (1996) e Santos (2007) para dar suporte à análise do segundo ponto deste capítulo que pretende responder quais são os atores e como se dá a participação dos mesmos nessa experiência de TBC que o Instituto Tapiaim vem desenvolvendo em Curuçá. Nesse sentido a discussão em torno da participação é baseada em Bordenave (1994), Demo (1996), Schmitz e Mota (2010), Campanhola e Silva (2000). O terceiro tópico trás uma discussão sobre os obstáculos e vantagens da participação no processo de decisão. Para isso, dialogou-se com Schmitz e Mota (2010) e Bandeira (1999).

O capítulo quatro é a análise do estudo de caso do ecoturismo de base comunitária do Instituto Tapiaim em Curuçá-PA. Neste capítulo estão aspectos descritivos sobre o turismo no Estado do Pará, aspectos sócio-ambientais e de infra-estrutura, descrição sobre o turismo em Curuçá evidenciando os serviços de alimentação e hospedagem, lazer, recreação e transporte; a gestão turística em Curuçá; a atuação do Instituto Peabiru no município; a trajetória e atuação do Instituto Tapiaim em Curuçá; análise da experiência de EBC do Instituto Tapiaim; as respostas dos objetivos propostos por esta pesquisa e as considerações finais.

Diante do exposto acima, o capítulo seguinte irá situar a área escolhida para esta pesquisa e também, mostrar como foi o processo de construção para se alcançar as informações e resultados contidos nesse trabalho.

## 1.1 DISCUSSÃO METODOLÓGICA

No estudo do turismo, vários são os conceitos que procuram definir essa atividade. Para esse trabalho utilizou-se o conceito formulado por Oscar de La Torre (1985, apud BARRETO, p.13, 2003) para quem o turismo

[...] É um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário, temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivo de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e social.

Diante desta definição percebe-se que o autor aponta o “deslocamento voluntário, temporário de indivíduos”, personagens que no turismo são denominados visitantes ou turistas. Há múltiplas visões conceituais em relação ao conceito de turista, contudo a União Internacional das Organizações Oficiais de Viagens (IUOTO) definiu turista como um tipo de visitante, isto é “toda pessoa que visita um país diferente daquele que reside habitualmente, por qualquer razão que não seja realizar um trabalho remunerado” (BARRETO, p. 25, 2003). Em que pese ter pessoas que exerçam essas duas coisas ao mesmo tempo.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) para essa definição, prima pela ótica do tempo de permanência do indivíduo no local de destino, e assim o conceitua “visitante temporário, proveniente de um país estrangeiro que permanece no país por mais de 24 horas e menos de três meses por qualquer razão, exceção feita ao trabalho. (BARRETO, p. 25, 2003)

No entanto, a definição de turista que norteia essa pesquisa é a formulada por Beni (2004, p. 35) que afirma

[...] Visitantes temporários que permaneçam pelo menos vinte e quatro horas no país visitado, cuja finalidade de viagem pode ser classificada sob um dos seguintes tópicos: lazer (recreação, férias, saúde, estudos, religião e esporte), negócios, família, missões e conferência.

Optou-se por essa definição, pois o TBC que vem sendo desenvolvido pelo Instituto Tapiaim está muito associado a grupos estrangeiros que compram o roteiro para visitar o local no período das férias escolares em seus países. Logo, esse roteiro está bastante direcionado a um perfil de turista jovem, que pratica o ecoturismo e o turismo de aventura. Portanto, o tempo de permanência nos locais visitados é breve.

Como essa experiência vem sendo desenvolvida em um dos municípios que tem a produção baseada em atividades desenvolvidas no meio rural como a pesca e agricultura para embasar esse estudo, utilizou-se o conceito de meio rural formulado por Schmitz e Mota (2007 p. 3) que assim o entendem:

O meio rural, cenário em que a agricultura familiar se situa, é hoje, mas do que nunca, espaço constituído por múltiplas atividades agrícolas e não-agrícola, motivo pelo qual a agricultura familiar é aqui compreendida numa concepção mais ampla incluindo, de forma integral, atividades agrícolas e não-agrícolas, turismo, pesca, artesanato, etc, configurando-se o que hoje denomina-se “novo mundo rural” (SCHMITZ, MOTA, 2007 p. 3).

Nesse contexto, o turismo passa a ser visto como uma atividade socioeconômica complementar às atividades de produção familiar rural<sup>1</sup>, pois confere valor aos modos de vida tradicionais, a ruralidade, a paisagem. Por essa característica peculiar passa a ser apontado como uma estratégia de desenvolvimento no meio rural. Surge daí a noção de Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF), entendido como:

a atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos (BRASIL, 2004)

Esse turismo vem se desenvolvendo de forma lenta, porém articulada com política pública de linhas de crédito, programas e redes com objetivo de valorização do *savoir-faire* dos agricultores familiares em seus estabelecimentos, possibilitando a criação de novos produtos turísticos, alguns derivados da influência de um fluxo turístico que potencializa a produção local de serviços, agroindústria, eventos criados para atender uma demanda que tem crescido a cada ano na busca espaços e produtos capazes de promover a experiência de novas vivências diferentes das vividas no dia a dia.

Nesse panorama, algumas experiências de TRAF podem ser exemplificadas como: “O caminho do Vinho”, em São José dos Pinhais e “Caminhos do Guajuvira”, em Araucária, no Paraná (JUNIOR, NITSCHKE, SZUCHMAN, (2006).

É com essa perspectiva que programas têm sido pensados como forma de desenvolver as comunidades rurais no Brasil, principalmente após a instituição do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (BRASIL, 2004) no qual tem se destacado o Turismo Rural e o Ecoturismo. Faz-se necessário esclarecer a diferença entre Turismo Rural e Turismo no Espaço Rural, aquele está contido neste, já que no contexto do Turismo no Espaço Rural podem ocorrer diversas modalidades de turismo, como por exemplo: turismo de aventura, agroturismo, ecoturismo, turismo de negócio, turismo de saúde. Sobre Turismo Rural, o Ministério do Turismo assim o define:

[...] Atividades internas à propriedade que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade. Devem ser entendidas como

---

<sup>1</sup> O conceito de produção familiar rural é utilizado na Amazônia, pois existem categorias que não são apenas agricultores e exercem atividades nas quais a agricultura é marginal, por exemplo, a pesca, o extrativismo vegetal, o trabalho na olaria ou o artesanato (...) podemos considerar, a agricultura familiar, nestes casos, como segmento da produção familiar rural (SCHMITZ, MOTA, 2007 p. 6).

parte de um processo de agregação de serviços e bens não-materiais existentes nas propriedades rurais (paisagens, ar puro, etc.) a partir do “tempo livre” das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão de obra (BRASIL, 2004, p. 11.).

Mesmo com a criação de programas direcionados pelo governo federal com o objetivo de dinamizar o turismo, como aponta o Programa Nacional de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR), assim como a inclusão deste no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – (PRONAF) o qual disponibiliza linha de crédito chamada “PRONAF Turismo Rural” que tem por objetivo, “apoiar os agricultores familiares que pretendem implementar atividades turísticas no âmbito das unidades familiares de produção” (MATTEI, 2005, p. 4). Em que pese a implementação deste apoio, a atividade turística em propriedades rurais na Amazônia ainda é incipiente.

Por ser esta forma de fazer turismo relativamente nova, conforme aponta Maldonado (2009) este surge nos meados da década de 1980, ainda se percebe a falta de consenso em termos conceituais e classificatórios. Por isso, essa prática é chamada também de Turismo de Base Comunitária, Turismo Comunitário, Turismo Solidário, Turismo de Conservação. O Ministério do Turismo (MTur) (2010a, p. 15) explica que algumas situações contribuem para isso e destaca, por um lado, a “heterogeneidade das próprias experiências e, por outro, a origem do território e da perspectiva política da organização não governamental, responsável por organizar e viabilizar a experiência”.

Contudo o Ministério de Turismo (BRASIL, 2010a) faz uso do conceito de EBC formulado pela *World Wide for Nature* (WWF, 2003, p. 23), segundo o qual o Ecoturismo de Base Comunitária é o

Turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para estas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade.

Neste trabalho, a discussão sobre a experiência do Instituto Tapiaim será feita com base no que se tem em termos de publicações sobre Turismo de Base Comunitária, já que há uma bibliografia ampla com essa nomenclatura, além do que, se percebe nas políticas direcionadas pelo MTur para este segmento, mais frequentemente, o uso da expressão Turismo de Base Comunitária, para descrever experiências que têm na autogestão, no cooperativismo, no associativismo, na valorização da cultura local e no protagonismo dessas comunidades a expressão maior dessa forma de fazer turismo.

Faz-se importante enfatizar que, ainda que fosse utilizada a expressão comunitária, neste trabalho optou-se por não adentrar no estudo de comunidades, ou do que seria comunitário, pois o que se pretende é analisar a experiência sobre o prisma dos princípios que norteiam essa prática, com base nos estudos de Sampaio (2008); Irving (2009); Maldonado (2009) e Coriolano (2009). As transcrições das entrevistas foram colocadas em itálico, e as requeriam mais de três linhas foi dado um recuo de cinco meio para a direita e datadas.

A construção do presente estudo de caso se deu por meio de vários procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica e documental, pesquisa exploratória, percepções tipo *survey* e entrevistas semi estruturadas, além da observação participante. Segundo Gil (1991, p. 45) a pesquisa bibliográfica “se utiliza fundamentalmente das contribuições de diversos autores sobre determinado assunto”. Nesse caso, num primeiro momento para a realização dessa primeira etapa da pesquisa foram utilizados Brandão (1985); Minayo (1993); Dencker (2003); Quivy; Campenhoudt (1998).

Gil explica que o objetivo do Estudo de Caso “não são os de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas sim o de proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados” (GIL, 1991, p. 55). Nesse sentido, estudar o TBC que vem sendo desenvolvido pelo Instituto Tapiaim em Curuçá, perpassa por esta perspectiva, de analisar a experiência de EBC enquanto estratégia de reprodução social e desenvolvimento local pelos integrantes do Tapiaim e demais atores sociais, políticos e institucionais envolvidos nessa experiência

A pesquisa exploratória segundo Gil (1991, p. 41) tem “por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema (...) aprimoramento de idéias ou descobertas de intuições”. Nesse sentido esta alcançou o seu objetivo desde a conversa com professores (do curso de Turismo e de Geografia, da UFPA) com os quais descobri que no Pará, em evidência, havia três projetos de Turismo de Base Comunitária (TBC): o Saúde e Alegria em Santarém, o Viagem Encontrando Marajó (VEM) e o Instituto Tapiaim, em Curuçá. Como os dois primeiros já estavam sendo estudados, então optei pelo projeto de Curuçá. Ressalte-se que não conhecia aquele município, constituindo-se este em um exercício de aproximação e domínio do locus desde os primeiros contatos.

Inicia-se a pesquisa exploratória em Curuçá, em quinze dias após a decisão de ali fazer o estudo, em dezembro de 2010. Esse período foi acordado com a minha orientadora, à época a Professora Dr<sup>a</sup> Maria de Nazaré Ângelo Menezes, ressaltando a importância desta viagem para a confirmação das informações que tínhamos *in loco*.

Outra técnica utilizada nessa pesquisa foi o *survey*. Segundo Freitas et al (2000, p. 105) esta “pode ser descrita como a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões sobre determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário”.

Os mesmos autores indicam que essa técnica deve ser utilizada quando

- [...] “se deseja responder questões do tipo “o que?”, “por que?”, “, “como?” e “quanto?”, ou seja, quando o foco é sobre “o que está acontecendo” ou “como e por que isso está acontecendo?;
- Não se tem interesse ou não é possível controlar as variáveis dependentes ou independentes;
- O ambiente natural é o melhor ambiente para se estudar o fenômeno de interesse;
- O objeto de interesse ocorre no presente ou no passado recente. (FREITAS et al, 2000 p.105, 106).

Num primeiro momento, o *survey* se tornou uma técnica importantíssima ao levantamento de informações sobre experiência de TBC desenvolvida pelo Instituto Tapiaim em Curuçá. Frente ao objetivo da pesquisa em analisar o desenvolvimento local por meio da atividade turística, existia a dificuldade de quantificar e qualificar esse objetivo. Embora soubesse o que queria, não sabia como fazer, como chegar a essa análise. Foi então que, na banca de qualificação, orientaram-me e acatei tomar como base para essa análise os indicadores de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS).

Buarque, 2002 (*apud* KRONEMBERGER, CARVALHO e CLEVELÁRIO JUNIOR (2005, p. 46) afirmam que DLIS “é um processo endógeno de mudanças, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”. Kronemberger, Carvalho e Clevelário Júnior (2005, p. 46, 47) explica que “endógeno é a palavra chave nesse conceito e significa que a motivação para o desenvolvimento tem origem na comunidade através da mobilização dos principais atores atuantes no território, aproveitando as potencialidades locais”.

Fui à procura de autores que já tivessem desenvolvido trabalhos nessa área, de preferência aqui na Amazônia, e nessa busca encontrei Freitas (2008) que desenvolveu sua tese de Doutorado pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) cujo título é: “Desenvolvimento Local e Capital Social: uma análise interdisciplinar do processo de indução do DLIS”.



Naquele trabalho a autora analisa Desenvolvimento Local e Capital Social tendo por base as dimensões de sustentabilidade social, econômica, institucional e ambiental, além da sustentabilidade do próprio DLIS. Na dimensão social ela verificou a integração e a articulação multisetorial e apoio a iniciativas comunitárias.

Na dimensão econômica, aspectos concernentes ao fortalecimento e consolidação das atividades econômicas e criação de novos empreendimentos. Na dimensão institucional foram avaliados aspectos como as reorganizações institucionais, as criações de novas ofertas públicas, o fortalecimento das capacidades técnicas e gerenciais dos agentes.

Na dimensão ambiental, procurou-se levantar informações que revelassem a preocupação com o manejo sustentável dos recursos naturais, a preservação dos ecossistemas locais e a recuperação de áreas degradadas. Em relação ao próprio DLIS, o enfoque analítico estava relacionado basicamente às ações dos fóruns e governos, no fomento à continuidade do processo.

De posse desses indicadores, construí os roteiros de entrevistas que teve como universo: moradores dos povoados de Muriazinho, Recreio, Pedras Grandes e Romana, os integrantes do Tapiaim, os secretários municipais, os donos de estabelecimentos comerciais e proprietários de equipamentos turísticos de Curuçá. Esse universo abrange cinquenta e seis entrevistas no final da pesquisa.

Para esta etapa do trabalho utilizei a Pesquisa Partecipante de Brandão (1985) não no sentido do conceito que este apresenta, porém no cuidado de ouvir, dialogar com o universo de instituições e pessoas que meu estudo precisava. Este autor sugere ser de primordial importância que o pesquisador parta de um simples, mas fundamental pressuposto: todo ser humano é em si e por si mesmo um detentor do saber; não importando em que nível este se estabeleça, cada um tem sua importância.

Iniciei a pesquisa pelo povoado de Muriazinho. Em seguida, fiz a primeira viagem à praia da Romana, depois ao povoado de Pedras Grandes, e finalmente ao povoado de Recreio. Retornei a Romana, pois na primeira visita, uma parte considerável dos pescadores do Cai n'água não estava presente na ilha.

De posse das informações levantadas nos povoados foi que iniciei a pesquisa com os integrantes do Tapiaim. Essa parte foi a mais trabalhosa, pois devido a um sério problema de saúde de uma criança que era sobrinho do presidente e filho de um dos integrantes do Tapiaim, o grupo ficou disperso, dificultando a reunião dos integrantes nos meses de julho, agosto e setembro de 2010, período de minha ida a campo.

Além disso, com alguns (mais precientemente seis) houve dificuldade de encontros, por morarem nos povoados afastados do centro urban. Se percebeu ainda que com raras exceções, parte considerável do grupo tem dificuldade em passar informações. Essas informações se referem ao número de grupos recebidos, qual o valor financeiro que o grupo ganha com a atividade do receptivo local, isso ficou claro pelo fato de nenhum integrante saber (ou não querer informar) o valor exato do pacote deste roteiro elaborado pelo Tapiaim.

Destaca-se ainda o fato de alguns integrantes do grupo nunca terem participado do receptivo como guias locais, pois essa ação concentra-se sempre nos mesmos indivíduos, com raras exceções e de acordo com o público recebido. Diante dessas atitudes, não consegui identificar se era apenas timidez ou uma forma de preservarem informações daquilo que eles não tem interesse de divulgar sobre si.

Quanto aos secretários não tive dificuldade em encontrá-los e entrevistá-los, inclusive cederam-me documentos das secretarias sem nenhuma reserva. Diferente dos integrantes do Tapiaim que não me permitiram acesso a documentos com atas e relatórios, e nem observar o receptivo do grupo de turistas americanos recebido em setembro de 2010, período do campo desta pesquisa.

No que tange aos demais atores como donos de hotéis, restaurantes, historiador, diretores de ONG, quase todos foram cordiais e solícitos em fornecer informações. Na elaboração dos roteiros de entrevistas o universo alvo seriam os integrantes do Tapiaim, os secretários de Cultura e Turismo, de Agricultura, de Meio Ambiente, os presidentes de Associação de Moradores e os moradores das localidades que fazem parte do roteiro do Tapiaim.

A entrevista semi-estruturada foi a técnica escolhida para se obter os dados qualitativos e quantitativos da pesquisa. A amostra do universo da pesquisa foi delimitada nas comunidades baseadas no que Freitas et al (2000, p. 106) denomina de casos críticos (*critical cases*). Nessa amostra “os representantes são escolhidos em virtude de representarem casos essenciais ou chave para o foco da pesquisa”. Nesse sentido, foram escolhidos tantos moradores que tivessem algum tipo de relação com o Tapiaim, assim como moradores que não tinham nenhuma relação com o grupo.

Para aqueles que tinham alguma relação com o Tapiaim a amostra foi construída através da técnica bola de neve (*snowball*) na qual “os participantes iniciais indicam novos participantes” (FREITAS et al, 2000, p. 106). Quanto aos que não tinham qualquer tipo de relação com o Tapiaim a escolha foi feita aleatoriamente.

Nesse contexto, foram realizadas quatorze entrevistas com os integrantes ativos do Instituto Tapiaim. Quatro entrevistas foram com os presidentes das associações de moradores: uma no povoado de Recreio, uma em Muriazinho; duas em Pedras Grandes, pois ali existem duas associações de moradores. Isso não ocorreu na Praia da Romana porque ali não há associação de moradores. Quanto às secretarias municipais, foram escolhidas as que imaginava-se ter alguma relação direta com o Tapiaim. Portanto, foram ouvidos os secretários de Cultura e Turismo, de Meio Ambiente, Agricultura e Educação, com uma entrevista cada. Entrevistei também proprietários dos equipamentos turísticos (hospedagem e alimentos), um presidente de ONG e uma operadoras de turismo.

Além das entrevistas para os integrantes do Instituto Tapiaim, baseado em Sansolo (2001) preparei a técnica “muro das lamentações”, pedindo a cada integrante no momento da entrevista individual que preenchesse dois cartões nos quais, em um seriam colocados três pontos fortes do grupo e, no outro, três pontos fracos. De posse desses cartões, nosso objetivo seria fazer um levantamento do que foi apontado, expo-los em uma reunião que foi agendada, porém acabou não acontecendo e, por isso, o resultado dessa técnica ficou comprometida.

Quanto às entrevistas com moradores dos povoados, conforme acordado com os orientadores, ficou decidido que deveriam ser uma média de cinco moradores de cada povoado. Assim foram entrevistados cinco pescadores na Praia da Romana, seis moradores de Muriazinho, cinco moradores de Recreio e três em Pedras Grandes.

Também foram entrevistados três proprietários de equipamentos de hospedagens, dois mestres de carimbó, a presidente da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá (AUREMAG), o historiador local, o idealizador da Reserva Extrativista Mãe Grande, o representante do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio), o presidente do bloco “Pretinhos do Mangue”.

Neste trabalho, como forma de preservar a identidade dos entrevistados, optou-se por usar a abreviação dos nomes dos informantes, contudo, há a citação do nome de dois entrevistados, no caso, idealizador da RESEX e o historiador local, por terem pedido que se caso, fosse utilizada a fala deles no trabalho, eles queriam que seus nomes fossem citados por extenso. Também, são citados por extenso, o nome de pessoas que desenvolvem alguma atividade na esfera pública, como secretários municipais e presidentes de ONGs

Preferi não utilizar pseudônimos, pois como será disponibilizada cópia deste para o arquivo público de Curuçá, assim como para o Instituto Tapiaim, pensou-se que abreviação dos nomes, seria uma maneira dos informantes que tiverem acesso a este, reconhecerem-se

como tal. Além da metodologia já descrita, para a obtenção de informações foram utilizado caderno de campo, aparelhos de mp4, máquina fotográfica, além da participação em eventos e a observação participante.

A segunda fase da pesquisa descrita acima ocorreu no período de 12/07/2010 até 24/09/2010. Em média, passava quinze dias em Curuçá e um fim de semana em Belém, para organizar os dados, sessões de orientação ou revisão bibliográfica.

Nesse sentido, com a finalidade de situar o leitor no entendimento de alguns pontos relacionado ao histórico de ocupação e ao estado da arte da região do Nordeste Paraense e o município de Curuçá é que se construiu o que vem a seguir.

## 1.2 ESCOLHA DA ÁREA DE ESTUDO

O Estado do Pará segundo Silva e Silva (2008), tem seu território composto por cento e quarenta e três municípios agregados em vinte e duas microrregiões e seis mesorregiões. O município de Curuçá é parte da Mesorregião do Nordeste Paraense, composta de cinco Microrregiões: Bragantina, Cametá, Guamá, Salgado e Tomé-Açú. Curuçá faz parte da Microrregião do Salgado a qual apresenta mais dez municípios: Colares, Magalhães Barata, Marapanim, Salinópolis, São Caetano de Odivelas, São João da Ponta, São João de Pirabas e Vigia

A ocupação desta área está ligada ao processo de colonização do Pará, que teve Belém como o primeiro núcleo de povoamento por europeus aqui na Amazônia, com o objetivo de ocupar o interior da região. Sobre isso Silva e Silva (p.7, 2008) afirmam: “singrando os principais rios da bacia amazônica, a partir de sua foz, as regiões nordeste e oeste do Pará foram as primeiras a terem seus recursos naturais, explorados pelos colonizadores lusitanos”. A evidência disso é que Curuçá foi fundada pela Companhia de Jesus em 1652.

Em estudo comparativo das regiões estaduais, Silva e Silva (2008) apontam que essa Microrregião é a segunda mais devastada do Estado com cerca de 72,6% de seu território já alterado ficando atrás apenas de Belém, com 99,5% do total de área devastada e concentrando a maioria da população estadual. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010 a) aponta que o Estado possui o número de 7.588.078 habitantes.

É na região do Nordeste Paraense onde os reflexos da não superação dos problemas sociais, econômicos, de infraestrutura e ambientais têm o seu pior quadro evidenciado pelo

desmatamento, pressão demográfica e pelo fluxo migratório para aquele espaço conforme explica Silva e Silva

[...] Em função das diferenças nas frentes migratórias constata-se que a origem histórica dos migrantes do nordeste do estado, sendo predominantemente composta de agricultores nordestinos com baixa escolaridade e desprovidos de condições materiais e tecnológica mínimas, não conseguiram obter resultados que se traduzissem em empreendimentos capazes de aumentar o padrão de vida regional, com exceção dos migrantes japoneses que se fixaram em Tomé-Açú e Castanhal, na segunda metade do século XX. (SILVA e SILVA; 2008, p.10).

Vale ressaltar, porém que apesar dos impactos negativos já mostrados, o Nordeste Paraense tem em seu território as praias oceânicas mais freqüentadas do Estado do Pará, com destaque para Atalaia, em Salinas, Crispim, em Marapanim e Algodal, em Marudá. É dessa região de onde provem uma parcela considerável da produção de pescado do Estado. Segundo Santos *et al* (2005) cerca de 23,13% da produção estadual do pescado e seis mil trezentos e cinqüenta pessoas estão envolvidos diretamente apenas na pesca artesanal, em sete dos onze municípios que compõe aquele território.

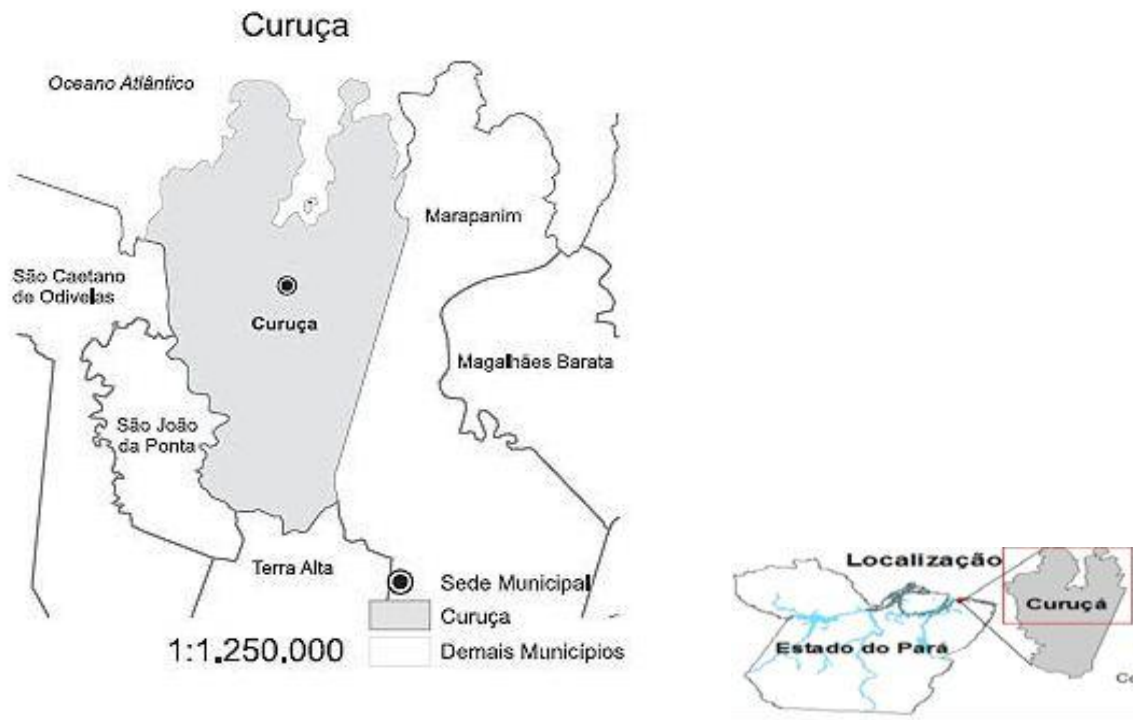
O turismo promovido naquele espaço tem sido primordialmente o de “sol e praia<sup>2</sup>”. Esta afirmação se baseia nos estudos de Furtado et al. (2006) mostrando que na época das férias escolares e dos feriados prolongados, o fluxo turístico supera o número de moradores desses locais. As conseqüências imediatas desse tipo de turismo são bem visíveis: a superlotação das praias, dos equipamentos de hospedagens, o aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade, a violência, a exploração sexual.

Quanto aos efeitos em longo prazo destacam-se a especulação imobiliária, a ocupação desordenada do espaço, a ociosidade dos equipamentos de hospedagem devido à sazonalidade turística, além da mudança de locais que antes servia de espaço de trabalho aos pescadores, tornam-se locais de lazer para os visitantes

É nesse contexto de espaços emergentes para o turismo que se encontra Curuçá, um dos municípios pertencente à Mesorregião do Nordeste Paraense que se divide em cinco Microrregiões dentre as quais a do Salgado onde Curuçá se localiza. Os limites de Curuçá são ao Norte, o Oceano Atlântico; ao Sul Terra Alta; a Leste, Marapanim e a Oeste São Caetano de Odivelas e São João da Ponta (Mapa 01). A sede municipal encontra-se na coordenada geográfica 0° 44’23” de latitude Sul e 47° 51’ 06” de longitude a Oeste de *Greenwich*.

---

<sup>2</sup>“ Constitui-se das atividades turísticas relacionadas a recreação, entretenimento ou descanso em praia, em função da presença conjunta de água, calor e sol” (BRASIL, 2008, p.16)



Mapa 01 Localização do município de Curuçá, no Nordeste Paraense  
 Fonte: Instituto Virtual do Turismo, 2010.

Segundo Cunha (1987) sua fundação está diretamente ligada ao período imperial brasileiro, tendo os jesuítas como seus fundadores em 1652. Seus primeiros habitantes foram os índios Tupinambá, que denominaram o local de “curuzú” que quer dizer “cruz grande”. Foram os jesuítas que a nomearam Curuçá. De acordo com o IBGE (2010a) sua população é de 34.490 habitantes. Desses, 22.280 vivem em áreas rurais. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,709, com 74,1% da população considerada pobre.

Em 13 de dezembro de 2002, foi criada a Reserva Extrativista (RESEX) Mãe Grande de Curuçá, conforme Mapa 02. Seu tamanho é de 37.062 hectares. É desse ecossistema que a maior parte dos habitantes de Curuçá, assim como os municípios adjacentes de Marapanim, São Caetano de Odivelas, São João da Ponta e Terra Alta tiram o sustento diário, considerados segundo Furtado (1997) como grupos sociais haliêuticos<sup>3</sup>.

<sup>33</sup> “Fazem” ou vivem da atividade pesqueira (FURTADO, 1997, p. 147)



pescado que fica em Curuçá, como para outros municípios da região, assim como para Estados como Ceará e Maranhão.

Segundo Jorge Luis Macedo da Rocha, 53 anos, atual vice-prefeito, identificado por alguns atores entrevistados, fato confirmado pelo próprio, como o mentor da idéia da criação dessa UC. Ele informa que esta mobilização popular que culminou na criação dessa RESEX iniciou-se em 1997, foi devido, principalmente a percepção da escassez de produtos advindos do mangue e dos rios que cercam o município.

O nome “Mãe Grande” segundo Jorge Luis Macedo da Rocha,

*....está relacionado a história de nossas famílias de pescadores, pois quando as crianças pediam para os pais a comida, que não tinha nada na mesa, então eles diziam: vamos lá! vamos buscar, vamos para o igarapé pescar, pegar siri (Scilla serrata), peixe, camarão, (Paneus braziliensis), caranguejo(Ucides cordatus), turú,(Teredo sp) o que tiver, ostra (Polydora nuchalis), então, a mãe natureza nos dava de comer, a partir daí, veio o nome mãe. Como dava comida pra muita gente aqui e até hoje muita gente vai nesse igarapé do porto do Ipurura que desce aqui no mercado até a frente da cidade tirar mexilhão da areia, aí o pessoal passou então a denominar mãe que sustentava seus filhos, mãe grande, todo o filho que ia ali, trazia sua comida, então mãe grande, mãe natureza, aí isso se popularizou, chamar de Mãe Grande, mas isso vem da década de 1940, porque quem descia para o igarapé para pegar comida, trazia sua comida, a mãe natureza dava de comer, então mãe grande significa isso, a mãe natureza que dá de comida a seus filhos (ROCHA, 26/08/2010).*

A RESEX Mãe Grande de Curuçá possui um conselho deliberativo composto por vinte e sete membros, divididos entre instituições de pesquisa, poder público local, ONGs, igreja e associação de moradores, coordenado pelo Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que é o órgão gestor das Unidades de Conservação (UC) do Brasil, e que desde 2009, está em Curuçá com uma sede regional.

A Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá (AUREMAG) foi reconhecida pelo Ministério do Meio Ambiente com a concessão real de uso. A RESEX ainda não tem plano de manejo, mas apenas plano de uso.

Em 2005 a RESEX foi reconhecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como Programa de Assentamento Agroextrativista (PAE) e como resultado dessa ação, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, foram liberados seis milhões e quinhentos mil reais para a construção de mil e trezentas casas de alvenaria para



pescadores, marisqueiras e agricultores familiares que habitam aquele território (BRASIL, 2007).

Figueiredo, Furtado e Castro (2009, p. 237) insere a Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá na “classificação do Governo Federal como de uso sustentável – cujo objetivo legal é conciliar a manutenção dos meios de vida da população tradicional que vive na sua área à conservação dos recursos naturais renováveis locais”.

O estudo feito por Figueiredo, Furtado e Castro (2009) no local, apontam alguns problemas enfrentados pelos moradores e usuários da RESEX. Destacam-se a exploração intensa e desordenada do pescado por barcos industriais vindos de outras regiões e Estados; o aparecimento de piratas ou ratos d’água que roubam e ainda usam de violência física para com os pescadores; a ocupação espontânea de áreas de mangue, as técnicas de pesca predatória, o aumento do consumo de álcool, drogas e prostituição pela população local.

Como apresentado acima, são muitos os problemas enfrentados pelos moradores daquele município. Segundo Reis et al.(2010), o território de Curuçá é formado por cinquenta e dois povoados distribuídos em quatro pólos assim denominados: 1) Pólo Abade; 2)Pólo São Pedro; 3) Pólo Cidade e 4) Pólo Araquaim, conforme a Quadro 01.

<b>DIVISÃO DE CURUÇÁ EM PÓLOS</b>	<b>VILAS, POVOADOS E POVOAÇÕES</b>
<b>PÓLO ABADE</b>	Mutucal, Iririteua, Algodoal, Arapiranga de Fora, Recreio, Pedras Grandes, Boa Vista do Muriá, Abade, Tucumateua, Arrombado, Pacamorema, Paxicu
<b>PÓLO SÃO PEDRO</b>	Murajá, São Pedro, Beira-mar, Km 50, Lauro Sodré, Acaputeua, Nazaré do Tijoca, Água Boa, Santo Antônio do Tijoca, Km 42, Nazaré do Mocajuba, Marauzinho, Boa Fé, Ananin, Baisa
<b>PÓLO CIDADE</b>	Nova Canaã, Cumeré, Candeua, Menbeca, Rio Quente, Piquiateua, Valério, Curuperé, Muriá, Arapiranga de Dentro, Andirá, Pinheiro e Acampa
<b>PÓLO ARAQUAIM</b>	Caju, Ponta de Ramos, Coqueiro, Pau X, Livramento, Itajuba, Pindorama, Praujo, Araquaim, Caratateua, Valentim, Pingo d’água, Acaputeuazinho, Taperinha, Marauá, Ponta da Rua, Boa Vista do Iririteua, Km 58, Cabeceiras.

Quadro 01 Pólos e Povoados de Curuçá.

Fonte: (REIS et al. 2010).

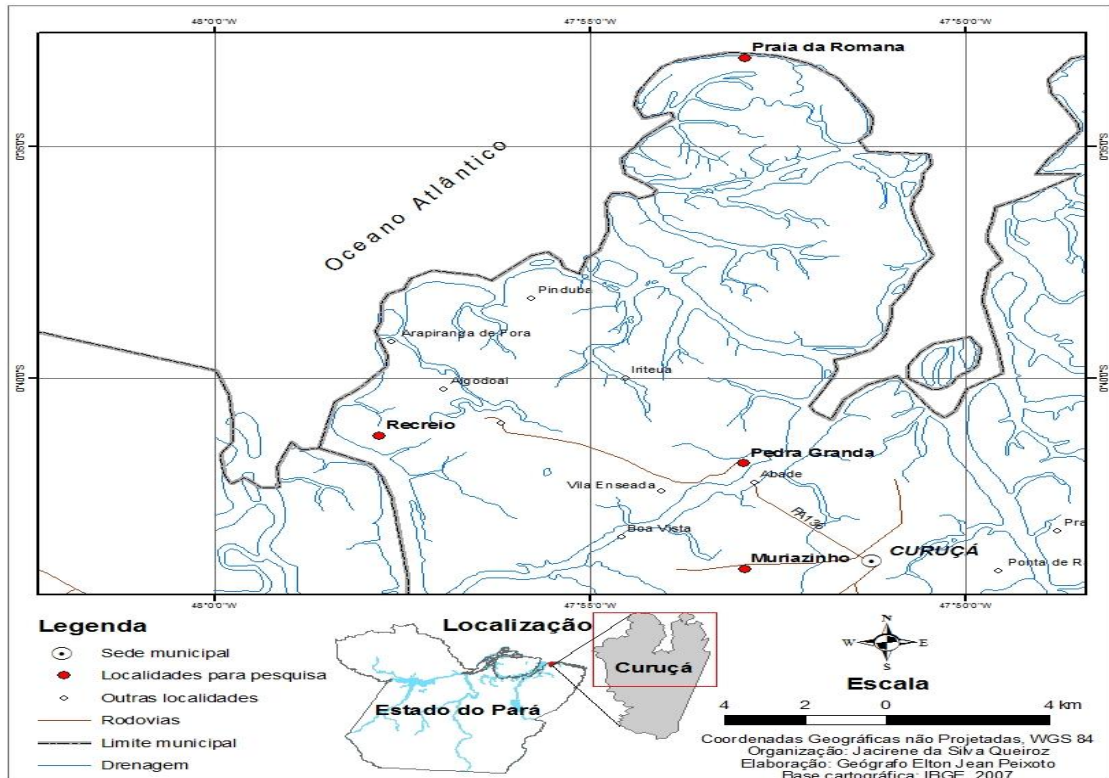
A quantidade de localidades existentes em Curuçá é superior a cinquenta e duas como foi informado acima, mas a explicação sobre isso é que a partir dos povoados maiores foram sendo formadas novas comunidades, porém a prefeitura considera como sendo o município de Curuçá formado oficialmente das cinquenta e duas localidades, conforme mostrado no Mapa 03.



Mapa 03 Configuração física de Curuçá e seus povoados  
 Fonte: Furtado; Santana; Silveira, 2009

É nesse município com toda riqueza de diversidade cultural, natural e social, que persiste a exclusão social com todos os malefícios que isso ocasiona às suas vítimas. A não conformidade com essa situação tem levado um grupo de moradores locais a buscar desenvolver-se por meio da atividade turística, envolvendo diversos atores numa experiência de EBC. Com o objetivo de oferecer um roteiro composto por diversos atrativos, o Instituto Tapiaim definiu quatro dos cinquenta e dois povoados, para fazerem parte do roteiro: Recreio,

Muriazinho, Pedras Grandes e Praia da Romana. O Mapa 03 mostra a localização destes povoados naquele município.



Mapa 04 Mapa de Curuçá destacando as comunidades onde foi realizada a pesquisa.

O povoado de Muriazinho ou Vila Muriá, fica cerca de quatro km e meio do centro de Curuçá. O nome Muriazinho deve-se a proximidade que este tem do Rio Muriá, um dos rios que cerca aquele município. Seu acesso se dá pela vicinal 22.4, uma estrada de piçarra em que foi recentemente feita a terraplenagem, por isso, em bom estado de conservação. Ali há apenas uma rua chamada Muriá. Aquele povoado é reduto de duas famílias a Chucre e a Rayol das quais descendem sessenta e quatro famílias e segundo Reis et al. (2010, p. 44) “há 86 prédios e um total de 314 pessoas”.

O povoado de Muriá tem uma organização associativa atuante denominada “Associação Comunitária Nossa Senhora do Livramento”, criada há vinte anos. Possui sessenta sócios cadastrados que contribuem com o valor de dois reais mensais para as despesas da organização e dez reais pela taxa de água já que ali este serviço é autônomo, ou seja, foi organizado pela própria comunidade conforme informa G. F. A., presidente da Associação de Moradores

*[...] é tudo comunitária, tudo foi nós que fizemos. Nós mandamos fazer o poço, a caixa d'água, tivemos, sim, uma parceria, assim, em algum cano, uma tubulação, mas tudo aqui é trabalho comunitário, tudo dependeu da gente e depende da gente. as manutenções, os custos, tudo depende da nossa comunidade. Pra isso a gente tem uma associação com 60 pessoas só, pagante mesmo, são atuante mesmo. São 60 pessoas que são da nossa associação.*

A base da produção é a agricultura, com sistema de corte e queima e destaque para o cultivo da mandioca. A produção da farinha de mandioca é vendida para os feirantes de Curuçá e o transporte desta é feita pelos próprios produtores em motos ou bicicletas. Em Muriazinho, duas festas atraem um fluxo maior de pessoas: o torneio esportivo promovido pelo Muriá Esporte Clube, no mês de agosto e a festividade de Nossa Senhora do Livramento, a Padroeira local, que ocorre no mês de novembro.

Naquele povoado não há restaurante. Não é feita a coleta de lixo pela prefeitura, os moradores queimam ou enterram os dejetos. Não há posto de saúde, mas um Agente Comunitário de Saúde (ACS) que faz o acompanhamento dos moradores e encaminha ao posto de saúde em Curuçá, quando necessário. Há uma escola de ensino fundamental de primeira a quarta série, multiseriado. A população conta com dois comércios para o abastecimento de gêneros alimentícios. O sinal de telefonia móvel é da Vivo e da Oi.

Muriazinho entrou no roteiro do Tapiaim porque o local para onde o Instituto levaria um grupo de turistas em Pedras Grandes não poderia ser visitado na data determinada. Então, emergencialmente, por alguns integrantes conhecerem o povoado com seus igarapés, sua trilha e suas casas de farinha.

No povoado, nove famílias foram alcançadas pelo projeto do INCRA na construção de casas e recentemente os moradores tiveram a oportunidade, por meio da Associação Agropecuária Agricultura Colônia Andirás (ACANPA), de se inscreverem no Projeto Agricultura e Pesca, o qual seu G. F. A. e seu A. R. dizem ser um projeto do governo federal que disponibiliza aos agricultores valores de cinco mil e quatrocentos reais (valor direcionado a uma agricultor), e oitenta e um mil reais (valor coletivo para até quinze pessoas) que desejam fazer investimentos em suas terras na área de agricultura e pesca. Em Muriazinho, apenas a família de seu A. R. se inscreveu no fomento coletivo que dá direito e oportunidade para aquisição de um trator, da estrutura para a criação de frangos e insumos agrícolas.

Quanto ao povoado de Recreio, para se chegar até lá, há duas possibilidades: Uma pelo povoado de Pedras Grandes que fica em frente ao Distrito de Abade. Nesse caso, se faz a travessia do Rio Muriá e depois segue-se por uma estrada até o povoado. A segunda rota pode

ser percorrida pela vicinal 22.4, onde percorre-se nove quilômetros até chegar ao Povoado de Bela Vista do Muriá, de onde se atravessa ao Povoado de Recreio.

Segundo Reis et al. (2010) Recreio situa-se no Pólo Abade e possui 46 prédios com 125 moradores divididos em trinta e três famílias. Possui um templo da igreja católica, uma sede comunitária, um campo de futebol, um time de futebol o (Real Madrid). Este povoado segundo informou o morador C. P. S “*é centenário, pois meus avós e bisavós foram nascidos e criados aqui*”. Seus habitantes vivem do cultivo de roças e da pesca.

No povoado Recreio há duas festas que mobilizam a maior parte da comunidade: a festividade de Santana, padroeira local, sempre na segunda quinzena do mês de julho que envolve o Círio e gincanas entre os moradores. A outra festa é o Festival do Turú (*Teredo sp*) que há dez anos ocorre no segundo sábado de dezembro e tem duração de dois dias. Neste festival são oferecidas iguarias preparadas com aquele molusco como: coxinha, caldo e churrasco de turú.

Em Recreio não há restaurante, nem pousada ou hotel. Um agente comunitário de saúde atende às demandas desta área. Há dificuldade para se chegar a Recreio, pois não há barcos que façam a travessia com regularidade, ficando os moradores dependendo do barco da escola para esse fim. Quanto ao serviço de telefonia, há sinal de três operadoras: a Oi, Vivo e Claro. O abastecimento de água é feito pelo SAAE e o valor da taxa pelo consumo é de onze reais e dez centavos por família.

Recreio entrou no roteiro do Tapiaim por seus atrativos naturais como os igarapés, as trilhas e lago e por ali já ter morado um dos integrantes do Instituto, o F. S. S. Partiu dele, e todos aprovaram a idéia de incluir aquele povoado no roteiro do Tapiaim. É também a família deste que fornece a alimentação para os grupos de visitantes que compram o roteiro de Recreio. Ali é oferecido aos visitantes caminhadas nas trilhas e banhos em lagos e igarapé.

O povoado de Pedras Grandes, segundo Reis et al.(2010) , faz parte do Pólo Abade. Pedras Grandes fica localizado em Ilha de Fora, uma ilha que fica em frente ao Distrito do Abade e se separa do continente pelo Rio Muriá. Para se chegar ali há barcos que fazem a travessia e cobram o valor de um real por pessoa, pelo serviço.

Fazem parte da Ilha de fora seis povoados, incluindo-se Pedras Grandes, Iririteua, Mutucal, Recreio, Algodual e Arapiranga de Fora. Quanto ao número de habitantes, Reis et al. (2010, p. 7) informam que ali há “trezentas e vinte e seis pessoas” cuja sobrevivência está associada a agricultura e à pesca. Em relação à festividade religiosa, no mês de dezembro

ocorre a festa em homenagem a padroeira local, Nossa Senhora da Conceição e em julho ocorre à escolha da Garota Verão.

Pedras Grandes entrou no roteiro do Instituto Tapiaim por ali morar um integrante do Tapiaim, A. B. F. que já não participa do Instituto, pois passou no concurso público para trabalhar na prefeitura de Curuçá. Em Pedras Grandes é oferecido aos visitantes trilha e igarapés e quando estes permanecem o dia todo naquele local, é a família de A. B. F. quem fornece a alimentação. Em 2010, o Tapiaim fez uma reunião com um grupo de moradores locais com o objetivo de informá-los sobre a atividade turística que vem sendo desenvolvida pelo instituto e verificar o interesse desses em promover a hospitalidade de grupos que para ali queiram se dirigir.

Em Pedras Grandes os visitantes contam apenas com um restaurante, sem nenhum equipamento de hospedagem. Não há coleta de lixo, pelo que os moradores ou queimam ou enterram os detritos. Não há posto de saúde, apenas um agente comunitário de saúde. Tem uma escola de ensino fundamental de primeira a quarta série com ensino multiseriado. O abastecimento de água é feito pelo SAAE e o valor cobrado por este consumo é de onze reais e dez centavos, por família.

Como organização comunitária, em Pedras Grandes há duas associações de moradores: a Associação Comunitária do Povoado de Pedras Grandes, presidida por P. S. P. da R. 55 anos, agricultor e presidente da associação há dois mandatos cujo tempo é de dois anos por gestão. Esta associação existe há vinte anos e não possui sede própria.

A outra é a Associação Comunitária de Pedras Grandes, presidida por O. P. P. aposentado da Marinha do Brasil, morador de Belém. Esta associação existe há quatro anos têm sede própria com duas salas construídas onde já está sendo desenvolvido curso de corte e costura com mulheres, cujo objetivo é formar uma cooperativa e se encontra em projeto a instalação do Infocentro com dez computadores por meio do Programa Navega Pará<sup>4</sup>, para atender à população local.

A Praia da Romana, localizada na ilha que tem o mesmo nome, é a primeira praia em mar aberto depois da foz do Amazonas (MEIRELLES; CARVALHO 2009). Segundo a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (2010a), a ilha tem esse nome devido a uma lenda contada pelos antigos que naquele local, onde hoje se encontra o “Morro da Princesa”,

---

<sup>4</sup> Programa que tem por objetivo promover a Inclusão Digital no Estado do Pará, tendo como ações a instalação de Infocentro em 21 municípios, que possibilitam ações na área da saúde, educação e segurança. (PARÁ, 2010).

em tempos muito remotos havia várias dunas de areias que, vistas de longe, se assemelhavam ao Coliseu Romano.

Para se chegar ali é necessário pegar um barco no porto do Abade e, dependendo da potencia do motor do barco, o tempo para se chegar ali varia de uma hora e meia a duas horas e meia. É importante salientar que não há linha específica de barcos para a Romana. Se o turista quiser chegar até a ilha, deve chegar a Curuçá, ir até o distrito do Abade e contratar um dos barqueiros locais que o levará a ilha pelo valor mínimo de duzentos reais, se for para voltar no mesmo dia, caso contrário esse valor aumenta em média cinqüenta por cento do valor já citado.

A população da ilha é inconstante, pois aumenta e diminui no decorrer do ano de acordo com a safra do pescado, porém há dois pescadores que se consideram moradores ali. Quanto a safra do pescado esta alcança o auge nos meses de fevereiro a julho. As espécies mais encontradas são: Tainha (*Mugil cephalus*); Anchova (*Pomatomus saltador*); Pescada (*Cynoscion spp*); Sardinha (*Sardinella brasiliensis*); Corvina (*Argyrosomus Mugilcephalusgius*); Piramutaba (*Branchyplatystoma vaillantii*); Uritinga (*Arius proops*) e Bandeirado (*Bagre Marinus*) e a técnica da pesca utilizado pelos pescadores que possuem barracas na ilha é o sistema de estacadas<sup>5</sup>.

Os moradores permanentes da ilha são J. C. M. o “Z. G.”, 64 anos, este possui um barco com capacidade para até vinte pessoas. Habita a Ponta da Romana e vive da atividade da pesca e da criação de gados, e o Sr. B. M. S., 45 anos, morador no Cai n’água e que, além da atividade da pesca, é dono de uma e sócio de outra pousada na ilha.

Seu “Z. G.” justifica a criação de cinqüenta e duas cabeças de gado afirmando ser isto “uma poupança pra minha velhice e pra socorrer alguma emergência. O gado passa a noite em dois currais, mas durante o dia eles são soltos e andam toda a extensão da praia o que causa descontentamento de alguns pescadores, pois destroem as estacadas

O pescador pode ter direito ao uso da estacada se ele comprar ou caso haja o abandono do espaço utilizado por outro pescador, já que o que determina ser dono ou não da estacada é o material, no caso, as estacas e panagens de redes de pesca. Todo o espaço ao longo da praia está ocupado por estacada e a distancia entre uma e outra varia entre cem e duzentos metros.

Z. G mora com sua esposa, dona N. em cinco cabanas de madeira cobertas de palha. Uma destas é utilizada como cozinha e é onde os proprietários recebem os visitantes, parentes

---

<sup>5</sup> Consiste na colocação de redes em grande quantidade, presas em estacas próximas umas das outras, causando uma confusão de fios, gerando ineficiência no resultado da produção e grande mortandade de peixe, inclusive aqueles sem valor econômico e, gerando conflito entre pescadores. (FIGUEIREDO, FURTADO e CASTRO 2009, p. 242).

e amigos. Ao lado desta fica outra cabana que serve de dormitório, possui um compartimento cercado de palha que é o quarto dos moradores e um assoalho alto feito com galhos de mangueiro (*Rhizophora mangle L.*) onde as pessoas que ali pernoitam, estendem seus colchões.

Há outra cabana com assoalho semelhante à anterior, onde são guardados equipamentos de pesca e, de vez em quando, é utilizada para hospedar grupos de pessoas.

Existem outras duas cabanas que servem para guardar utilidades como ferramentas, madeiras, redes, o isopor onde são conservados os peixes no gelo que seu Z. G. traz para vender em Curuçá. Na ilha não há energia elétrica, mas seu Z. G. tem duas placas solares que produzem energia para acender as lâmpadas. Ali não tem água potável, pois a água do poço é de cor avermelhada e não serve para cozinhar, beber e/ou nem lavar roupas. É utilizada para “se banhar” e lavar louça. Para consumo da família, a água é trazida de Abade. Não há Agente Comunitário de Saúde e quanto à comunicação, os serviços de telefonia são das operadoras Oi e Vivo.

Além de pescar, seu Z. G. compra peixe de mais três pescadores, seu T., seu P. e seu J. A. C. que lhes vendem o pescado pelo valor de um real e cinquenta centavos o quilo. Esses dois pescadores apesar de terem suas cabanas como a maioria dos que ali pescam, ficam na Romana apenas no período da safra do pescado.

Seu Z. G. tem uma venda de cerveja e refrigerante. No quintal sua esposa criava, no período da pesquisa, doze galinhas caipiras, oito patos e um casal de coelho. Essa família não planta absolutamente nada de hortaliças e verduras, tudo é trazido de Abade, assim como o gelo que conserva o peixe e gela as bebidas.

Até o ano de 2010 não havia nenhum equipamento de hospedagem na Romana. Quem para ali se dirigia e desejasse pernoitar ou levava barracas ou se aventurava a pedir hospedagem nas barracas dos pescadores. Porém no dia 26 de junho de 2010 foi inaugurada a Pousada Espadarte de propriedade do pescador B. M. S., , morador local em sociedade com um amigo, morador de Castanhal, um dos municípios do Nordeste Paraense. Este empreendimento conforme mostra a foto 10 é constituída de dois anexos. Pela ótica da fotografia o anexo da esquerda é a casa dos quartos, que são um total de oito, e o anexo da direita, o bar e restaurante, este são ligados por uma pequena ponte de madeira.





Foto01 Pousada Espadarte, na Romana.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

A estrutura da pousada é de madeira nas paredes e assoalhos, cobertas com palha de inajá (*Attalea maripa*). No bar foram utilizadas varas de bambu para fazer os detalhes que circundam os prédios e o mezanino. Todos os quartos são forrados com esteiras e as janelas teladas para evitar a entrada de insetos e morcegos.

As unidades habitacionais estão assim distribuídas: quatro quartos para casais que dispõem de uma cama para casal, um armário, lugar para armar duas redes e quatro quartos para solteiro que dispõem de duas camas para solteiro, um armário e lugar para armar até duas redes. Na parte final da casa, ficam quatro banheiros. O valor das diárias varia de cinquenta a sessenta reais, não incluído o café da manhã. O outro anexo é destinado ao bar e restaurante da pousada. O cardápio é composto de pratos à base de peixe, camarão, carne e frango. O valor do prato feito é de doze reais, sendo o prato mais caro a caldeirada especial que custa cinquenta reais e serve cinco pessoas.

O morador B. M. S., dono da Pousada Espadarte também fez do segundo andar de sua casa na Romana, um espaço que ele denomina Pousada Atlântico, que funciona desde 2009. Esta possui quatro quartos pequenos com colchões de solteiro. Nessa pousada o valor da diária varia de trinta a quarenta reais, sem café da manhã e sem banheiro nos quartos.

A praia da Romana entrou para o roteiro do Tapiaim por ser a praia mais conhecida de Curuçá. Quando o grupo leva visitante para ali, é o dono da pousada, o morador B.M. S. ou dona Rosa que fazem o receptivo do grupo localmente. Eles são responsáveis por prover o peixe e conversarem sobre o ofício da pesca com os visitantes. O Tapiaim ainda não levou grupos para se hospedarem na Pousada Espadarte.

Como esse foi o primeiro ano de funcionamento da Pousada Espadarte, o Sr. B. M. S. explicou que, devido à prefeitura não ter disponibilizado barco no mês de julho, não houve a ocupação esperada: a média dessa ocupação foi de três a quatro quartos por semana, sendo apenas no último fim de semana que essa ocupação foi total, devido a uma festa que já ocorre há três anos, sempre no último fim de semana do mês de julho, promovida por uma família de Curuçá.

Apesar do movimento não ter sido conforme o esperado por seus proprietários, ainda assim houve a necessidade de contratar três trabalhadores para o mês de julho. Segundo dona S. S., esposa de seu B. M. S. o valor pago a cada um dos contratados foi de quatrocentos reais.

Desses contratados para o mês de julho um tornou-se funcionário efetivo da pousada, já que seu B. M. S. devido ao ofício da pesca, não poder ficar na pousada, assim como sua esposa, pois trabalha como enfermeira no Posto de Saúde da Família (PSF) no Abade. O sócio, por trabalhar e morar em Castanhal, também fica impossibilitado de assumir diretamente o empreendimento, vindo para ali apenas nos fins de semana.

Quanto aos produtos consumidos na pousada, com excessão do peixe que é fornecido por seu B. M. S. segundo ele, por um preço mais em conta que o cobrado no mercado, todo material de cama, mesa e banho são trazidos de Castanhal, pela razão de serem mais baratos e pelo fato do sócio morar naquela cidade.

Este primeiro capítulo apresentou a discussão metodológica conceitual do turismo com base em autores como Oscar de La Torre (1985) e Beni (2004),. O trabalho segue a linha apontada na definição do segundo autor pelo fato das particularidades de permanência dos grupos nos locais estudados. Foram discutidos ainda conceitos do que se entende sobre Meio Rural na visão de Schmitz e Mota (2007) além de Turismo na Agricultura Familiar (BRASIL 2004).

Nesse momento faz-se a apresentação e descrição do local estudado, assim como a justificativa dessa escolha destacando a importância da Mesorregião do Nordeste Paraense e do município de Curuçá no Estado, assim como o processo de criação da RESEX Mãe Grande de Curuçá. Em seguida, faz-se uma densa descrição dos povoados de Muriazinho, Recreio, Pedras Grandes e Praia da Romana, locais que fazem parte do roteiro criado pelo Instituto Tapaiam.

No próximo capítulo se fará uma abordagem do turismo na política pública brasileira destacando os Planos e Programa desta atividade no país, mostrando como este tem sido

pensado para a região amazônica ,salientando para além deste contexto, o Turismo de Base Comunitária e sua evolução na América latina, Brasil, Amazônia, Pará e Curuçá.

## 2 O TURISMO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

### 2.1 OS PLANOS E PROGRAMAS DE TURISMO NO BRASIL.

A partir da década de 1980, com o fim dos governos militares no Brasil, o país passa por um processo de transformação na esfera política, econômica, social e ambiental. No que concerne a planos, programas e projetos como produtos do planejamento estatal, é apenas a partir da década de 1950, no mandato de Juscelino Kubitschek que decisões setorializadas, passam a ser implementadas pelo estado brasileiro. Inaugura-se o “desenvolvimentismo”, incentivado pelo Programa de Metas.

Nesse contexto de estado interventor no desenvolvimento, tendo o planejamento como norteador das ações, o Plano Trienal (1961-1964), “apesar de vago em muitos pontos, constituiu o primeiro a abranger toda a economia nacional, e não apenas alguns setores (como aconteceu com planos anteriores” (IANNI, 1991, p. 84). Vê-se então a partir dessas duas iniciativas, o estado brasileiro intervindo diretamente em diversos níveis e escalas através de políticas públicas.

Contudo não se pode falar de Estado indutor de desenvolvimento no Brasil, sem lembrar-se das mudanças ocorridas no país a partir de 1930, quando Getúlio Vargas assume o poder. Nesse momento, com um parque industrial insignificante, já que a produção nacional era substancialmente agrária, o Estado empenha-se em criar um país com uma indústria nacional forte, capaz de promover a substituição das importações, para isso, assume o papel de interventor na economia.

Nesse período, tendo um empresariado nacional desprovido de recursos e interesse de investir no desenvolvimento de uma indústria nacional forte o governo assume essa responsabilidade. Brum (1991) aponta que na área econômica, o governo direcionou os investimentos privados. Nesse sentido, foram criados estímulos à produção e a proteção dos salários, já que uma produção industrial forte requeria um mercado consumidor forte.

Houve mudanças relacionadas ao plano social, já que até então as ações do governo nessa área eram quase inexistentes, sendo a criação da Consolidação das leis do Trabalho (CLT), a demonstração maior desse novo momento. Além disso, foram ações do governo, segundo Brum (1991, p. 84) “promover a infra-estrutura (energia, transportes, comunicações, e a produção de matérias-primas básicas (ferro e aço e mais tarde, também, petróleo, petroquímica, indispensáveis ao avanço do processo de acumulação de capital)”.

Quanto ao turismo, somente a partir de 1964, nos governos militares, segundo Dias (2003, p. 130) com a promulgação do Decreto-lei nº 55, de 19 de novembro que “estabeleceu as diretrizes para a elaboração de uma política nacional de turismo, criou o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e Empresa Brasileira de Turismo (Embratur)”. A criação desses instrumentos de gestão pública foi um marco no planejamento desta atividade turística no país, pois retrata o início do reconhecimento do turismo enquanto atividade propulsora de desenvolvimento.

Baseada em Beni (2006), Cruz (2006), Dias (2003), Carvalho (2000) a reflexão sobre turismo e políticas públicas no Brasil, naquilo que se refere a planos e programas num recorte temporal a partir de 1960 será exposto na tentativa de entender como o turismo tem sido pensado e executado pela esfera federal nos diferentes níveis da administração pública neste país.

Para Lopes, Amaral e Caldas (2008, p.5) as “Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público”. Anterior a 1960, em relação ao turismo o estado brasileiro criou ações isoladas e destituídas de impactos relevantes tanto em relação ao plano institucional quanto ao plano das ações.

Sobre Política de turismo Beni (p.177) afirma que esta

é a espinha dorsal do “formular” (planejamento), do “pensar” (plano), do “fazer” (projetos, programas), do “executar” (preservação, conservação, utilização e ressignificação dos patrimônios natural e cultural e sua sustentabilidade) do “reprogramar” (estratégia) e do “fomentar” (investimentos e vendas) o desenvolvimento turístico de um país ou de uma região e seus produtos finais.

Nesse sentido, pensar na atividade turística sem atentar para um planejamento em diferentes níveis e escalas, reconhecendo os diferentes atores como co-autores das transformações pretendidas, já que planejar também perpassa por expectativas de mudanças, de seguir metas para se alcançar objetivos previamente traçados, que só alcançarão eficiência quando se planeja. Por ser o turismo uma atividade complexa, Beni (2003) sugere que independente da abrangência da política, as dimensões cultural, social e econômica devem ser as condicionantes no processo.

O turismo como atividade econômica organizada é resultado das transformações ocorridas na sociedade na Revolução Industrial. Segundo Camargo (2003), esta passou a se configurar a partir do século XIX quando Thomas Cook, considerado o Pai do turismo

moderno, promoveu a primeira viagem organizada de que se tem registro, na Inglaterra, em 1841.

Desde então, o turismo tem se tornado uma das atividades econômicas mais importantes do mundo. Conforme informa Dias (2003, p. 41) esta “tem suplantado os setores mais tradicionais da indústria, como a automobilística, a eletrônica e a petrolífera”. Em alguns países como o Caribe e a Polinésia francesa, essa atividade é responsável por mais de 50% da receita do país.

No Brasil, mesmo havendo esforço do governo brasileiro nas últimas décadas em dinamizar essa atividade, as políticas de turismo ainda não alcançaram a eficiência desejada. Cruz (2006, p. 345) explica que uma das razões que contribuem para esse fato é que essas políticas “espelham os contextos sociais, históricos, políticos e econômicos de que fazem parte”. A autora demonstra em forma de tabela (01) as tomadas de decisões dos governos brasileiros relacionadas ao turismo em diferentes segmentos.

Segmento	Passado (até o final dos anos 80)	Presente
INFRA-ESTRUTURA	Criação de facilidades para a implementação de infra-estruturas turísticas (binômio fomento-rodoviarização)	Implementação/melhoria de infra-estrutura básica de transporte (aeroportos, principalmente)
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Geração de riqueza (desenvolvimento econômico a qualquer preço).	Geração de emprego e renda/desenvolvimento sustentável.
GESTÃO	Centralização	Descentralização/gestão participativa
ESCALA	Nacional ↔ regional	Regional ↔ local
MERCADO	Estado regulador/interventor	Liberalização/desregulamentação
NATUREZA	Objeto de atração	Objeto de atração e de proteção
ESPAÇO/TERRITÓRIO	Palco de ações deliberadas	Receptáculo de ações planejadas (espaço-objeto).

Quadro 02 Políticas públicas de turismo no Brasil – velhos e novos paradigmas.

Fonte: Rita de Cássia Ariza Cruz (p. 345, 2006).

Na esfera da infra-estrutura, com a criação do CNTur e da Embratur, assim como o estabelecimento de diretrizes para uma política de turismo “o Estado brasileiro passa a tratar o turismo de forma mais abrangente, para além do agenciamento de viagens, mas com uma forte ênfase, a partir de então, no setor de hospedagem”(CRUZ, 2006, p.345).

Como se pode observar muda-se o foco das agências reguladoras do turismo. Os Planos de ações em infra-estrutura passam a investir na construção de rodovias, sistema

modal escolhido, com o objetivo de fazer a integração nacional das regiões brasileiras. Nesse contexto, a BR 101, conhecida como “translitorânea” é construída com o propósito de ligar praticamente todo o litoral leste brasileiro. Segundo Cruz (2006, p. 346) a rodovia “já nasceu com propósitos explícitos de incentivos ao desenvolvimento do turismo litorâneo no país”.

A década de 1970, segundo Beni (2006, p. 24) é marcada pela “criação de fundos para o financiamento de projetos de desenvolvimento turístico”. Nesse período, em 1971 foi criado o Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR). Em 1976, com objetivos de atender a demanda regional, foram criados o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), o Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM) e o Fundo de Investimento Setorial (FISSET).

Cada um desses fundos era financiado por instituições financeiras e sob a supervisão de agências financiadoras regionais. Nesse contexto, segundo Beni (2006) O Banco do Nordeste do Brasil – juntamente com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) eram responsáveis pelo FINOR. O Banco da Amazônia (BASA) e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) responsável pelo FINAM e o Banco do Brasil S.A, junto com a EMBRATUR, Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) ficaram responsável pelo FISSET.

Na área do desenvolvimento econômico apesar de todo esforço empreendido na esfera governamental, fato exemplificado pela criação, em 1971, do Fundo Geral de Turismo (Fungetur). Este, segundo Dias (2003, p.131), “é o primeiro fundo especialmente criado para financiar o desenvolvimento turístico no país”.

Porém, resultados obtidos com esses fundos não alcançaram o objetivo esperado. Houve, sim, a construção de equipamentos turísticos, no entanto, a falta de articulação entre as agencias financiadoras e as especificidades regionais foi uma das razões do fracasso desses investimentos. “Não foram levados em consideração os estudos e localização, de viabilidade econômico-financeira, de formação de recursos humanos e de inclusão social” (BENI, 2006, p. 25).

Na década de 1980, um período de transição entre o velho e novo regime no país, poucas ações na esfera governamental foram feitas envolvendo o turismo, porém não se pode deixar de mencionar que neste momento o turismo social passa a ser incentivado no país, assim como o estabelecimento da Política Nacional do Meio Ambiente, definida no art. 25 da Constituição brasileira.

É nos anos da década de 1990 que se observa um esforço coletivo para a construção de uma Política Nacional de Turismo. Nesse contexto, alguns programas foram instituídos pelo governo federal visando alcançar a esfera regional. Tendo a Embratur como órgão formulador, coordenador e executor da Política Nacional de Turismo, neste momento ela deixa de ser empresa, tornando-se instituto e isso lhe dá total autonomia na gestão dessas políticas.

Como resultado desse esforço coletivo, seguindo as normas e recomendações que a Organização Mundial de Turismo (OMT) fazia a seus países membros de que o turismo na esfera da ação ocorre nos municípios, tem-se a criação do Plano Nacional de Turismo (PLANTUR), em 1992. Sobre essa decisão, Dias (2003, p. 134) afirma que ela provocou “uma profunda alteração na política turística, que era altamente centralizada e que passa a preconizar uma grande descentralização”.

Como produto dessa descentralização, o PLANTUR previa a criação de programas de “pólos turísticos, turismo interno, formação de recursos humanos, produtividade e qualidade no setor turístico, ecoturismo, Mercosul e marketing internacional” (BENI, 2006, p.27). No entanto, o Plano Nacional de Turismo, segundo Dias (2003), não saiu do papel.

Em 1994, é instituído o Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Este segundo Beni (2006, p.26) foi “criado com o objetivo principal de melhorar o produto turístico brasileiro por meio da conscientização dos municípios e de seus habitantes acerca dos benefícios econômicos que o turismo poderia aportar, bem como da descentralização das atividades do planejamento”.

A partir de 1994, já no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) o turismo passa a ser pensado na esfera pública como um setor estratégico. Com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial (BIRD) são criados o “Avança Brasil” que tem como ponto de partida o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) Sul, Sudeste e Nordeste. Para a região amazônica, Centro-Oeste e Pantanal Mato-grossense, foi estabelecido o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR). O PRODETUR, sendo um programa de projeção nacional/regional, privilegia o turismo em nível local como estratégia econômica de desenvolvimento.

Essas iniciativas vindas de uma escala macro para a micro, no caso, os municípios, demonstram mudanças de paradigmas. Antes, as ações eram centralizadoras e autoritárias, pensadas em gabinetes, muitas vezes sem seus formuladores conhecer as regiões para onde



essas políticas foram elaboradas. Agora percebe-se a intenção de agregar diversos atores na discussão, no planejamento e na execução de diretrizes que venham melhorar a atividade turística no país.

Como resultado dessa nova Política Nacional de Turismo do governo FHC, são investidos no país “US\$ 133 milhões para a melhoria de aeroportos, US\$ 560 milhões para melhorias futuras, incluindo-se a recuperação de monumentos históricos e preservação ambiental” (SILVEIRA; PAIXÃO; COBOS, 2006, p. 128). Porém, após oito anos de vigência o PNMT chega ao fim e mesmo tendo alcançado metas como o aumento do desembarque de turistas no Brasil, que passou de treze milhões para vinte e seis milhões houve também o aumento da arrecadação nas cidades turísticas e pequenos municípios no valor de sete bilhões em impostos diretos e indiretos.

As razões consideradas por Silveira, Paixão e Cobos (2006) para que o programa chegasse ao fim foi que uma fatia considerável de recursos financeiros foram empregados em destinos turísticos e empresas já consolidados, assim como a falta de mão-de-obra qualificada para a elaboração de projetos nos municípios. Como mérito o programa permitiu que pela primeira vez o turismo fosse discutido de maneira ampla pelos mais diversos setores sociais e que centenas de pequenos municípios desse país tivessem visibilidade, oportunizando seus gestores e habitantes a pensar em formas de desenvolvimento de seus territórios por meio dessa atividade.

No ano de 2003, já na gestão do presidente Lula é criado o Ministério do Turismo. Essa iniciativa de criar um ministério para tratar a política de turismo no país é uma demonstração da importância que esta atividade viria a ter nesta nova gestão e prossegue com o processo de descentralização do turismo, pois neste momento, passam a existir os Fóruns dos Secretários Estaduais e a volta do Conselho Nacional de Turismo como instrumentos de co-gestão desse Ministério.

Nesse sentido, foi lançado o Plano Nacional de Turismo (PNT) elaborado por uma também nova Secretaria Nacional de Políticas de Turismo a qual formulou e instituiu o Programa Regionalização do Turismo (PRT) – Roteiros do Brasil, (BRASIL, 2003). Este Programa num primeiro momento trazia um Plano de metas 2003/2007 que consistia em alcançar 9 milhões de turistas estrangeiros no país; aumentar para 65 milhões as chegadas de vôos domésticos; criar condições para gerar 1.200.000 novos empregos e ocupações e gerar 8 bilhões de dólares em divisas (BRASIL, 2003).

No segundo mandato do presidente Lula, esse plano foi atualizado para o período de 2007/2010 – Uma viagem de Inclusão. Diferenciava-se do primeiro período por priorizar o turismo interno, buscando a parceria e a descentralização dessa atividade. Nesse sentido, as metas propostas foram (BRASIL, 2007): Criar 1,7 milhões de empregos no setor até 2010; promover a realização de 217 milhões de viagens no mercado interno; fazer investimentos em infra-estrutura e qualificação profissional; estruturar 65 destinos turísticos em todo o Brasil (com padrão de qualidade internacional) e gerar 7,7 bilhões de dólares em divisas.

O PRT pode ser considerado uma ampliação do PNMT, porém, enquanto este trabalhava o turismo numa escala local, aquele propõe a escala regional como área de atuação, em que os grupos de municípios são agregados por suas particularidades regionais. As bases fincadas pelo PNMT naquilo que se refere à participação, descentralização, inclusão social serão o fundamento do PRT para o estabelecimento dos Conselhos de Governança que este requer para sua gestão.

Diante do exposto, percebe-se que tem havido por parte do estado brasileiro um esforço, principalmente a partir da década de 1960, em dinamizar a atividade turística no país. Vê-se nos governos militares (1964 - 1985) a criação da primeira Política Nacional de Turismo (1966) e, como resultante desta, instrumentos de gestão pública como a Embratur, na época soberana nas decisões que envolviam a atividade turística no país. Ressalta-se, porém, que foi nesse período que o governo brasileiro como estratégia de marketing turístico vale-se da imagem feminina, com forte apelo sexual, com os resultados sentidos até os dias de hoje.

Na década de 1980, decorrente das transformações ocorridas na sociedade em escala global são perceptíveis mudanças que evidenciam direitos conquistados pelos movimentos das minorias (negros, índios, feminista...). Uma nova postura diante de questões relacionadas ao meio ambiente passam a nortear as ações direcionadas por governos, iniciativa privada, órgãos de pesquisas e movimentos sociais. Está criada uma conjuntura propícia a mudança de paradigma. Nesse contexto, Seabra (2001) relata que o Relatório de Brundtland 1987) aponta o desenvolvimento sustentável como uma das possíveis saídas às questões socioambientais presentes na sociedade .

Essa forma de desenvolvimento aponta a racionalidade e a sustentabilidade como parâmetros norteadores das práticas relacionadas à produção de bens e serviços, no uso dos recursos naturais e na relação homem/meio ambiente, com objetivo de atender tanto as necessidades da presente quanto das futuras gerações.

Com a elaboração da nova Constituição Brasileira (1988), Santilli (2005) afirma que pela primeira vez no país este documento trazia um artigo (225) específico tratando sobre o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito de todos os brasileiros,. E nesse bojo, na esfera da política de turismo o governo brasileiro institui a Política Nacional do Meio Ambiente. Para o turismo a consequência futura dessa mudança de paradigma permitiria o surgimento de outras formas de fazer turismo pautada na dialética desenvolvimento/sustentabilidade.

Nos anos de 1990, já com um estado democrático consolidado, as políticas de turismo, com base nas orientações de organismos internacionais passaram a financiar iniciativas e empreendimentos em escala local, na qual o município passa a ser a estrela das tomadas de decisões pensadas na escala governamental. A partir desse momento, a descentralização torna-se a mola mestra do processo. Como instrumento norteador, se dá a implantação da segunda Política Nacional de Turismo (1996), vinte anos depois da primeira.

A segunda Política Nacional de Turismo propõe orientar estratégias de qualificação profissional e descentralização política e nesse sentido, institui o PNMT para fomentar o desenvolvimento a partir da unidade menor da federação, o município.

Tem continuado por parte do governo brasileiro, o planejamento da atividade turística privilegiando a gestão descentralizada. Há um marco nesse processo qual seja pela primeira vez, a criação de um ministério para gerir as ações de turismo no país. Tem se percebido ações de ampliar e diversificar a oferta turística. Nesse contexto, com objetivo de ampliar a oferta da segmentação turística no país, por meio do Programa Roteiros do Brasil é feito um levantamento das iniciativas turísticas que trabalham um turismo diferenciado.

Essas iniciativas cujos protagonistas seriam trabalhadores do espaço rural, ligados a agricultura familiar e a pesca passam a ter apoio institucional para continuar a desenvolver essas iniciativas. É nesse momento que as experiências de Turismo de Base Comunitária passam a ser reconhecidas pelas políticas públicas como um meio de inclusão social, de desenvolvimento em diversas comunidades.

Essas experiências no Brasil datam de meados dos anos 1990. Ressalta-se ainda que essa forma de fazer turismo tenha sua origem na espontaneidade dos atores, isto é, foram organizadas por iniciativas destes. Não houve um direcionamento das políticas públicas para seu estabelecimento. Somente em 2008 é que o governo brasileiro reconhece essas experiências e lança o primeiro edital 01/2008 direcionado especificamente a essa forma de fazer turismo que se difere do turismo convencional ou de massa.

Mesmo que não se possa definir essa ação como uma política pública federal, no entanto, já é um marco na gestão do turismo no país. Pela primeira vez, o governo brasileiro reconhece e apóia experiências surgidas a partir de uma demanda local, organizadas e geridas por seus atores.

Mesmo diante desses avanços as políticas públicas de turismo, não raras vezes, apresentam-se desarticuladas entre os atores nas diferentes escalas. O Brasil continua sendo um país com potencial para o turismo, mas efetivamente esse potencial ainda não alcançou eficiência de gestão e de resultados. As várias tentativas de dinamizar essa atividade no país por vezes, o colocam como o “salvador da pátria” em questões relacionadas à exclusão social e todos os dilemas que isso acarreta.

Pretender que o turismo como atividade econômica dê resposta a questões e problemas estruturais e conjunturais de desemprego, geração de renda, infra-estrutura e saneamento é desconhecer que para o desenvolvimento dessa atividade em qualquer instância, faz-se necessário primeiramente, o inverso, ou seja, somente investindo nas áreas já citadas e em cidadania o local terá condições de receber e oferecer o melhor para seus habitantes e visitantes.

Dinamizar o turismo é tarefa complexa e como tal necessita da integração de vários setores e atores para se desenvolver. Se bem articulados esses setores e atores poderão ser capazes de dinamizar os territórios, promover o desenvolvimento sócio-econômico e contribuir para a preservação/conservação dos recursos naturais, culturais e patrimoniais de um lugar.

É louvável por parte do governo brasileiro que os municípios sejam os atores mais cortejados no planejamento do turismo, pois é ali que efetivamente essa atividade acontece. Contudo, isso deve ser feito dando aos interessados locais meios de formatar produtos com equidade de oportunidades econômicas e qualificação de mão-de-obra como requer o mercado, para que as tomadas de decisões dos fóruns estaduais e municipais saiam do papel, para que assim o turismo possa ser um vetor de desenvolvimento, uma atividade complementar ao modo de produção de pequenas comunidades, populações tradicionais e demais atores.

Como afirma Sansolo e Cruz (2003, p. 3)

[...] uma cultura de valorização do turismo não é algo que se constrói da noite para o dia ou por meio de atos administrativos ou de diplomas legais. Isto somente pode ser construído social e historicamente. E, historicamente, a administração pública federal no Brasil jamais tratou o turismo, de fato, como uma atividade relevante. Ao contrário, sua relevância resumiu-se apenas ao plano do discurso. Daí,

possivelmente, diversos setores da administração pública, em suas diferentes escalas, serem refratárias ao tratamento de temas pertinentes ao desenvolvimento do turismo.

De certo, o turismo para se tornar um instrumento eficaz de desenvolvimento em qualquer economia precisa ser planejado a partir de uma visão sistêmica onde todos os setores integrados trabalhem com objetivos de promover qualidade de vida para todos. No Brasil, as políticas públicas de turismo têm sido pontuais e desagregadas de outros setores como educação, saúde e saneamento o que dificulta o alcance a que os planos se propõem. Os reflexos desse desencontro são perceptíveis nas regiões onde essas diretrizes políticas são efetivadas. No próximo tópico, algumas dessas diretrizes e seus efeitos planejados para a Amazônia, na área do turismo serão discutidos.

## 2.2 O TURISMO NO CONTEXTO AMAZÔNICO.

A Amazônia legal, localizada na região Norte do país é composta por nove estados: Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso. Este espaço possui uma extensão territorial de 5,1 km<sup>2</sup>, correspondente a 60% do território nacional, com uma população de 23, 6 milhões de habitantes (BASA, 2008). Essa região, a partir da segunda metade do século XX, passou por profundas transformações resultadas da expansão do capital internacional com o incentivo e patrocínio do governo brasileiro por meio das intervenções de desenvolvimento para a região.

Na escala governamental foram os governos militares (1964-1985) com seus projetos de integração nacional que incluíram esse espaço em programas de desenvolvimento e modernização nacional e colocaram essa região no contexto da geopolítica mundial. Na década de 1970, com os Planos de Desenvolvimento para a Amazônia (PDA), esta é integrada definitivamente nos planos governamentais.

As políticas de intervenção de desenvolvimento econômico para a região colocadas em prática a partir de 1970 deram-lhe uma nova configuração espacial, gerando uma nova dinâmica produtiva. Nesse período os grandes projetos madeireiros, agropecuários e minero-metalúrgicos começam a ser implantados e transformarão para sempre as relações produtivas, espaciais, econômicas, ambientais e sociais na Amazônia

Sobre a Amazônia, alguns indicadores de desenvolvimento comprovam que essa região ainda se apresenta como uma das menos desenvolvidas no país. Segundo o IBGE (2010b), em 2009 a população da região era de 24,7 milhões de habitantes. Em relação à

concentração de renda, dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicados por Celentano e Verissimo (2007), apontam que em 2005, “as 225 mil pessoas mais ricas da Amazônia detêm 12% da renda domiciliar total da região, enquanto outras 11,3 milhões de pessoas mais pobres detêm praticamente a mesma fatia (16%)”.

Baseada em Figueiredo (1999), Sansolo (2003), Rocha e Tavares (2010) e Coelho (1998) um breve apanhado das políticas públicas de turismo para a Amazônia foi feito, a partir da década de 1970, quando efetivamente essa região entrou no processo de integração ao mercado nacional e internacional. Em seguida, faz-se uma discussão sobre como o turismo tem sido pensado para essa região após o paradigma do desenvolvimento sustentável e qual modalidade de turismo trazida no bojo desse paradigma tem sido implantadas nos territórios amazônicos.

Rocha e Tavares (2010) informam que em 1977, dentro do II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) foi criado o I Plano de Turismo da Amazônia. Figueiredo (1999, p. 111) expõe que este plano tinha como objetivo “criar alternativas de investimento e indicar possibilidades ao setor”. Nesse momento, o plano torna-se um dos instrumentos da política pública na promoção do desenvolvimento regional, tendo como agência planejadora a EMBRATUR e gestora a SUDAM.

Mesmo com algumas estruturas administrativas de turismo no Brasil sendo criadas ainda no ano de 1966 (EMBRATUR, CNTur), Coelho (1998) afirma ter sido apenas no II Plano de Turismo da Amazônia (PTA) (1992-1995) que esta atividade passa a ser planejada para a região, pois no entendimento dos gestores públicos ela:

[...] estimula a criação de pólos turísticos definidos para toda Amazônia Oriental e Ocidental baseado na mesma concepção de pólos de desenvolvimento de François Perroux, anteriormente testado sem muito sucesso para o Nordeste e para a própria Amazônia. Em consonância com o PTA, os governos na Amazônia buscam no turismo e agora mais ainda no ecoturismo, novas alternativas de desenvolvimento (COELHO, 1998, p. 76, 77).

Como se observa a partir desse período as diretrizes do governo para a região em relação ao modelo de turismo que devia ser trabalhado é definido e tende a privilegiar o ecoturismo devido à presença marcante de atrativos naturais. O II PTA (1992-1995) segundo Coelho (1998, p. 76) já apresenta o subitem “ecoturismo - alternativa de desenvolvimento sustentado” em que o estado reconhece que no país e principalmente, na Amazônia, essa modalidade é incipiente, destacando o pouco conhecimento do estado sobre essa atividade.

Não se pode deixar de notar que todo esse interesse em fazer do ecoturismo a modalidade de turismo pensada pelo estado para a região se dá devido à importância que a

conservação e preservação do meio ambiente passa a ter em escala mundial. Desde 1972, com a I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo esse tema passa a nortear as discussões. Vinte anos depois, em 1992, quando acontece no Rio de Janeiro a segunda Conferência, a Rio-92, sendo a Amazônia o foco central das discussões, por pressões externas, o governo brasileiro privilegia o ecoturismo como indutor de desenvolvimento regional.

Figueiredo (1999) destaca que o II PTA cria zona de interesse turístico na Amazônia, porém essas iniciativas não deram certo. Em 1989, é criado o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), com gerência do BASA, que disponibiliza uma linha de crédito para o turismo ecológico. O FNO tinha por objetivo financiar empreendimentos ecoturísticos de infraestrutura diversificada. Como resultado, são construídos os *lodges* – hotéis de selva, ou seja, o grande capital é que se privilegia dessa política de investimento na região.

No ano de 1994, no governo de FHC, por meio do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) é instituído programa de pólos turísticos. Nesse contexto, é criado para gerir o turismo na Amazônia o PROECOTUR, com o financiamento de agências internacionais como BID e BIRD. Nesse momento a atividade turística, assim como já diversos setores da economia local, passam a ter influência direta do capital internacional.

Na Amazônia, é no decorrer do PROECOTUR que serão definidos os pólos turísticos. Estes estão distribuídos conforme quadro 03:

<b>ESTADOS</b>	<b>PÓLOS DEFINIDOS</b>
Acre	Vale do Rio Acre (Rotas Caminhos do Pacífico, Caminhos da Revolução e Caminhos Chico Mendes) e Pólo Vale do Juruá.
Amapá	Pólos Castanhais, Tumucumaque, Pororoça, Extremo Norte e Meio do Mundo.
Amazonas	Amazonas, Saterê e Alto Solimões
Maranhão	São Luis, Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, Parque Delta das Américas, Chapada das Mesas e Floresta dos Guarás
Mato Grosso	Serrado, Amazônia, Araguaia e Pantanal
Pará	Belém, Amazônia Costa Atlântica, Marajó, Xingu, Araguaia Tocantins e Tapajós.
Rondônia	Porto Velho/Cuniã e Guajará-Mirim
Roraima	Extremo Norte do Brasil (Norte do Estado), Roraima a Savana Amazônica (Região Central do Estado) e Entre Águas e Florestas da Linha do Equador (Sul do Estado)
Tocantins	Encantos do Jalapão, Lagos e Praias do Cantão, Serras Gerais, Serras e Lago e Ilha do Bananal

Quadro 03 Pólos de turismo definidos pelos Estados da Amazônia.

Fonte: BASA, 2008.

Como mostrado no quadro acima, essa divisão de pólos turísticos pelo PROECOTUR, apresenta de forma clara o processo de descentralização na administração pública no país. Ressalta-se que essa mudança reflete o que vem ocorrendo em escala global. Nesse momento, a globalização estimula a reorganização local, delegando aos municípios a busca por alternativas de desenvolvimento.

Na Amazônia, de acordo com BASA (2008) os atrativos turísticos foram agrupados em cinco categorias: naturais ecológicos; históricos e culturais; folclore; manifestação técnica científica contemporânea e eventos programados. Estes atrativos estão distribuídos em todos os citados pólos.

Não se pode ignorar que como atividade econômica, o turismo segue as regras dos mercados globais e locais para se adequar às transformações ocorridas na sociedade. Nesse contexto, de nada adianta formular políticas se não houver articulação entre os diversos atores envolvidos. Na Amazônia, essas políticas em sua maior parte, sempre foram desarticuladas.

A insistência por parte da esfera pública em privilegiar o ecoturismo como apropriado para este espaço, cria uma saturação na região. Logo, deixa-se de investir em outras possibilidades de turismo sustentável o qual, segundo Dias (2003, p. 107):

[...] pode ser definido como o que não compromete a conservação dos recursos naturais sobre os quais se sustenta e que, portanto, reconhece implicitamente a necessidade de proteção do meio ambiente. Busca a manutenção de um equilíbrio entre os três eixos básicos nos quais se apóia: suportável ecologicamente, viável economicamente e equitativo desde uma perspectiva ética e social.

Na Amazônia, os resultados dos programas de turismo foi o favorecimento do grande capital por meio dos financiamentos dos hotéis de selva, principalmente no estado do Amazonas. Segundo exposto por Figueiredo (1999) em pesquisa feita naquele estado no ano de 1991, eram seis empreendimentos nessa categoria com 283 leitos para atender um fluxo de 32.574 turistas. Em 1996, o número de empreendimentos saltou para dezesseis e o número de leito para 1.007, enquanto o fluxo de turistas alcançou apenas 34.582. Os números mostram um crescimento de empreendimentos em relação à demanda ou seja, o investimento em infraestrutura cresceu, porém a demanda permaneceu estável.

Esses dados comprovam de maneira contundente que a falta de planejamento gera perdas. Na dimensão social as perdas são maiores. Esses empreendimentos em muitos casos foram colocados como enclaves no espaço ocupado por gerações de populações tradicionais amazônicas, e por não haver investimento em qualificação de mão-de-obra, na diversificação



da produção agrícola e demais setores produtivos, a população não tem como se envolver diretamente com os turistas. Nesse sentido, Sampaio, Zechner e Henriquez (2008, p. 9) esclarecem:

[...] embora se tenha oitenta e cinco definições de ecoturismo, o termo atualmente está vulgarizado, sobretudo quando essa modalidade de turismo é apropriada pela lógica utilitarista economicista, como exemplificado na desapropriação de terras comunitárias por um megaempreendimento que se intitula *resort* ecológico.

O mesmo autor expõe os três critérios que devem ser levados em conta quando se fala de ecoturismo: 1) os atrativos deveriam ter por base a natureza, 2) deve haver interação entre visitantes e a população autóctone e 3) o produto ecoturístico deve seguir princípios e práticas coligadas com a sustentabilidade ecológica. Diante dessa afirmação, faz-se necessário rever algumas experiências ditas ecoturísticas, mas que não atendem aos requisitos acima descritos.

No contexto do desenvolvimento sustentável, outras formas de turismo passaram a ser construídas e compreendidas como fator de desenvolvimento para a região. Um desenvolvimento em que as pessoas e seus territórios sejam efetivamente os mais beneficiados. O Turismo de Base Comunitária (TBC) é uma delas e, sobre essa prática de turismo que se constitui a próxima sessão desse trabalho.

### 2.3 O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.

O turismo como atividade resultante das transformações ocorridas na sociedade moderna, se tornou objeto dos discursos e mudanças que se apresentam nos recentes contextos sociais, econômicos, ambientais e culturais na sociedade. Com o discurso da sustentabilidade em evidência, o turismo passa a ser visto como uma atividade que pode dinamizar territórios e promover a inclusão socioeconômica, além de cooperar na conservação/preservação dos recursos naturais.

Nesse sentido, o turismo pode ser um contraponto na busca de caminhos sustentáveis para desenvolver territórios ricos em recursos naturais e culturais, mas que nesse processo de globalização ficaram a margem dos benefícios que o desenvolvimento pode promover. Campanhola e Silva (2000, p. 15) afirmam que a globalização ocorre de forma diferenciada nos diversos países, “pois depende da atratividade que eles oferecem às redes globais”. Os mesmos autores relacionam os fatores que contribuem para isso:

[...] a força econômica e política do país, o tamanho e potencialidades do mercado interno, a natureza e a importância das matérias primas que as corporações internacionais procuram, a legislação e regulamentação dos estados nacionais quanto ao comércio exterior e aos fluxos de capital financeiro transnacional, e o nível de corrupção (CAMPANHOLA; SILVA, 2000, p. 15).

Observando esses fatores, vemos que no contexto da globalização alguns grupos de países se encaixam nesses interesses de mercado e, dentre esses grupos de países, os da América Latina se sobressaem. É histórico que desde as relações mercantilistas esses territórios foram vistos apenas como provedores de matéria-prima pelas nações colonizadoras. Isso mudou e daí a necessidade de buscar formas de inserir essas economias nos mercados globais sob prisma que não seja o da exploração do homem pelo homem e nem da subjugação da natureza pelo homem.

Com as diretrizes de mudanças propostas pelo Relatório Brundtland (1987, apud SEABRA, 2001) que propõe desenvolvimento sustentável para um sistema pautado no uso predatório dos recursos naturais, a sociedade em escala global passa a discutir como se chegar a um consenso nesse paradoxo que se apresenta. Nessa busca, o turismo é apontado como uma das saídas para essa nova crise no modelo de desenvolvimento.

Almeida (2002, p. 25) afirma que “uma das premissas fundamentais é o reconhecimento da “insustentabilidade” ou adequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas”. Nessa conjuntura, a insustentabilidade de algumas atividades passam a ter visibilidade, e a do turismo é uma delas, pois o modelo estabelecido é predatório, excludente e impessoal. Rodrigues (2000, p. 181) afirma que “a atividade turística, em sua própria essência é incompatível com a idéia de desenvolvimento sustentável” e justifica sua afirmação pela forma consumista com que essa atividade se apodera do ambiente já que:

[...] a medida que se instalam algumas “facilidades” e que esses lugares passam a ser conhecidos e entram no “sonho” e na realização do desejo, já se iniciou o *desenvolvimento insustentável*, pois são rompidas as formas de manutenção de equilíbrio anterior, que foi exatamente o atrativo para as atividades turísticas (RODRIGUES, 2000, p. 182).

Dias (2003, p. 60) contrapõe essa afirmativa quando esclarece:

O desenvolvimento sustentável é um processo orientado que contempla uma gestão global dos recursos com o objetivo de assegurar sua durabilidade, permitindo conservar nosso capital natural e cultural, incluindo as áreas protegidas. Sendo o turismo um poderoso instrumento de desenvolvimento, pode e deve participar ativamente na estratégia de desenvolvimento sustentável. Uma boa gestão de turismo exige garantir a sustentabilidade dos recursos naturais dos quais depende.

Baseado nesse paradigma surge o Turismo Sustentável, segundo Dias (2003, p. 107):

[...] pode ser definido como o que não compromete a conservação dos recursos naturais sobre os quais se sustenta e que, portanto, reconhece implicitamente a necessidade de proteção do meio ambiente. Busca a manutenção de um equilíbrio entre os três eixos básicos nos quais se apóia: suportável ecologicamente, viável economicamente e equitativo desde uma perspectiva ética e social.

Diante deste cenário o turismo torna-se uma estratégia socioeconômica, no desafio de promover o desenvolvimento sócio-espacial dos territórios em que se observe potencial para essa atividade. Dentre essas novas formas de inserção de territórios, mas uma vez o turismo é apresentado como uma saída para o desenvolvimento de pequenas comunidades que possuem riquezas naturais e culturais, porém não sabem dinamizá-las em benefício próprio. O turismo de Base Comunitária (TBC) surge como uma resposta dessas comunidades frente ao turismo convencional que prioriza a massificação dos lugares sem a preocupação com seus habitantes e os recursos utilizados.

Diante do exposto com base em Maldonado (2009; Sampaio (2008); Irving (2009) Campanhola e Silva (2000) será feita a exposição do TBC como uma nova forma de planejar o turismo e por meio deste se encontrar caminhos que levem a uma governança local efetiva com benefícios que evidenciem a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de locais esquecidos pelas políticas públicas. Por tomarem consciência da importância de seus recursos e capital social, estes vão em busca de possibilidades de inserção no mercado de trabalho, na geração de renda, na busca pela cidadania.

As primeiras experiências em TBC datam da década de 1980, nos territórios indígenas e rurais da América Latina. Dentre os fatores que contribuíram para seu surgimento Maldonado (2009 P. 26, 27) destaca quatro:

[...] 1) - as pressões mundiais do mercado turístico; 2) - das necessidades econômicas e trabalhistas da grande maioria das comunidades que buscam superar uma situação de pobreza crônica; 3) - o papel relevante das pequenas e médias empresas na dinamização do desenvolvimento econômico local na diversificação da oferta turística nacional; e 4) – as estratégias políticas dos movimentos indígenas e rural para preservar seus territórios ancestrais, frente à globalização.

Como se observa esse conjunto de fatores presentes em diversos locais tem sido a tônica das reivindicações de comunidades que tem a consciência de seu potencial de riqueza cultural, patrimonial, natural, de capital humano, mas que por falta de alternativas viáveis de desenvolvimento, por séculos convivem com situações de miséria, medo de perder seus

patrimônios para o grande capital. Nesse contexto, o turismo comunitário se apresenta não como a atividade principal, pois segundo Maldonado (2009, p.30)

...o turismo não deve competir, e menos ainda, suplantar as atividades tradicionais que têm garantido a sobrevivência de tais povos. É concebido como um complemento ao progresso econômico e ocupacional para potencializar e dinamizar as atividades tradicionais que as comunidades controlam com imensa sabedoria e maestria.

Essa afirmativa vai de encontro ao que ressalta Coriolano (2009, p. 284) quando enfatiza que “as atividades turísticas comunitárias são associadas às demais atividades econômicas com iniciativas que fortalecem a agricultura, a pesca e o artesanato, tornando estas atividades preexistentes ao turismo sustentável”

O TBC torna-se uma resposta dessas comunidades frente às formas convencionais de turismo que ao adentrar nesses territórios, se vale do modo de vida de seus habitantes como espetáculo e não como troca de experiência, de alteridade, de percepção que o mundo e o homem se integram, um não existe sem o outro. É devido a essa interação que as mudanças são possíveis, gerando novas dinâmicas e valores entre os envolvidos.

É nesse contexto que Maldonado (2009, p.31) conceitua Turismo Comunitário

Entende-se por Turismo Comunitário toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação de serviços turísticos.

Vale ressaltar que se há mudança na forma de organização de algumas práticas turísticas é porque em algum momento, a demanda mudou. Com a globalização que impõe até certo ponto a homogeneização de cultura e comportamentos, se verifica grupos que lutam contra essa estrutura e que para esses grupos, o diferente, é primordial. Assim é que se percebe o surgimento de um novo perfil de turista preocupado com suas ações nos lugares de destinos, com um senso de responsabilidade social e ambiental diferenciado daqueles que compram pacotes programados e apenas passam nos locais e não compartilham, não interagem com o outro.

A necessidade de interação devido a velocidade com que os afazeres da vida moderna impõem é uma demanda que o turismo comunitário oportuniza a satisfação com a convivencialidade, um dos principais atrativos dessa prática. Sampaio, Zechner e Henriquez (2008, p. 7) a conceitua “como uma relação social que se interessa pelo outro, pelo diferente,

pela alteridade, respeitando a simplicidade das comunidades tradicionais, suas rotinas, seu jeito de falar, cantar, dançar, comer, entre outros.

É uma relação dialética, de reconhecimento da importância do outro, de se ver no outro, respeitando suas diferenças e aprendendo com elas. Esse turismo oportuniza que turistas conscientes potencializem suas experiências e que por meio dessa convivencialidade haja o reconhecimento de que cada um, com sua carga de vivência respeite o espaço e o modo de vida dos envolvidos no processo.

O TBC proporciona assim o protagonismo social que para Irving (2009, p.112) “resulta do sentimento de pertencimento e do poder de influência sobre os processos de decisão, e só pode ser expresso plenamente quando o ator social se reconhece como agente do processo de construção da realidade e da dinâmica de desenvolvimento”.

É nessa perspectiva de valorizar o local e suas relações que o TBC surgiu. O local aqui representa “o agrupamento das relações sociais. Ele é também o lugar onde a cultura e outros caracteres não transferíveis têm sido sedimentados. É onde os homens estabelecem relações, onde as instituições públicas e locais atuam para regular a sociedade” (CAMPANHOLA; SILVA, 2000, p.13).

Para o turismo o local é essencial, pois como já mostrado, é ali onde as relações acontecem, porém, quando se trata de TBC, pensar apenas no local em si não é o suficiente. Alguns princípios devem ser observados para que essa prática seja considerada de base comunitária. Irving (2009) sugere que nesse sentido, sejam observadas se essa iniciativa tem “motivação endógena” (Idem, p. 112), ou seja, se isso parte de uma vontade dos grupos sociais locais ou se é uma demanda externa. Caso não seja uma demanda local, ela deixa de ser essencial para essa prática.

Outro princípio está centrado na “perspectiva da participação das populações locais no processo de planejamento, implementação e avaliação dos projetos turísticos” (Idem, p. 114). Observa-se que este princípio exige a participação social como fator fundamental para o sucesso dessa iniciativa, pois sem isso, ela se torna como tantas outras iniciativas presentes no mercado, onde se vê a centralização nas tomadas de decisões como a tônica diretiva.

A autora expõe ainda que este se “desenvolva em escala limitada, definidas a partir dos recursos locais, potencialidades e restrições identificadas com a participação direta das populações envolvidas” (Idem, p. 115). Esse princípio mostra a preocupação que os atores locais devem ter com a capacidade de carga do local, assim como das escolhas dos atrativos, e da responsabilidade das ações dos atores envolvidos na atividade.

“A geração de benefícios diretos à população local que perpassam pela afirmação cultural e interculturalidade e o “encontro” como condição essencial” (Idem, p. 116). Nesse princípio, evidencia-se talvez o maior legado do TBC que é o da inclusão social de comunidades que podem, por meio do turismo, ter seus territórios dinamizados e por esse meio alcançarem o fim esperado de desenvolvimento sustentado e sustentável em todas as dimensões.

Ainda é cedo para se concluir que o TBC constitua-se em uma das alternativas de desenvolvimento sustentável, em que os atores envolvidos sejam os protagonistas de sua própria história e, por meio disso alcancem níveis de governança jamais antes experimentados. No entanto, se olharmos o cenário em que ele surge, pode-se inferir que se apresenta como uma das formas mais promissoras de se alcançar os benefícios da cidadania tão almejados por todos os que por gerações foram alijados de seus direitos ao bem-estar social em qualquer sociedade.

Apesar de ser uma forma relativamente nova de pensar e fazer turismo, experiências desse segmento têm alcançado êxito na América Latina e em países como Chile e Costa Rica. No Brasil, os Estados que se destacam nessa prática são o Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul e Ceará. No Amazonas se destacam Silves e Tefé. No Pará, sobressaem as experiências em Santarém, no Marajó e em Curuçá, sendo estas contempladas pelo edital 01/2008 do Ministério do Turismo.

Essas iniciativas são exemplos de novas possibilidades sustentáveis de produção do espaço rural brasileiro, os quais têm na valorização dos modos de vida e na busca pela emancipação social ações que apontam para um outro modo de desenvolvimento pautado na busca pela cidadania. Por isso, o turismo tem sido proposto por gestores de políticas públicas, da iniciativa privada, ONGs e habitantes de territórios como um dos caminhos para a geração de emprego e renda, assim como de preservação e conservação dos recursos naturais. É nessa perspectiva que se fez o estudo desta iniciativa de ecoturismo de base comunitária que está sendo desenvolvida em Curuçá, pelo Instituto Tapiaim.

O presente capítulo traz uma descrição histórica, retratando ao longo do tempo os planos e programas de turismo no Brasil, destacand a criação de organismos que como o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), este com *status* de Instituto, os quais na década em que form criados (1960) traziam as diretirzes do governo brasileiro para a atividade turística no país, assim como, expõe as mudanças

ocorridas ao longo da linha do tempo nos planos e programas naquilo que se refer as escalas da administração política .

Essas mudanças são refletidas neste trabalho a partir do recorte de 1960 passando pelo Plano de Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) estabelecido em 1996, culminando na criação do Ministério do Turismo, em 2003, fato que apontava para uma nova postura do governo brasileiro em relação à atividade turística no país.

Destaca-se ainda à criação dos diversos fundos específicos para a atividade turística, geridos por agências financiadoras regionais

Esses fundos e suas agencias fiaciadora vieram atender principalmente, a criação de infraestrutura turística nas diversas regiões do país. Diante do fato, a Amazônia na década de 1970, com os Planos de Desenvolvimento para a Amazônia (PDA), passa a ser integrada definitivamente nos planos governamentais, e conseqüentemente, por meio do II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) foi criado o I Plano de Turismo da Amazônia tendo como agencia planejadora a EMBRATUR e gestora a SUDAM.

Destca-se ainda que neste plano, o tipo de turismo pensado pelo governo brasileiro para a Amazônia foi o ecoturismo, nesse sentido, na década de 1990, é criado o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR). Desntro desta perspectiva, várias modalidades de turismo foram sendo implemntadas na região, com o objeivo de gerar o desenvolvimento.

Mais recentemente, o turismo de base comunitária se estabelece no país, e surge com a propsota de ser um contraponto na forma de fazer turismo, pois visa atender, principalmente, a população autóctone e a conservação de seus modos de vida, cultura e recursos naturais.

No capítulo seguinte será feito um diálogo sobre cidadania e participação, já que o turismo de base comunitária busca por meio da participação das comunidades no processo decisório de promoção da atividade turística, de alteridade, de coopreação. Logo, esses princípios acabam por pomover a inclusão social e o ganho da cidaania.

### 3 A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA PELA PARTICIPAÇÃO

#### 3.1 CONCEITOS E PREMISSAS FUNDAMENTAIS

Quando se fala ou pensa em cidadania, quase sempre se reporta aos gregos, pois foram estes que deixaram essa noção para o mundo ocidental. Porém, cidadania como conquista individual na sociedade moderna está relacionada ao estabelecimento do Estado-nação. Na idade moderna, os exemplos mais expressivos da luta pelo reconhecimento da cidadania está ligado às revoluções inglesa e francesa.

Sobre cidadania Touraine (1996, p. 101) expõe que “significa a construção livre e voluntária de uma organização social que combina a unidade da lei com a diversidade dos interesses e o respeito pelos direitos fundamentais”. Para Santos (2007, p. 19) “a cidadania é uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância”.

Nesse sentido, cidadania seria o acesso a direitos garantidos nas leis que regem um país de forma igualitária, sem distinção a qualquer individuo permitindo que tenham ao seu alcance todas as possibilidades referentes à solução de suas necessidades.

É diante dessas fragilidades que Milton Santos (2007, p. 19) propõe os seguintes questionamentos: “há cidadãos nesse país? Quantos habitantes, no Brasil, são cidadãos? Quantos nem sequer sabem que não o são?” o próprio autor responde que no Brasil existe “uma cidadania mutilada, subalternizada, muito longe do que, habitualmente, em outros países capitalistas, define o instituto” (SANTOS, 2007, p.37).

São várias as situações que evidenciam essa afirmação. Segundo Demo (1996) isso vai desde a falta de empregos que está diretamente ligada ao crescimento da economia, à insuficiência da infra-estrutura industrial, ao subemprego e à profissionalização que, segundo Demo (1996, p.10) “não atinge seus fins caso não existam os adequados postos de trabalho porquanto não é treinamento que os cria”.

Ainda sobre a profissionalização, Santos (2007) informa que ela trás prejuízo, pois as regulamentações impostas para cada profissão limitam os alunos apenas à instrumentalização daquilo que diz respeito àquela formação estudada, bloqueando um olhar abrangente, que envolva acima de tudo o seu papel social como profissional.

Esses autores mostram que na busca da inclusão no mercado de trabalho não basta somente a profissionalização por si só, é necessário haver oportunidade de inclusão nesse



mercado, e nem sempre isso é alcançado apenas com a formação profissional. Em Curuçá percebe-se isso bem definidamente quando o Instituto Peabiru formou duas turmas de trinta moradores em agentes ambientais e nenhum desses tem conseguido trabalho na Resex Mãe Grande de Curuçá. A intenção do Peabiru na qualificação dessa mão-de-obra era com esse objetivo, porém, o mercado local não absorveu esses profissionais.

Com o objetivo de criar alternativas de inclusão social tem se avançado nas últimas décadas na invenção de tecnologias sociais que venham a colaborar para a melhoria da qualidade de vida do exército de excluídos da cidadania, cuja ausência de direitos mínimos como moradia, saúde, educação, alimentação e lazer. Lazer, sim, porque é um direito do homem, assegurado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, Artigo XXIV.

Nesse contexto de exclusão social Coriolano (2005, p. 296) aponta esta “como um traço fundante da sociedade brasileira” A autora expõe que o Relatório da Organização Internacional do Trabalho considera a exclusão social um fato que

[...] compreende àqueles que se encontram desempregados há mais de um ano, os que não são qualificados profissionalmente para o trabalho e os migrantes. A partir dessas três categorias passaram a ser considerados excluídos: os pobres, os ‘novos pobres’, os jovens de bairros afastados, os desempregados, os analfabetos, os anciãos pobres, os deficientes, os doentes mentais, os soropositivos e os doentes de AIDS. (CORIOLANO, 2005, p. 298).

Porém, os esforços e avanços conseguidos na última década no Brasil com objetivo de promover a inclusão social e assim garantir cidadania, muitos programas foram criados no país. Na área de educação o programa universidade para todos (Prouni) tem proporcionado a milhares de brasileiros de baixa renda, que ganham entre um e meio a três salários mínimos, a entrada em instituições privadas de ensino superior. Desde 2004, quando foi criado, até 2010, 748 mil estudantes foram beneficiados pelo programa, segundo dados do Ministério da Educação (BRASIL, 2010).

Desse total, 48% foram direcionadas aos afrodescendentes, sendo inclusive criado o sistema de cota nas universidades públicas com o objetivo de promover a inclusão social desta parcela da população brasileira. Desde 2007 está em vigência o “Programa Incluir”, que permite a acessibilidade de pessoas com deficiência física às instituições de ensino superior. Há também o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que em 2010 beneficiou 600 mil alunos de baixa renda com apoio financeiro em curso de graduação presencial, nas instituições federais de ensino superior.

Na área da saúde o Programa Farmácia Popular do Brasil disponibiliza medicamentos de uso mais comuns a preços muito abaixo dos cobrados pela rede privada a quem consome medicamentos de uso contínuo. O Programa Brasil sorridente inclui, além do atendimento básico, a criação de Centro de Especialidades Odontológicas, laboratórios de próteses odontológicas e fluoretação de água de abastecimento público. Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2010) entre 2002-2010 o investimento do Brasil Sorridente foi de 600 milhões de reais. Além desses exemplos, pode-se citar ainda as cirurgias a pacientes que sofrem de obesidade mórbida; a doação de próteses a deficientes físicos e a vacinação de gripe em idosos, como exemplos de ações recentes do governo na área da saúde no país.

Em relação a distribuição de renda condicionada, o governo brasileiro criou o Bolsa Família que segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (BRASIL, 2009), já atendeu mais de 12 milhões de famílias no país. O governo afirma que este programa já conseguiu reverter os índices de pobreza extrema de 12% em 2003, para 4,8% em 2008.

Com a portaria interministerial 13, firmada entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Meio Ambiente em 2002, seguindo diretrizes do II Plano Nacional de Reforma Agrária 2003/2007, lançado em 2003, foi estendido aos moradores e usuários das Unidades de Conservação (UC) e Reservas, o direito de gozar dos benefícios semelhantes aos dos assentados da reforma agrária. Essa ação, mesmo que seja paliativa, pois não resolve o problema maior que é a realização da reforma agrária no país, possibilita a uma parcela da população brasileira, até então esquecida pelas políticas públicas de ter melhorias em relação a moradia e equipamentos relacionados a agricultura e a pesca.

Esses exemplos mostram que em alguns pontos tem havido mudanças relacionadas a conquistas de direitos referentes à educação, à saúde e à distribuição de renda. Contudo, o Brasil ainda é um país cujos dados revelam uma desigualdade social expressiva. Isso influencia diretamente no acesso aos direitos básicos que se efetivam em cidadania. Segundo o IBGE (BRASIL, 2010b) persistem as desigualdades sociais, regionais e interestaduais em relação à distribuição de rendimentos. O Instituto aponta ainda que 43% dos domicílios são inadequados para a moradia. Na busca de suplantar essa constatação perversa tem se visto os esforços de governos, da sociedade civil organizada e das instituições de ensino e pesquisa que têm cooperado com a inserção de novas tecnologias sociais, novas metodologias que incluam a população nos processos de planejamento e decisão com o fim de colaborar com a superação de situações de pobreza em que vivem muitas comunidades nesse país.

Na esfera pública a década de 1990 no Brasil foi um divisor de águas naquilo que se refere à mudança em relação ao planejamento e execução dos planos, programas e projetos de desenvolvimento. As organizações em seus diversos níveis e escalas se viram diante da descentralização do planejamento das políticas públicas.

Nesse contexto, na esfera governamental essa mudança se evidencia na Constituição Brasileira de 1988, quando esta privilegia os municípios como gestores de políticas que antes eram de competência dos governos estaduais e federal. Como evidencia dessa nova postura política Campanhola e Silva (2000, p. 18) apontam como exemplo a “criação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), fundos de Saúde, Assistência Social e Educação e mais recentemente, do PRONAF”.

Porém, isso é um processo e como tal são grandes as dificuldades enfrentadas nas diversas escalas administrativas para que os objetivos previstos com a descentralização efetivamente alcancem níveis de eficiência na administração pública. No bojo dessas transformações, o processo participativo das organizações sociais tem sido uma das ferramentas utilizadas para legitimar as tomadas de decisões que envolvem os diversos atores e suas demandas. Sobre à participação, Sansolo (2008, p.125) afirma que

...foi a Agenda Global 21, produzida durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92 que contribuiu com o novo paradigma da participação, tornando-se um documento de referência para diversos setores governamentais.

Esse novo paradigma tem possibilitado que indivíduos, antes apenas espectadores e/ou receptores das políticas públicas, passassem a ser ouvidos, podendo opinar em situações que lhes atingem direta ou indiretamente. Demo (1996) não desvincula a participação da política social, colocando-a como eixo fundamental juntamente com o sócio-econômico e assistencial. Sobre política social, o referido autor a conceitua como sendo “o esforço planejado de reduzir as desigualdades sociais quando entendida como proposta do Estado. Olhada do ponto de vista dos interessados é a conquista da autopromoção” (DEMO, 1996, p.6).

A palavra participação segundo Bordenave (1994, p. 22) “vem da palavra parte. Participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte”. Com essa definição, este autor demonstra ser “possível fazer parte sem se tomar parte” (Idem, p. 22) e que aí está a diferença entre a participação ativa e passiva, entre o cidadão inerte e o engajado.

No Brasil, a participação tem sido utilizada pelas políticas públicas em parceria com terceiro setor, como uma ferramenta no sentido de promover a cidadania. Demo afirma que participação é conquista, e defende esse conceito explicando

[...] dizemos que participação é conquista para significar que é um processo no sentido legítimo do termo, infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim, participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir (DEMO, 1996, p. 18).

Para o autor, mesmo entendendo que a desigualdade social seja de ordem estrutural, ela não pode ser aceita como normal. Nesse sentido, a importância da política social é o seu “impacto redistributivo e autopromotor”:

[...] maioria das políticas sociais não alcançam ser redistributivas, permanecendo no plano do assistencialismo, da demagogia, do controle social, da compensação. Por vezes, arrisca-se a distribuir um pouco de renda, mas teme-se redistribuir poder, ou o contrário, contenta-se com a simples consciência da pobreza. (Idem, p. 6).

No contexto de envolvimento dos diversos atores sociais no sentido de legitimar processos participativos, Schmitz e Mota (2010) apontam a existência de diversos níveis de participação, os quais dependendo dos diversos interesses das agências financiadoras dos projetos e do interesse dos mediadores são utilizados com finalidades definidas.

Por isso, a definição de participação de Schmitz, 2002 (*apud* Schmitz e Mota 2010, p. 34) vem de encontro ao que acredita ser, ou melhor, no que deveria ser a participação em qualquer nível e escala.

A participação pode ser entendida como um sistema de ação concreto sendo diferentes atores envolvidos nas tomadas de decisões e a margem da manobra de cada resultado de um acordo formal, de negociação, do jogo livre das forças (por exemplo, pressão política, força) ou outras regras (por exemplo, métodos como no DRP<sup>6</sup>). Deve-se partir do pressuposto de que as regras do jogo sempre são sujeito de alterações. Por isso, a participação concreta de cada indivíduo nas decisões, pode ser identificado apenas para uma decisão concreta (etapa de um projeto, uso de um método, momento da parceria).

Diante dessa definição se faz necessário interrogar até onde as políticas públicas ditas participativas têm conseguido promover a inclusão dos diferentes atores sociais e suas

---

<sup>6</sup> Desenvolvimento Rural Participativo.

demandas e nesse contexto, os resultados dessa parceria seja a real vontade dos envolvidos. A participação dos diversos atores sociais propicia que estes sejam sujeito de seu próprio destino, desde que seja como exposto por Schmitz e Mota (2010) livre dos jogos de forças ou qualquer mecanismo contrário a essa construção.

Nesse sentido se aplica o que Demo (1996, p. 18) afirma que “participação é conquista, infundável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo”. Logo, para se alcançar resultados possíveis com essa metodologia as observações da definição de Schmitz e Mota (2010) precisam ser seguidas, e isso, como ressalta Demo (1996, p. 19,20) “supõe compromisso, envolvimento, presença em ações por vezes arriscadas e até temerárias”.

Logo, a participação é apenas um dos caminhos de construção da cidadania, que alcança níveis de satisfação quando baseada numa relação paritária, dialética construída no respeito pelas múltiplas diferenças dos atores sociais e suas reivindicações. Porém, ressalta-se que o fato de uma proposta apresentar uma base metodológica participativa, necessariamente não quer dizer que, isso em si, seja uma conquista de cidadania. Para que assim seja, o cidadão deve participar ativamente do processo, fazendo o que lhe cabe fazer, em cada situação.

Schmitz e Mota (2010, p.48) mostram nesse sentido que nem sempre seja necessariamente uma “participação plena” em todas as etapas do projeto. A participação de indivíduos pode alcançar níveis diferentes em cada etapa de um projeto”. Cabe ao indivíduo saber onde, quando e em qual momento sua participação se faz necessária e então desempenhar o papel que lhe cabe em cada processo.

Estes autores listam vários exemplos de níveis de participação da população rural em relação as técnicas. Contudo são observações que podem ser alargadas a outros meios, pois faz parte do cotidiano de muitos brasileiros, por isso, a escolha de dois casos. No primeiro, os autores apontam a participação passiva como aquela na qual a “população é apenas informada do que está acontecendo ou do que aconteceu” (Idem, p. 46). No segundo “a população participa respondendo às perguntas dos técnicos. Não pode influenciar nos procedimentos, nem é consultada sobre os resultados” (Idem, p. 47).

Os exemplos a seguir procuram mostrar como os níveis de participação apontados pelos autores também são vistos em outras situações. Ou não é assim que acontece quando o estado quer uma área e desapropria os moradores sem deixá-los alternativa de escolha, ação verificada em casos de construções de hidrelétricas e estradas? Também “o cidadão” é apenas comunicado sobre os aumentos abusivos dos salários dos eleitos representante do povo, nas

diversas instâncias do poder. Ou como se portam as instituições financeiras, com suas taxas até indevidas e as prestadoras de serviço de telefonia, de energia elétrica em relação ao autoritarismo de suas ações e serviços.

Diante dessas constatações, Milton Santos (2007) afirma que no Brasil há uma cidadania mutilada porque se conforma com a espoliação, desconhece seus direitos e não acredita que suas reclamações, quando feitas, sejam atendidas. O autor expõe ainda que essa cidadania mutilada seja mais evidente no meio rural, pois o homem do campo “é menos titular de direitos que a maioria dos homens da cidade” (Idem, p. 42) e confirma essa afirmação mostrando que “os serviços essenciais lhes são negados sob a desculpa da carência de recursos para lhes fazer chegar saúde e educação, água e eletricidade, para não falar de outros tantos serviços essenciais” (Idem, p. 42).

Curuçá apresenta uma realidade que se enquadra nesse perfil de exclusão histórica. Segundo a estatística municipal, divulgada pelo governo estadual (PARÁ, 2009), no ano de 2000 a taxa da população ocupada naquele município era de 6.029 moradores. Destes, 50,36% ganhavam até um salário mínimo e 59,28% trabalham sem carteira assinada. A falta de mecanismos sociais indutores de desenvolvimento é patente e confirmado na fala do integrante do Instituto Tapiaim:

*[...] a renda per capita é muito pequena, hoje, atualmente, quase insignificante. Nós não temos indústria, nós não temos faculdades, não temos campi de faculdades, nós não temos escolas profissionalizantes né? Então... a vida do curuçaense hoje é: nascer, crescer, estudar, ir para fora, voltar. (E.C.M. C, 17/12/2009)*

Diante da patente necessidade de meios que possam promover a inclusão social, o TBC vem sendo desenvolvido em muitas comunidades como um caminho, uma alternativa para se alcançar esse fim. Diferentemente do turismo convencional, ele prima pelo protagonismo local como formulador das questões a ser desenvolvidas. Nesse sentido coopera para a afirmação das identidades, dos territórios, da participação e da conquista da cidadania.

O TBC oportuniza a participação política daqueles que, deixados à margem do processo de desenvolvimento, passam a ser inseridos neste com autonomia de decisão. Segundo Pereira e Carvalho (2008, p. 56) “a participação no espaço público permite a aprendizagem da cidadania, construída paulatinamente através da partilha de experiências distintas do cotidiano”. Nesse novo cenário que se descortina apresentando comunidades como protagonistas locais nas ações do turismo desenvolvidas em seus territórios, o

conhecimento a respeito dessa nova forma de fazer turismo torna-se necessária e é isso que será feito no tópico seguinte.

### 3.2 OBSTÁCULOS E VANTAGENS DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO PROCESSO DE DECISÃO

Mensurar até que ponto um projeto, experiência ou programa é participativo é tarefa difícil. Porém, pode-se mensurar alguns obstáculos e vantagens desse processo. Demo (1996, p. 20) aponta que “muitas propostas participativas acabam sendo expedientes para camuflar novas e sutis repressões”. Nesse sentido, o autor aponta que tendencialmente se percebe traços dessa afirmação nas iniciativas do governo, nas universidades, pois quem acredita na participação precisa encarar disputa com o poder.

Em escala local, essa disputa não é menos acirrada, principalmente, depois que a Constituição de 1998 transferiu para os municípios políticas antes coordenadas e executadas pelos governos em níveis estaduais e federal. Os diversos atores que compõe esses espaços logo se organizaram e a disputa pelo poder, pela dominação logo ganharam outras roupagem. Nesse contexto, a participação passa a ser instrumento de legitimação de ações que nem sempre representam os reais interesses dos grupos envolvidos.

A crítica que se faz nesse contexto é que diversos métodos de participação tem sido utilizados no sentido de integrar atores sociais, porém a sociedade não está habituada a isso. Participação não é apenas comparecer quando é convocado, seja pela comunidade ou por qualquer outro ator. É um processo o qualquase todos não estão preparados para desenvolver, pois como já mostrado, requer mobilização, mudança de atitude, comprometimento.

Campanhola e Silva (2000, p. 27) com base nos escritos de Pretty (1996) informam que há duas visões distintas sobre participação.

Uma é a de que ela aumenta a eficiência, pois as pessoas concordam e assumem posição ativa na implementação das decisões. A outra considera que a participação é um direito básico, no qual o principal objetivo é a mobilização para as ações coletivas, fortalecimento e construção institucional.

No Brasil com as mudanças ocorridas pela descentralização da administração pública nos anos 1990, como já mostrado, a participação passa a nortear algumas propostas de ações políticas. Nesse contexto, e como objetivo de alcançar o exposto no conceito acima, houve a

mobilização de diversos atores sociais com o objetivo de se organizarem quanto à inserção nas pautas dirigidas pelas e para as escalas municipais, estaduais e federais. Porém, a participação da sociedade civil como um processo que é, enfrentou e no estado da arte ainda enfrenta obstáculos, contudo, é um aprendizado no exercício da cidadania.

Como obstáculos à participação da comunidade Bandeira (1999, p. 5) expõe “a multiplicidade de comissões criadas para acompanhar a execução de programas específicos em nível municipal, estadual e federal”. Para o autor isso se torna um obstáculo, pois em locais pequenos talvez seja difícil o arranjo de diversas comissões que determinados programas exigem. Bandeira (1999, p.6) aponta também a escassez no Brasil “de iniciativas de participação ou de articulação de atores sociais, que tenham simultaneamente escopo territorial e setorial mais amplo”. Para o autor, isso contribui para que a ação tomada em níveis locais, pela falta de uma instância político-administrativa intermediária entre estados e municípios, trave as articulações necessárias à viabilidade do processo para que se deseje solução.

Bandeira (1999, p. 6) indica que também “são raras no país organizações e instituições que congreguem e articulem diferentes segmentos da sociedade numa mesma escala territorial”. O autor comenta que as instituições nesse contexto, estão mais ligadas às escalas administrativas municipais, sendo sua composição territorial instável e sujeita às discontinuidades políticas.

Quanto às vantagens da participação da sociedade civil e das articulações dos diversos atores sociais voltadas para a promoção do desenvolvimento, e nesse caso, as iniciativas TBC se apresentam como ações indutoras na busca da promoção, Bandeira (1999) aponta cinco linhas que vêem essa prática como vantagem:

A primeira linha de argumentação destaca “participação e eficácia das intervenções” (Idem, p. 11). Nessa linha o autor expõe que a participação da sociedade civil estaria diretamente ligada à eficácia das ações governamentais. Isso se justificaria porque quando um projeto ou qualquer ação nesse sentido é construído com a comunidade, ou ator para qual esse projeto está direcionado, o envolvimento dos grupos na concepção e formulação dessas políticas geraria sentimento de pertença, de identidade. O contrário disso, ou seja, quando as decisões são tomadas em instância superior, sem a participação direta dos grupos envolvidos, esses grupos não se identificam com elas, logo a eficácia dessas decisões fica comprometida, pois muitas vezes não atendem às expectativas dos atores.



A segunda linha de argumento aponta (Idem, p. 14) a “participação e boa governância”. Nesse argumento, Bandeira expõe que a observação deste colabora para uma gestão governamental mais transparente e como consequência a diminuição da corrupção no setor público.

A terceira linha (Idem, p. 19) apresenta a “participação e acumulação de capital social”. Nesse argumento, Bandeira afirma que o capital social seria o elo capaz para unir os vários atores no sentido da cooperação, envolvimento, confiança. Essa união possivelmente colabora para o fortalecimento de laços culturais que unem uma comunidade, e torna seus cidadãos propensos a colaborar na resolução de problemas coletivos.

A quarta linha (Idem, p. 24) é “a participação e competitividade sistêmica”. Este argumento, segundo o autor, está direcionado para a capacidade que os diversos atores sociais têm de conexão entre operação de mecanismos participativos e políticas públicas que levem ao desenvolvimento industrial em níveis micro, meso e macro de competitividade com fins de formação de redes e outros mecanismos que possibilitem a sustentação social e política de uma região.

A quinta linha, segundo o mesmo Bandeira (1999, p. 29) é a da “participação e identidades regionais”. Neste argumento o autor demonstra o papel da participação na formação de identidades regionais. Ele afirma que sem essa identidade a região não pode ser considerada “um verdadeiro ente social”. A participação promove essa percepção de pertencimento, e isso torna-se fundamental para que ações de desenvolvimento sejam trabalhadas.

Bordenave (1994) aponta dez princípios que norteiam a participação “Esta seria uma necessidade humana e, por conseguinte, constitui um direito das pessoas” (Idem, p. 76). O autor equipara este princípio a uma necessidade primária do ser humano, logo essencial no sentido de um desenvolvimento harmônico.

O segundo princípio seria “a participação justifica-se por si mesma, não por seus resultados” (Idem, p. 77). Assim, para Bordenave, mesmo que a participação não alcance os resultados esperados, ainda assim ela é uma metodologia válida por si mesma, por ser uma necessidade, um direito. O terceiro princípio seria “a participação é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder” (Idem, p. 77).

Nesse princípio o autor alerta que ao se promover a participação deve-se ter em mente que ela transformará os envolvidos, ocorrendo mudanças no comportamento das pessoas e como consequência haverá a descentralização e a distribuição do poder. Logo, o autor

aconselha que caso não se esteja disposto a dividir o poder, é melhor não começar um movimento de participação.

O quarto princípio “a participação leva a apropriação do desenvolvimento pelo povo” (Idem, p. 77). Para o autor, a participação no planejamento e execução de um projeto gera no grupo um sentimento de pertença, de responsabilidade pelo mesmo. Logo, o sucesso ou fracasso é compartilhado por todos, e mesmo quando ocorre a saída das agências externas este não acaba, pois os envolvidos o consideram seu.

O quinto princípio aponta que “a participação é algo que se aprende e aperfeiçoa” (Idem, p. 78). Neste Bordenave enfatiza que o processo da participação permite a evolução dos atores, nesse caso, quanto mais se participa, mais se evolui. Os envolvidos ultrapassam níveis diretivos e chegam à autogestão.

Como sexto princípio Bordenave expõe que “a participação pode ser provocada e organizada, sem que isso signifique necessariamente manipulação” (1994, p.78). Na maioria dos casos, segundo o autor a participação não é uma prática. Nesse contexto, às vezes é necessário num primeiro momento a indução desse processo, podendo ocorrer a manipulação assim como o contrário, isto é, essa indução permite o início de um processo que possibilite a autonomia nas decisões.

O sétimo princípio é “a participação é facilitada com a organização e a criação de fluxo de comunicação” (Idem, p. 78). Essa prática segundo o autor propicia a distribuição de funções, induzem os envolvidos a se exporem. Assim, as habilidades vão sendo conhecidas, além de que a comunicação nesse processo é fundamental. Isso permite o aprendizado de técnicas e métodos que valorizem essa forma de expressão.

No que se refere ao oitavo princípio, Bordenave expõe que “devem ser respeitadas as diferenças individuais na forma de participar” (BORDENAVE, 1994, p. 79). Para o autor, devem ser respeitadas as particularidades de cada indivíduo, pois cada um tem um jeito de se relacionar, de se expor. Então, o sucesso da participação também perpassa pela respeito à diversidade de comportamento.

Quanto ao nono princípio, o autor aponta que “a participação pode resolver conflitos, mas também pode gerá-lo” (idem, p. 79). Diante disso, Bordenave adverte que esperar que a participação seja um processo alheio á conflitos é um erro e justifica essa afirmativa mostrando que a participação está posta numa sociedade hierárquica e classista, logo, além dos interesses diversos de cada ator sejam esses internos ou externos, há que saber lidar com os egos daqueles que se consideram superiores que os demais.

Sobre o décimo princípio Bordenave (1994, p. 80) afirma que “Não se deve ‘sacralizar’ a participação: ela não é panacéia nem é indispensável em todas as ocasiões”. O que o autor expõe com essa afirmativa é o fato de que se um grupo adota um enfoque participativo, isso necessariamente não quer dizer que todos devam participar integralmente em todo o processo. Deve-se saber em qual etapa, em como se dará a participação dos atores, isso claro, decidido democraticamente. Esse princípio também não anula a representatividade, pelo contrário, permite a existência dessas, entretanto, cria eficientes mecanismos de monitoramento de ações.

Pode-se inferir do que foi exposto que mesmo já tendo um amplo estudo sobre o assunto participação da sociedade civil nas diversas instâncias da administração pública, como uma conquista de cidadania, efetivamente ainda há longo caminho a ser percorrido. Pelo governo, se observa a falta de mecanismos eficientes na promoção da participação e nesse contexto, inclui a adequação das instituições no que envolve técnicos, setores, objetivos.

Pela parte da população, o interesse por ações advindas da esfera pública, a vontade de participar, a crença que se pode mudar quando há mobilização e união em torno de situações indesejadas. Há consciência de que cidadania é uma construção na qual governo e sociedade trabalham juntos, que a mudança, muitas vezes, só passa a existir quando há mobilização nesse sentido. Logo, a participação permite a diversos atores sociais que antes não tinham voz que passem da condição de ator para sujeitos da ação, isso enfim permite a construção de uma sociedade democrática participativa.

### 3.3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA (TBC) E ATORES LOCAIS: PARTICIPAÇÃO DE QUEM?

O TBC desenvolvido pelo Instituto Tapiaim em Curuçá teve início em julho de 2008, quando o grupo de jovens que fazia um curso de ecoturismo ministrado pelo Instituto Peabiru recebeu o primeiro grupo de turistas canadenses em Curuçá. Até então o grupo se chamava Equilíbrio e passou a ser chamado de Tapiaim a partir de 18 de abril de 2009, quando foi feito o registro em cartório.

Inicialmente o Instituto Tapiaim oferecia aos turistas o roteiro que incluía um *cyti-tour* por Curuçá que terminava no distrito de Abade, onde se pega o barco para a praia da Romana. Depois passou a oferecer trilhas, visita a estabelecimentos de agricultores familiares e

igarapés. As comunidades para onde o Tapiaim leva grupo de turistas em Curuçá, além da Romana, são Muriazinho, Recreio e Pedras Grandes.

### 3.3.1 O TBC em Muriazinho

Em Muriazinho, é oferecido ao turista caminhada em uma trilha e visita aos igarapés (Fotos 02 e 03). Caso a visita ocorra nos dias em que os moradores estejam preparando a farinha, é feita a demonstração do processo desta produção. A trilha de Muriazinho possui a extensão de mil e duzentos metros e seu fim dá nos igarapés que margeiam o povoado. Próximo destes fica as casas de farinha. Geralmente quem é guia local em Muriazinho é o morador B. C. e foi ele quem fez conosco todo o percurso demonstrativo do roteiro que o Instituto Tapiaim oferece aos turistas.

Neste povoado entrevistamos seis moradores. Destes apenas um não tinha ouvido falar do Tapiaim. Esse conhecimento existe devido haver todo último sábado de cada mês a reunião da associação de moradores denominada “Associação Comunitária Nossa Senhora do Livramento”, sendo falado pelo presidente, G. J. F. A, 42 anos sobre as visitas realizadas pelo Tapiaim naquela comunidade.



Foto 02 Igarapé em Muriazinho

Fonte: Pesquisa de Campo, julho 2010.



Foto03: “Trilha” de Muriazinho  
 Fonte: Pesquisa de Campo, julho 2010.

Segundo o morador G. J. F. A

*[...] nunca houve por parte do Tapiaim uma reunião com os moradores para explicar a razão dessas visitas. “Até mesmo eu gostaria que tivesse reuniões através da Casa da Virada aqui no Muriá com mais pessoas, explicar pra gente o objetivo deles vir na comunidade fazer essas visitas. Pra nós é importante ter esse conhecimento (G. J. F. A, 14/07/2010).*

Esta demanda é também enfatizada pelo morador R. R., 21 anos. Como se observa essa postura do Instituto em não conversar com os moradores e explicar as razões das visitas, de não explicar o que é TBC, já que todos os seis entrevistados afirmaram nunca ter ouvido falar de TBC, de não trabalhar com essa comunidade no objetivo de oferecer a hospitalidade a esses turistas, foge daquilo que Irving (2009), Sampaio (2008), Maldonado (2009) apontam como Protagonismo Social, nesse caso, uma condição *sine qua non* para essa modalidade de turismo. Irving (2009, p. 112) explica que o protagonismo social

*[...] resulta do sentimento de pertencimento e do poder e influência sobre os processos de decisão, e só pode ser expresso plenamente quando o ator social se reconhece como agente do processo de construção da realidade e da dinâmica de desenvolvimento.*

A visita em Muriazinho termina no sítio do morador A. R. C. C, 61 anos, onde tem uma casa de farinha e apenas uma vez os turistas puderam presenciar a produção de farinha. È ali também que os turistas fazem o lanche, o que no caso, já vem pronto de Curuçá, isolando os moradores locais de interagir através deste fornecimento de alimentação. O fato do Tapiaim já trazer o alimento pronto talvez esteja relacionado ao padrão de higiene exigido, principalmente, por grupos europeus e americanos. Nesse contexto, torna-se compreensível que essa prática seja realizada desta forma, em que pese a possibilidade de treinamento para que a produção local atenda a estas exigências. O fato é que os moradores locais ainda não estão inseridos no processo como protagonistas dessa iniciativa.

Faz-se necessário ressaltar que o turista ou visitante que escolhe uma experiência de TBC sabe que “o encontro” (IRVING, 2009) inclui as experiências alimentares dos lugares visitados. Quem sabe, não estaria faltando regras de cooperação entre o Instituto Tapiaim e comunidade no sentido de se organizarem para fornecer esse serviço de alimentos e bebidas com qualidade aos visitantes, mantendo-se, evidentemente, os aspectos de originalidade das iguarias.

È Irving (2009) que aponta a geração de benefícios diretos à população local como um dos princípios a ser observado nas iniciativas de turismo de base comunitária, pois isso o diferencia de outros tipos de turismo. A autora sugere que isso deva ser observado para evitar que haja “concentração de benefícios para apenas uma parcela dos grupos envolvidos, como ocorre frequentemente em projetos comunitários” (IRVING, 2009, p. 116).

Para alguns moradores de Muriazinho a comunidade teria condições de oferecer alimentação aos turistas, desde que houvesse um aviso prévio para isso, conforme expressa a fala de um comunitário.

*[...] temos sim, porque o Corpo de Bombeiro fez uma ação aqui no nosso interior, no nosso Muriá e eles ligaram, né, que eles vinham fazer uma ação aqui como consulta médicas, outras coisas. Aí nós se reunimos, nós fizemos um almoço pra eles lá que gostaram pra caramba, era caranguejo, era peixe assado, era feijão, eram coisas daqui mesmo, da nossa região (R.R).*

Diante dessa afirmação talvez esteja faltando uma mediação mais ativa por parte do Instituto Tapiaim no sentido do fornecimento de serviços nas comunidades. Ressalta-se que mesmo que o Instituto Tapiaim seja formado por moradores de Curuçá e alguns de seus povoados, faz-se imprescindível a busca pela cooperação, diálogo, e a participação de atores,

principalmente, daqueles residentes nos povoados que fazem parte do roteiro oferecido pelo Instituto.

Outra situação que se observa em Muriazinho é que a população local fica à margem não apenas em relação ao conhecimento sobre TBC ou da comercialização de produtos locais, mas também não há nessa experiência o que Sampaio (2008) aponta como algo fundamental ao TBC que é a convivência em sua totalidade. Nesse mesmo sentido Irving (2009) aponta o “encontro” como condição essencial dessa prática. Percebe-se que ali os grupos passam somente algumas horas de um dia, isso em contato geralmente com o guia local, que também é sempre a mesma pessoa, no caso, o morador B. C. 51 anos.

Convivencialidade é “uma relação social que se interessa pelo outro, pelo diferente, pela alteridade, pela autenticidade, respeitando a simplicidade das comunidades tradicionais, suas rotinas, seu jeito de falar, cantar, dançar, comer, entre outros” (SAMPAIO, 2008, p.7). Quanto ao “encontro” Irving (2009, p. 117) citando Dencker (2003 e 2004) afirma que este “representa assim dar, receber, retribuir, segundo uma dinâmica em que a qualidade da vivência do visitante está relacionada à qualidade de vida do anfitrião”.

É perceptível que atividade turística promovida pelo Tapiaim em Muriazinho não criou nenhum empreendimento assim como não possibilitou ainda nenhuma forma de agregar valor a produtos que a comunidade poderia oferecer aos visitantes que ali vão para conhecer seus recursos naturais, nem há interação direta com a maior parte dos moradores locais.

Em Muriazinho a conservação e preservação ambiental já colhem frutos, devido às explicações dadas pelo Tapiaim em relação a essa temática. Dos seis entrevistados no povoado, dois deles falaram que passaram a não desmatar ao redor dos igarapés, como faziam antes, com o objetivo de deixá-lo limpo. Eles não sabiam que o desmatamento contribuía para a morte daquele ecossistema, assim como deixaram de fazer a queima do lixo doméstico, que agora eles enterram. Essa mudança de comportamento, dizem, está ligado ao que ouviram dos integrantes do Instituto Tapiaim quando estes foram fazer a visita prévia na comunidade e perceberam que havia ali essa prática de retirar a mata ciliar e a queima do lixo.

Irving (2009) lembra que as discussões sobre turismo e sustentabilidade no Brasil e no mundo apontam que essa atividade deve estar em sintonia com a conservação dos recursos naturais e culturais. É em Muriazinho que o Instituto Tapiaim sempre deixou para a associação de moradores um valor de cinco reais por turista que visita a comunidade. Apesar de o Tapiaim afirmar que faz isso em todos os outros povoados, conforme se verá adiante,

isso não é confirmado por alguns atores locais. O fato disso ocorrer em Muriazinho, pode estar ligado à uma forte organização interna dessa comunidade.

O valor deixado no local é administrado pela associação e segundo seu presidente se reveste em benefícios para todos afirmado ser este valor utilizado caso seja necessária a reposição de peças na bomba d'água, ou para o pagamento da luz, ou na compra das duas cestas básicas que são sorteadas em todas as reuniões mensais da associação de moradores.

Logo, como se pode observar, o TBC que vem sendo apresentado pelo Instituto Tapiaim em Muriazinho, baseado nos autores citados nessa análise fica difícil considerá-lo como de base comunitária, já que fica claro na fala dos moradores locais a falta de interação entre o instituto e aqueles, no sentido de cooperação, diálogo e participação com o objetivo de construir meios para juntos proporcionar a hospitalidade ou hospedagem, vivência do modo de vida local, consumo de produtos elaborados pela comunidade. O que se verifica de fato é um descompasso entre o que o turista quer consumir e o que a comunidade quer ou se sente em condições de oferecer.

Quanto aos turistas e comunidade estes são aliados da troca de saberes, da convivencialidade, da oportunidade de interação que diferencia o TBC de outras formas de turismo. Nesse aspecto, a prática desenvolvida pelo Instituto Tapiaim nesse povoado, assemelha-se às práticas comuns de turismo, na qual o visitante ou turista chega ao local de destino, conhece e vai embora, sem ter participado do modo de vida da produção local, naquilo tudo que implica essa participação: manifestações culturais, “o encontro”, o saber-fazer. Irving (2009, p. 110) afirma que na discussão sobre turismo e sustentabilidade, faz-se necessário levar em conta

[...] o compromisso de desenvolvimento socioeconômico das comunidades receptoras e a participação dos atores sociais em todas as etapas do processo de planejamento e implementação de projetos, com a geração de benefícios para a população local e sua autonomia ou processo de decisão.

Em relação ao uso dos recursos naturais é possível perceber mudanças de comportamento de alguns moradores em relação ao cuidado com os igarapés e ao lixo doméstico. Contudo, há muito que ser trabalhado pelo Tapiaim para que efetivamente exista um TBC em Muriazinho e com isso a população local seja beneficiada realmente em outros setores que essa atividade pode dinamizar.



### 3.3.2 O TBC no Povoado de Recreio

O povoado de Recreio entrou para o roteiro do Tapiaim devido a ali morar a família de um dos integrantes do Instituto, F. S. S., e este ter conhecimento dos atrativos naturais daquele povoado como lagos, igarapés, trilhas e o rio Muriá. Para se chegar ao Povoado de Recreio existem duas opções, sendo a primeira pelo povoado de Pedras Grandes que fica em frente do Distrito do Abade. Nesse caso, se faz a travessia do Rio Muriá e depois segue-se por uma estrada até o povoado. Uma segunda rota pode ser percorrida pela vicinal 22.4, onde percorre-se nove quilômetros até chegar ao Povoado de Bela Vista do Muriá, conforme mostra a Foto 04 de onde se atravessa para o Povoado de Recreio.



Foto 04 Povoado de Recreio ao fundo, pela Boa Vista do Muriá.

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Em Recreio, o Tapiaim já levou duas vezes grupos de turistas e o receptivo desses grupos ali se diferencia de Muriazinho no item serviço de alimentação. Em Recreio o lanche e/ou almoço servido aos visitantes, é feito por uma moradora local, a mãe de F. S. S., a senhora M. do S. A. S., 48 anos, agricultora familiar alcançada pelo projeto do INCRA com a construção da casa em que mora, equipada com uma geladeira, um fogão a gás e um forno para torrar farinha. . A casa possui dois quartos, uma sala e uma cozinha.

Além da casa construída com recursos governamentais, ela recebeu uma vez apenas, uma cesta básica no valor de trezentos reais como parte do financiamento. No momento do cadastro no INCRA, além dos objetos descritos acima, fez pedido àquela instituição de uma bicicleta, um botijão e um carro de mão, que não foram incluídos nos benefícios. Entretanto,

diante das demais conquistas, dona M. do S. A. S declara: “*o meu sonho era uma casa e uma geladeira debaixo... eu digo tá bom, pelo menos o mais necessário Jesus mandou*”.

Após a saída de seus três filhos homens de casa, essa agricultora conta com a companhia de sua filha e neta. Elas, além do trabalho na agricultura, criam, no quintal, galinhas e patos e cultivam uma pequena horta. Quando recebem grupos de turistas, o alimento servido a eles vem dessa produção.

Além do trabalho na agricultura, a família desta agricultora assim como as demais pratica o extrativismo da castanha do Pará (*Bertholletia excelsa Bonpl.*); do bacuri (*Platonia insignis Mart*), do taperebá (*Spondias lútea L*), do cedro (*Cedrella fissilis Vellozo*), do piquiá (*Caryocar villosum Aubl.*) e do murucí (*Byrsonima crassifolia L. Rich*), espécies que existem em abundância naquele local. A coleta desses frutos pelos moradores varia de acordo com o interesse de cada família conforme explica dona M. do S. A. S:

*[...] quem vai juntar para vender, vende, quem vai juntar para comer e pra guardar, vai, depende de você ser esperto na época que está caindo porque aqui toda a família vai juntar, toda a família, um de cada família, dois de cada família, sai de manhã pro mato e vai fazer a colheita dele né?, vai juntar, aí quem é mais esperto traz um saco, o menos traz meio, o outro traz um e meio e assim que funciona a coleta aqui. (M. do S. A. S, 31/07/2010).*

Segundo dona M. do S. A. S. o fato de ela ter sido contemplada com a geladeira pelo INCRA, facilitou o armazenamento de polpa das frutas. Ela guarda essas polpas e serve o suco para os turistas que têm visitado Recreio, pois antes ela não tinha geladeira. Quanto ao número de vezes que ela recebeu turistas em sua casa, esta moradora afirmou que por apenas duas vezes isso aconteceu. Da primeira vez ela preparou apenas o lanche para eles, pois a visita não demorou. O segundo grupo foi recebido com almoço e lanche. Pelo almoço ela afirma ter recebido o valor de doze reais por turista.

O roteiro oferecido aos turistas é composto por uma caminhada na trilha que leva a um lago e depois, retornam à casa para almoçar. Em seguida fazem outra caminhada por outra trilha que leva ao igarapé (Fotos 05 e 06). No retorno, lancham, no mesmo local do almoço e retornam à Curuçá, de onde seguem para Marapanim, Castanhal ou Belém.



Foto 05 Trilha em Recreio  
 Fonte: Pesquisa de campo, 2010.



Foto 06 Igarapé da passagem  
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

É importante mencionar como foi feita a abordagem por alguns integrantes do InstitutoTapiaim quando foram conversar a respeito de sua contratação para o preparo do alimento para o grupo.

*Os meninos vieram, o moreno, os meninos e conversaram primeiro e disseram: olha dona Socorro, não é a senhora que dá o preço, o preço já vem estipulado por lá, então lá vem, cada um prato de comida, se eu me lembro era doze reais e tinha o suco também que era dois reais o copo, que já vinha estipulado por lá, não era a gente que dava o preço, eles já traziam estipulado o preço das coisas (M. do S. A. S. 30/08/2010)*

Nessa fala se percebe claramente a falta de autonomia desses fornecedores locais no processo de decisão e isso interfere no protagonismo social. Nesse sentido afirma Irving (2008, p. 111) “o TBC só poderá ser desenvolvido se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo”.

Em Recreio foram realizadas quatro entrevistas com moradores e desse universo entrevistado, dois afirmaram já ter ouvido falar do Instituto Tapiaim e dois afirmaram o contrário. Apenas um dos quatro entrevistados já ouviu falar de TBC. É perceptível que em Recreio, assim como em Muriazinho, a maior parte dos moradores esteja à margem da experiência do EBC desenvolvido pelo Tapiaim. Segundo o presidente do Instituto e confirmado por dois entrevistados locais, houve uma reunião em que estiveram presentes oito moradores e foi exposta a eles a possibilidade de receberem turistas em suas casas. O que dois desses entrevistados afirmaram é que eles até gostariam de receber turistas em suas casas, no entanto, eles não têm um local apropriado para isso. Isso é confirmado na fala desta moradora.

*Na verdade, em minha casa não tem, não há cômodo né, na verdade eles explicaram assim que se não tivesse a gente poderia fazer uma barraquinha, mas que seja pra pessoa ficar confortável, né, e na minha casa mesmo não tem porque os cômodos que tem já são ocupados (C.B. 30/07/2010)*

Nesse contexto constata-se uma fragilidade não trabalhada pelo Instituto Tapiaim, pois segundo estudiosos do TBC como Sansolo (2003), Irving (2009) e Sampaio (2008) é justamente a vivência do turista com o comunitário em todas as suas dimensões que caracteriza o TBC não como um turismo no qual a comunidade deva se adequar ao turista, mas em que o contrário é o fundamental. Deve-se levar em consideração que o turista do TBC também é diferente daquele turista convencional. Sampaio (2008) expõe que o turismo comunitário oportuniza que visitantes conscientes – estudantes, professores, pesquisadores e simpatizantes – tomem contato com temas relacionados à preservação da natureza (sistemas ecológicos) e, ao mesmo tempo, a conservação de modos de vida tradicionais (sistemas sociais).

Deve-se pensar em proporcionar uma hospitalidade com respeito e conforto, porém, não é em busca disso que está centrada a experiência. É no que se refere a espaço com certo grau de preservação dos recursos naturais como rios e matas, além de pessoas que levam a vida em ritmo diferente daquele praticado na cidade grande, e em Recreio se pode vivenciar isso.

A considerar as falas dos moradores, está faltando por parte do Instituto Tapiaim, um diálogo preciso no qual primeiramente, leve-se em conta a vontade dos moradores locais, pois isso é imprescindível já que “no turismo comunitário os residentes possuem o controle produtivo da atividade desde o planejamento até o desenvolvimento e gestão dos arranjos produtivos” (CORIOLANO, 2008, p. 283). Uma fala que contrapõe essa atitude sugerida acima claramente é a do presidente do Instituto Tapiaim, W. G quando explica como tem sido a tentativa de informar a comunidade sobre o exercício dessa experiência.

*[...] do Recreio como o Fabiano era de lá, ficou dele reunir várias vezes a comunidade tudinho, uma reunião grande pro Tapiaim e lá explicar sobre o nosso trabalho, o roteiro, e até agora o pessoal do Recreio são meio desinteressado, até hoje a gente nunca conseguiu reunir a comunidade toda, agente marca a reunião, vai três, dois, aliás, a primeira reunião que a gente foi só apareceu uma pessoa.... então a própria comunidade não está conhecendo realmente esse roteiro, o trabalho, porque é o próprio interesse dela mesmo, entendeu (W.G).*

Quem sabe não esteja faltando mostrar a esses comunitários em que o TBC se diferencia de outras formas de turismo na hospedagem, na construção e gestão do produto turístico, na relação entre moradores autóctones e visitantes para então a população, se for o caso, decidir se quer trabalhar com o turismo e, assim, se organizar para isto. Levando em conta que as ações nesse contexto devem ser do Instituto Tapiaim com a comunidade e não Tapiaim para a comunidade, como se tem observado, pois partindo do “com”, a construção do TBC proporcionará aos moradores o que Irving (2009) aponta como imprescindível nessa relação: o protagonismo social.

### **3.3.3 O TBC em Pedras Grandes**

Segundo o Diagnóstico do Município de Curuçá, este povoado faz parte do Pólo Abade. Pedras Grandes fica localizado em Ilha de Fora, que fica em frente ao Distrito do Abade, conforme mostra a Foto 07 e se separa do continente pelo Rio Muriá. Para se chegar ali há barcos que fazem a travessia e cobram o valor de um real pelo serviço. Fazem parte da Ilha de fora seis povoados: Pedras Grandes, Iririteua, Mutucal, Recreio, Algodal e Arapiranga de Fora.



Foto 07 Vista de Pedras Grandes a partir do Porto do Abade.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

Como em Recreio, o povoado de Pedras Grandes entrou para o roteiro do Tapiaim devido ali morar um ex-integrante do instituto, A. B. F. 23 anos, e este conhecer o potencial dos atrativos turísticos presentes na ilha. Este integrante, após passar num concurso da prefeitura local, deixou o Instituto Tapiaim, devido não poder conciliar as duas atividades. Quando ele fazia parte do Tapiaim era sua família que preparava a alimentação para os visitantes. Depois que ele deixou o grupo, em 2010, o Tapiaim não levou mais grupos para o local.

No povoado houve uma reunião do Instituto Tapiaim com os moradores locais quando foi exposta a estes moradores a possibilidade deles fazerem a hospedagem de turistas em suas casas. Essa reunião ocorreu apenas depois do Tapiaim já ter levado dois grupos para aquele local.

O roteiro apresentado pelo Tapiaim em Pedras Grandes inclui uma caminhada na trilha e banho no igarapé. Quando está sendo feita a produção de farinha, os visitantes podem apreciar o processo. Naquele local, foram entrevistados seis moradores. Desse universo, quatro já tinham ouvido falar do Tapiaim e dois não. Uma das moradoras que participou da reunião foi C. C. R., dona de um barco que faz a travessia Pedras Grandes/Abade e vice-versa. Ela é também dona do único restaurante local que foi inaugurado em junho de 2010, além de ser professora em uma escola em Mutucal, sendo contemplada pelo projeto do INCRA com o fomento de um *freezer*, vinte telhas Brasilit e uma rede de pesca.

Esta moradora aprova a iniciativa do Tapiaim em trazer turistas para a comunidade, porque seria uma oportunidade de geração de emprego e renda já que, segundo ela, em

Curuçá “... nós não temos emprego, né. A maioria é roça e quem tem barco, trabalha em barco, e quem não tem fica sem ter o que fazer”. A população local tem sua atividade produtiva baseada na pesca e na agricultura. A situação da falta de oportunidade é confirmada na fala de um dos moradores :

*O problema aqui é sobre desenvolvimento na comunidade que não tem, tá parado, é a situação que se convive dia a dia no município e a gente enxerga que é em todas não é só nessa localidade, também outras precisam de algo para que o município dispare, o município se desenvolva, aí passa governo, vem governo mas....(P.S.R.P. 30/08/2010)*

Para que o TBC seja indutor do desenvolvimento em Pedras Grandes, é necessário que haja a socialização dessa prática, que ela não fique segmentada nas famílias dos integrantes do instituto, mas que todos os moradores interessados em compartilhar dessa experiência tenham possibilidade de ofertar produtos e serviços, além de vivenciar o encontro com os visitantes e a troca de experiência que provém desse. Em Pedras Grandes essas práticas têm sido suplantadas, pois o presidente de uma das associações locais a Associação Comunitária do Povoado de Pedras Grandes, afirma que “*sósoube desse projeto conversando com outras pessoas na cidade, aí eu ouvi falar, mas eles nunca chegaram comigo*”.( P. S. P. R, 30/08/2010)

Outra fala que também evidencia a deficiência de integração do Tapiaim com os moradores locais é a do morador G. B. M. 29 anos, quando se refere às visitas na comunidade: “*já passaram com turistas por aqui, já passaram, já visitaram aqui, mas ultimamente, não, eles fizeram uma reunião aí... breve, com a gente*”.

Em relação às práticas que vem ocorrendo nas comunidades que fazem parte do roteiro elaborado pelo Tapiaim, constata-se que primeiro eles levam os visitantes aos locais determinados e, somente depois de algumas visitas é que procuram reunir com as lideranças locais e os demais moradores para conversarem assuntos relacionados ao que estão desenvolvendo em seus territórios.

Uma das razões porque tem sido feito dessa maneira, é que às vezes as propriedades particulares não são liberadas para as visitas, esse foi um dos motivos porque o povoado de Muriazinho entrou para o roteiro, pois na véspera da visita de um grupo, o Instituto foi comunicado que no povoado de Pedras Grandes, onde seria o roteiro, não poderia ser realizada a visita por problemas em uma das propriedades incluída no roteiro.

Porém, mesmo que haja imprevistos como nesse caso, a forma como essa prática vem sendo conduzida em Pedras Grandes não se pode afirmar que ali esteja acontecendo uma

experiência de TBC. Segundo Irving (2009) e Coriolano (2009) essa prática deve estar fundamentada no diálogo, na cooperação, na participação. Em Pedras Grandes se percebe conflitos de lideranças e, talvez esse seja um dos motivos do Tapiaim ter tido dificuldade de diálogo com os comunitários. O Tapiaim deve superar essas situações, pois o TBC é uma prática integradora tanto do ponto de vista político, quanto social e comunitário. O planejamento, a execução e os resultados dessa ação devem alcançar a todos que assim desejem.

### 3.3.4 O TBC na Praia da Romana

O roteiro do TBC na praia da Romana tem início no porto do Abade. É daquele porto que saem os visitantes com destino à praia da Romana. O tempo da viagem de barco até aquela praia varia de acordo com a potência do motor, ficando entre uma hora e meia a duas horas e meia para se percorrer os dezesseis quilômetros que distanciam aquela praia, mostrada na foto 08, do distrito de Abade.



Foto 08 Uma das paisagens da Praia da Romana.

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

O que o roteiro oferece aos visitantes é a viagem de barco, uma caminhada até as barracas dos pescadores, explicação do ofício da pesca, almoço preparado por pescadores, banho na praia e retorno ao fim do dia para Curuçá. De todos os roteiros elaborados pelo Tapiaim, o da praia da Romana é o que mais se aproxima da prática do TBC e alguns fatores



contribuem para isso. A necessidade de locomoção via barco é um deles. Como não há nenhum integrante do Tapiaim que possua barco, o Instituto é compelido a alugar um para fazer o transporte dos visitantes. Essa ação permite a distribuição de renda aos barqueiros que cobram o valor de duzentos reais por diária do frete.

O fato de ser uma ilha pouco povoada, pois apenas dois pescadores se consideram moradores fixos da ilha: o Sr. J. C. M. 64 anos, conhecido como “Z.G.” e seu B. M. S. 48 anos. Isso facilita a cooperação e o diálogo com esses moradores, evidenciado pelo fato desses dois moradores já terem feito frete para o Tapiaim.

No entanto, o que se constata pela fala dos dois pescadores, essa relação está estremecida. O Sr. Z. G. atribui ao Tapiaim a denúncia contra ele feita ao ICMBio quanto à criação de gado que este tem na Romana. Por outro, o Sr. B. M. S. acredita que foram alguns integrantes do Tapiaim que também fizeram a denúncia da pousada que este construiu naquela praia, ao ICMBio. O presidente do Tapiaim afirma que as queixas que esses dois pescadores atribuem a eles não são verdadeiras.

O que interessa nesse contexto é que o Tapiaim, para desenvolver o TBC de maneira que este venha favorecer as relações entre os turistas, o instituto e os comunitários, deve primar pelo que assegura Sampaio (2008), Irving (2009) e Coriolano (2009): diálogo, pela cooperação, pois TBC é o reconhecimento de alteridade, de reciprocidade, de convivencialidade e diante do entrave mostrado, fica evidente a distância desses princípios.

A narrativa de Sr. B. M. S. evidencia um desencontro nessa relação:

*...logo no início, a alimentação eu dava pra eles entendeu? Ai depois eles passaram a me repassar o gasto da comida só, ai depois... por isso eles me davam vinte reais, cinqüenta reais. Pediam para mim explicar como é que conserta a rede, como é que coloca, mas nunca recebi nada por isso. Eles falavam que era aula, mas eu nunca recebi nada. (B. M. S. 06/08/2010)*

Sobre essa questão o presidente do Tapiaim W. G. sustenta que não é assim como está colocado e rebate as acusações de Sr. B. M. S. afirmando que

*... Conversamos com ele: olhe seu fulano, você tem que entender que ecoturismo é aos poucos. O senhor não pode engrandecer e querer cobrar caro, então de quinze reais de cada pessoa que ele cobrava pra visitar lá né, pra conhecer tudinho, pra ele explicar sobre a pesca tudinho ele começou a cobrar oitenta reais, de cada pessoa, então já pensou de vinte pessoas a oitenta reais é um absurdo o que ele ia ganhar em cima, então a gente falou, olha seu fulano, não dá (W. G. 14/08/2010)*

Pode-se inferir que isso poderia ter sido evitado se a experiência tivesse sido construída a partir de uma relação paritária com os pescadores da Romana e não como se apresenta. O fato do Instituto Tapiaim ser de Curuçá, e estar tentando desenvolver esse turismo em alguns povoados, não é suficiente para o enquadramento enquanto TBC. Na prática do TBC Coriolano (2009, p. 283) afirma que “os residentes conseguem melhorar suas economias, as oportunidades para o lugar e se preocupam com o envolvimento participativo, não de forma individualista”. Quando o guia leva grupos para a ilha Romana, ele recebe por diária o valor de sessenta reais.

Conforme mostrada na análise dessa experiência nas quatro comunidades que fazem parte do roteiro do Tapiaim, percebe-se um desencontro de interesses, uma falta de organização, de protagonismo local. Pensar em atividades que priorizem a cooperação e a participação é um processo que não acontece num passe de mágica, mas como essa experiência já está em andamento há mais de dois anos, algumas etapas já poderiam ter sido superadas.

Quando o presidente do Tapiaim fala que “a comunidade do Recreio é desinteressada”, necessário de faz entender se isso não é uma demonstração da não vontade dos moradores em não trabalhar com o turismo, pois uma moradora entrevistada, K.B.P. quando perguntada se ela achava importante a comunidade receber turistas ela respondeu:

*... na verdade o que os turistas vem desvendar tudo o que a gente tem em nossa comunidade, vão fazer pesquisas, né, então nada mais, nada menos eles vã conhecer o que tem em nossa comunidade, na nossa área, então é importante pra eles que vem buscar o conhecimento que eles querem, né? (K. P. B. 30/08/2010).*

Nesse caso deve haver uma reflexão por parte de todos os atores envolvidos nessa experiência com o objetivo de convergir interesses que cooperam para o desenvolvimento humano, econômico, social, cultural e ambiental de todos. A idéia é que o TBC que vem sendo desenvolvido pelo Tapiaim alcance os benefícios, qual seja esta forma de fazer turismo pode promover nas comunidades que trabalham essa prática.

No capítulo acima fez-se uma discussão sobre cidadania e partiipação, categorias de análises fundamentais no contexto do turismo de base comunitária, além de baseados nesses conceitos trazer uma análise de como o \Instituto Tapiaim vem desenvolvendo a atividade turística nas comunidades que faze parte do roteiro do grupo.

Nesse contexto, procurou-se fazer um diálogo com os autores que discutem o TBC no Brasil e América Latina, destacando os avanços e entraves dessa atividade que vem sendo desenvolvida pelo Tapiaim e parceiros em Curuçá. Nesse momento, se apresenta de forma mais forte a fala dos moradores locais, suas percepções, anseios, (des) conhecimento sobre o turismo que está sendo desenvolvido em seus povoados. Nesse caminho, capítulo seguinte apresentará o estudo de caso do Insitituo Tapiaim.

## **4 ESTUDO DE CASO: ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA AMAZÔNIA ORIENTAL: O CASO DO INSTITUTO TAPIAIM EM CURUÇÁ, PA.**

### **4.1. O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO ESTADO DO PARÁ**

O Pará é um dos nove Estados da Amazônia Legal. Segundo o IBGE (2010a) sua população é de 7.588.078 pessoas. Sua economia é pautada no setor primário, com destaque para a exportação de minérios, madeira, rebanho bovino e grãos. O setor de serviços é mais expressivo na capital Belém, e, nesse contexto o turismo surge timidamente com 2,79 do PIB do Estado em 2008, segundo dados do Ministério do Turismo.

A Companhia Paraense de Turismo (PARATUR), (PARÀ, 2008) órgão responsável pelas ações governamentais na área do turismo no estado, mostra que o fluxo turístico por ano é em média de quinhentas mil pessoas, número que coloca o Estado entre a décima segunda e/ou décima terceira posição no ranking nacional. Segundo dados do Ministério do Turismo (BRASIL, 2010c) em relação ao turismo receptivo, envolvendo somente turistas internacionais, desembarcou em Belém 24.588, no ano de 2008. Em 2009, esse fluxo foi de 20.791 turistas. Os números mostram que houve uma queda do fluxo turístico de 5,4 % em 2008, para 4,5 % em 2009.

Por quais razões seriam essa queda? Por que o Pará sendo um Estado com potencial de oferta turística tão diversificada o turismo ainda não apresenta um crescimento significativo? O seu território se constitui de atrativos naturais como praias, florestas, rios, lagos e atrativos culturais como as festas religiosas, as danças folclóricas, a culinária cabocla e indígena.

É incompreensível que no atual contexto de valorização, conservação/preservação dos recursos naturais que um Estado como o Pará, não esteja entre os destinos turísticos mais procurados, principalmente se considerado que é parte da Amazônia. Na tentativa de justificar essa situação, o professor Paulo Pinto (2009) aponta alguns entraves que podem explicar parte desta pergunta: fragilidade do turismo receptivo, pois segundo o pesquisador, o empreendedor local prefere o turismo emissor que envia pessoas para fora do Estado que estruturar o turismo receptivo.

Aparenta ainda a Amazônia ser um destino caro, nesse sentido contribuem para isso a longa distância dos núcleos emissores, a acessibilidade truncada internamente, onde a falta de investimento em transporte se apresenta como um dos gargalos a ser resolvido. A tímida

estruturação dos atrativos, pois ainda se percebe no discurso do *trade* apenas valorização do potencial turístico, no entanto, no plano da ação fica a desejar

O turismo no Estado tem sido pautado pela descontinuidade política, e isso se percebe nas ações desconectadas que cada gestão de governo programa, cada um elege produtos, cria roteiros, constroi monumento, entretanto, seguem as mesmas práticas dos velhos discursos e a dinamização da atividade pouco resultado apresenta.

A PARATUR criou o Programa de Desenvolvimento do Turismo 2008 - 2011 (2008, p. 9) que tem como objetivo:

[...] converter e consolidar o Pará como destino turístico preferencial para os mercados nacional e internacional mediante um desenvolvimento turístico competitivo e sustentável, que contribua decisivamente para melhorar a inserção social no desenvolvimento, através da geração de ocupação e renda, pressupondo melhoria da qualidade de vida dos habitantes do Pará e estimulando os segmentos de maior potencialidade do Estado.

Este programa elegeu como prioritários os seguintes segmentos turísticos no Estado: a Pesca, o Turismo de Negócios e Eventos, o Ecoturismo, o Turismo Cultural e o Turismo Rural. Desses segmentos priorizados pelo referido programa, o que mais tem se destacado é o de Negócios e Eventos. No ano de 2009, segundo a PARATUR, este segmento representou 59% das visitas no Estado do Pará.

Atribui-se a esse crescimento a inauguração do Centro de Convenções e Feiras da Amazônia – Hangar em 2007, assim como o crescimento da oferta hoteleira. Naquilo que se refere às ações envolvendo os municípios do Estado, este segue as diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (BRASIL, 2003) o qual propôs o agrupamento dos municípios em Pólos Turísticos com base nos atrativos naturais apresentados por este.

Nesse propósito a PARATUR agrupou os municípios em seis pólos tendo como base os referidos municípios: Belém (Pólo Belém), Salinópolis (Pólo Amazônia Atlântica), Soure (Pólo Marajó), Altamira (Pólo Xingu), Marabá (Pólo Araguaia Tocantins) e Santarém (Pólo Tapajós). Nesse contexto de pólos, Curuçá pertence ao Pólo Amazônia Atlântica que reúne os municípios de Marapanim, Maracanã, Salinópolis, São João de Pirabas, Augusto Corrêa, Tracuateua, Bragança e Viseu.

Como parte das ações do Programa de Desenvolvimento do Turismo 2008-2011 a PARATUR apresentou no V Salão de Turismo (2010) em São Paulo, novas rotas turísticas nos três Pólos que são prioridade no desenvolvimento do turismo no Estado: Belém,

Amazônia Atlântica e Tapajós. No Pólo Amazônia – Atlântica, do qual Curuçá faz parte foram formatados dois roteiros: O Amazônia Mar e Campo o qual inicia por Belém e envolve os municípios de Bragança, Tracuateua, Capanema e Salinópolis.

Nesse roteiro são ofertados aos visitantes passeios nas fazendas de criação de búfalos, interação nos ecossistemas de mangues e praias como a de Atalaia, em Salinas, e a de Ajuruteua, em Bragança, além do contato com manifestações culturais como a Marujada, em Bragança.

O roteiro Amazônia Carimbó e Tacacá abrangem os municípios de Curuçá, Marapanim e Maracanã, os quais têm por tradição a manifestação cultural do carimbó, dos cordões de pássaro, das festas juninas, dos blocos carnavalescos além da gastronomia cabocla.

No Pará, Curuçá ainda não é um destino turístico consolidado, apesar dos atrativos naturais e culturais presentes em seu território e de estar na região do Salgado Paraense onde estão as praias oceânicas. Esse elemento litorâneo tem conseguido atrair um fluxo turístico expressivo para o local. Embora em 2010, a PARATUR tenha lhe outorgado o título de Município Turístico do Estado, segundo o secretário de turismo de Curuçá Paulo Aguiar, o turismo ainda é incipiente.

Os períodos do ano no qual há um fluxo turístico maior são no Carnaval, no Festival do Folclore, em Julho, e no Círio, em setembro. A secretaria de turismo não tem um levantamento do número de turistas que visitam Curuçá.

#### 4.2 ASPECTOS ESTRUTURAIS E TURÍSTICOS

Em Curuçá segundo a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (2010) existem Furos, Lagos e Ilhas. Sobre os Furos destacam-se o Grande e o do Taperebá. Quanto a lagos, possui o Pinheiro, Mutucal, Bom Jesus e o Lago Rio Quente que é uma Área de Proteção Ambiental (APA) municipal. Quanto a ilhas, estas são a Ilha de Fora, Pacamorema, Ajuruteua, Ipomonga Jacitara, Japirica, Marinteua e Romana.

Quanto ao sistema de saúde, Curuçá possui a Unidade de Saúde Henrique de Cristo Alves que atende urgência e emergência. Há também onze Postos de Saúde da Família (PSF), cento e vinte Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e um posto da Farmácia Popular do Brasil. Na área de comunicação e informação o município dispõe de serviços de telefonia fixa

e móvel por meio das operadoras Oi, Vivo e Claro. Circulam pela cidade diariamente os Jornais mais conhecidos do Estado e os sinais de televisão são os mesmos da capital.

Os serviços bancários são prestados por uma agência do Banco do Brasil, Bradesco Banco Popular (Correios) e Caixa Econômica Federal (Centro Lotérico). O serviço de segurança é formado pela Polícia Civil e Guarda Municipal e pelo terceiro destacamento da Polícia Militar. Não há corporação de Corpo de Bombeiros instalado no município.

Na área de serviços de água e iluminação pública Curuçá possui uma unidade da Rede Celpa, o Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) e diariamente caminhões da prefeitura fazem a coleta do lixo no núcleo urbano.

Há no município uma Agência do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater e três sindicatos: O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Curuçá (STTR), Sindicato dos Produtores Rurais de Curuçá e Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF). O STTR existe há quarenta e nove anos e é filiado a Federação de Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI), à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura do Brasil (CONTAG).

Quanto ao Patrimônio Cultural Material o centro da cidade possui vários prédios históricos, dentre estes a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário construída no século XVIII pelos padres jesuítas. Pode-se observar a presença de vários palacetes, antes morada das famílias abastadas, hoje são prédios tombados e abrigam secretarias municipais. A Praça Coronel Horácio, antigo largo do Rosário foi construída no século XIX. O Cemitério São Bonifácio, construído em 1855, é contemporâneo do Cemitério da Soledade em Belém e vem a ser o segundo mais antigo do Estado.

Em 2009 foram encontradas as Ruínas das Salinas dos Jesuítas cuja construção data de 1700. Dessa salina saía uma considerável produção de sal que era distribuída para as demais missões do interior do Estado.

Sobre Patrimônio Imaterial de Curuçá, a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (PARÁ, 2009a) aponta como parte desse patrimônio as seguintes manifestações: Os Cultos Afro-brasileiros, o Círio de Nossa Senhora do Rosário que se realiza no mês de setembro, a Festividade de São Benedito Achado, que ocorre no mês de dezembro, a Macuniera, uma espécie de bebida feita a partir da Mandiocaba, uma mandioca doce, o ofício de Marisqueiras, o Banho de ervas aromáticas, a produção de farinha de mandioca, os cantadores de Carimbó,

o Festival do folclore realizado anualmente no mês de julho, bandas de músicas municipais, produção de artesanato e carpintaria naval.

A infra-estrutura e serviços turísticos em Curuçá é um dos aspectos que se ressentem da falta de investimentos da iniciativa privada que disponibiliza serviços turísticos, e do poder público local para produzir políticas públicas que beneficiem tanto a população local quanto aos turistas que para ali se dirigem.

Quanto à oferta de equipamentos de hospedagem, a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (2009b), por meio do Inventário da Oferta Turística de Curuçá aponta a existência de quatro hotéis, duas pousadas e dois dormitórios. O maior dos hotéis é o “Curuçá” que possui trinta apartamentos que correspondem a setenta e cinco unidades habitacionais, tendo uma ocupação mensal de trinta e cinco a quarenta por cento. Os valores das diárias variam de cinquenta a setenta reais em baixa temporada (incluído café da manhã); no período de alta temporada (Carnaval, Festival do Folclore e Círio) esses valores são alterados para mais.

Na análise do proprietário do hotel Curuçá Sr. J. B. B. L, 70 anos. *“não tem turismo aqui em Curuçá, eu recebo gente que faz negócio”*(25/08/2010). O público que frequenta o hotel tem o perfil de profissionais liberais, professores universitários e pesquisadores. Quanto a bares e restaurantes, o visitante pode contar com os serviços do “Lá no Manguê” (restaurante que oferece pratos da tradição culinária local), o restaurante da Milla e o Kidelícia, localizados no centro urbano de Curuçá e o “Sobre as Ondas”, em Abade.

Quanto a áreas de lazer, o centro da cidade conta com dois bosques: o da Igualdade onde acontece no mês de julho, o Festival do Folclore; no local há um barracão onde são ofertadas aulas de educação física para grupos da terceira idade e demais interessados. O outro é o Bosque do Centenário, construído em 1922, antes um local murado, todavia desde 2007 seus muros foram derrubados devido ao perigo que este local, por ser murado, apresentava aos transeuntes, pois possibilitavam a ação de vândalos e assaltantes. Este bosque talvez seja o maior espaço de sociabilidade dos moradores de Curuçá. Fica no centro da cidade e seu público é, em maioria, os jovens, que ali se reúnem antes e depois das aulas.

Pode-se observar no Bosque a prática de caminhadas, a presença de mães que, ao cair da tarde, levam suas crianças para brincar, de idosos que se reúnem para jogar cartas e conversar. Pela manhã ocorre a feira do agricultor familiar, em que estes têm a oportunidade de comercializar sua produção diretamente ao consumidor.

Outra área de lazer é a Praça do Pescador que fica próxima à igreja do Rosário. Ali há uma quadra de vôlei e de futebol onde, pela manhã e no fim da tarde, os moradores, na



maioria jovem, se reúnem. Há também vários campos de futebol nos arredores da cidade. No mês de julho (2010) foi inaugurado um cinema itinerante cujo objetivo é levar diversão às comunidades mais afastadas do centro. A população conta com três igarapés: o da Coca-cola, São Pedro e Marudazinho.

Das festas que ocorrem em Curuçá, se sobressaem o Festival de Folclore, o Carnaval e a Festividade de Nossa Senhora do Rosário. O festival de Folclore em 2010 teve sua XXXIV edição, e nos três dias de festa os grupos de pássaros, de bois e quadrilhas se apresentam em vários ambientes reservados para esse fim. Esta manifestação cultural acontece no Bosque da Igualdade, onde é construído um quadrilátero em que dois lados correspondem à construção de barracas (vinte e cinco de cada lado) conforme Foto 09, direcionadas para a venda de comidas típicas e bebidas.

Os outros dois lados são apropriados para a instalação da barraca do mel, a barraca do suco (Foto 10), nesta se destaca a venda de sucos com frutas existentes no município, a casa da cultura (Foto 11), a casa da farinha (Foto 112), a barraca do bacuri (Foto 13), onde são expostos doces e bebidas produzidas com esta fruta, um espaço denominado de agricultura (Foto 14), onde foram plantadas mudas de várias espécies de frutas, verduras e leguminosas existentes em Curuçá. Há ainda duas tendas, uma para a aparelhagem e, outra, para os shows com bandas locais e estaduais.



Foto 09: Barracas de comidas típicas no Festival de Folclore de Curuçá.

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.



Foto 10 Barraca do suco, no Festival no Folclore de Curuçá

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.



Foto 11 Estrutura da Casa da Cultura no Festival do Folclore de Curuçá.

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.



Foto 12: Casa da Farinha no Festival de Folclore de Curuçá.

Fonte: Pesquisa de campo, 2010



Foto 13 Mudas de hortaliças e plantas que são cultivadas em Curuçá  
 Fonte: Pesquisa de campo, 2010.



Foto 14: Produtos preparados com o bacuri  
 Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

As cinquenta barracas de venda de comidas e bebidas desde 2009, além da numeração, passaram a ser identificadas também com nomes ligados a coisas que compõe o cotidiano local. Em 2010, estavam identificadas com o nome de frutas regionais que são encontradas no município. As barracas são construídas pela prefeitura, os locatários pagam o valor de

duzentos reais para o uso das mesmas por cerca de dez dias, pois quando termina o festival de folclore, tem início o circuito cultural de Curuçá.

As barracas são construídas de madeira e cobertas de palha de inajá (*Attalea maripa*) com três metros de largura por três de comprimento. Fora esse espaço, há um corredor de um metro e meio de largura que serve para os frequentadores do festival, circularem e comprarem os produtos expostos nas barracas. As comidas típicas oferecidas nas barracas são maniçoba, vatapá, carurú, arroz com galinha, tacacá, churrasquinho, bolos, sucos, refrigerantes e cerveja. Em 2010, apenas uma barraca fazia a venda de pratos preparados com o turú, um dos moluscos que faz parte da culinária local.

Também compõe o cenário do Festival, a Casa da Cultura, um espaço onde os visitantes podem observar uma exposição iconográfica que retrata o passado da cidade de Curuçá por meio de fotografias e pinturas evidenciando fatos e pessoas que marcaram a História local, neste espaço é feita a venda de artesanato, confeccionados por artesãos locais.

Há um barracão onde os grupos de bois e de carimbó se apresentam. Esse barracão é denominado “Nego Uróia” em homenagem a Zeferino Braga, considerado pelos curuçenses, um dos maiores difusores do carimbó naquela região. Entretanto, de todos os atrativos que compõe o festival de folclore, o que mais chama atenção é a Casa da Farinha. Naquele espaço o visitante tem oportunidade de presenciar como é o processo de produção da farinha de mandioca.

No ano de 2009, que foi o primeiro ano desse atrativo, toda a logística foi de responsabilidade da prefeitura. A partir de 2010, a Secretaria de Agricultura decidiu que o funcionamento da casa seria por conta de uma associação de agricultores familiares. Para isso, foi realizado um sorteio entre dezesseis associações de agricultores familiares locais, e quem ganhou o direito de dirigir a casa foi a Associação Agropécuaría – Agricultura Colônia Andirá (ACANPA). A prefeitura doou a estrutura da barraca para a associação sorteada, assim como o caminhão para carregar os equipamentos necessários à fabricação da farinha e os derivados da mandioca, como goma, tucupi e beijú.

Segundo E. R. F. presidente da ACANPA, foram utilizados trinta e duas sacas de mandioca as quais renderam doze sacas de farinhas que são vendidas apenas no varejo. Quanto aos outros produtos derivados da mandioca com tucupi, goma, beijús ela não soube quantificar a produção, mas afirma que apesar do trabalho foi muito gratificante.

A ACANPA dá nome a associação e a localidade em que vivem vinte e nove famílias. Em reunião de Assembléia Geral da associação ficou decidido que trabalhariam no festival as

dez famílias mais carentes do lugar, mas que apenas trabalhariam, não venderiam mandioca para a associação, pois isso caberia a quem não foi trabalhar.

Do total de mandioca vendida pelos agricultores, a associação ganha dez por cento de contribuição de cada agricultor. Do total arrecadado no festival, dez por cento foi para a associação e o restante dividido entre as famílias que ali trabalharam com o seguinte critério quem trabalhou mais, ganhou mais e vice-versa.

Dos equipamentos necessários para a produção da farinha, como forno, tipiti, peneira, ralador, rodos e lenha apenas os dois fornos eram de outra associação, no caso a Canaã. O restante era de moradores da ACANPA. E. R. F. faz questão de enfatizar que a maioria da produção de frutas e legumes da ACANPA é livre do uso de agrotóxicos.

Quanto ao Carnaval em Curuçá, este é um capítulo a parte. Muitos blocos de sujos, mascarados, e Boi de Arrastão fazem a alegria dos foliões. Nesse contexto tem destaque os blocos Pilantras Bacanas, Galo do Primote, Êta Lasqueira, Curral do Piça, As Curuçenses, Boi Prosa, Grande Família, Matinta, Maisena, Mangueira e outros, porém nos últimos anos ganhou destaque o bloco “Os Pretinhos do Mangue” que tem como presidente E.C.S conhecido como Cafá. Este bloco que foi criado por seu irmão E.C.S. e mais dois amigos S. A. e M. O. O nome “Os Pretinhos do Mangue” é de autoria de Cafá, e é ele que conta como tudo começou.

*[...] estes três amigos, numa terça-feira de carnaval de 1989 foram tirar caranguejo no mangue e como queriam brincar carnaval, mas não tinham fantasia, então resolveram passar o barro do mangue e penduraram alguns galhos na cabeça, também viram a escassez do crustáceo, por isso resolveram ao mesmo tempo brincar carnaval e ao mesmo tempo, protestar. Os três foram para avenida e muitas pessoas gostaram, acharam aquilo diferente né, bateram foto e muitas criticaram, criticaram o fato de se sujar com aquela lama, né.....ai daí começou, saíram no segundo ano com mais quatro pessoas, depois cinco, dez, no máximo quinze pessoas saiam (E. C. S. 13/08/2010)*

Cafá afirma que assumiu a direção do bloco no ano 2000 porque seus fundadores casaram e se mudaram de Curuçá, e até aquele ano, o bloco não tinha um nome definido sendo chamado de o bloco de meninos do mangue, da lama, do caranguejo. Somente a partir de 2000, quando Cafá assume a direção do bloco é que este passa a ser chamado “Os Pretinhos do Mangue”.

O bloco tem como diferencial o apelo ambiental em favor da preservação do mangue e isso é externado com a ação dos brincantes descerem até aquele local, se lambuzar da lama ali existente e irem para a avenida brincar o carnaval. Em 2001, foi criado o mascote do bloco,

um caranguejo com quatro metros de largura e dois de altura, construído por artesãos locais e, no decorrer dos carnavais, as patas deste mascote foram ganhando movimentos.

Depois criaram como alegoria do bloco o Guará e, no ano de (2009) a Ostra, ambas representativas de espécies da fauna local. No ano de 2001, ocorreu a primeira reportagem em nível estadual e nacional, fato que contribuiu decisivamente para o aumento do número de brincantes no bloco, que no ano de 2010 teve a participação de muitos brincantes vindos de vários lugares do Brasil.

Devido a toda essa projeção, a direção do bloco que é composta por vinte e cinco pessoas resolveu criar a Organização Não Governamental (ONG) “Associação Sócio-ambiental e Cultural de Curuçá Pretinhos do Mangue”, já devidamente registrada e, segundo Cafá, o objetivo é “*fazer um trabalho social com os ribeirinhos, com as crianças porque essa questão ambiental tem que começar com as crianças, as sementes*”(ENTREVISTA, 13/08/2010).

Neste ano, através do projeto de um deputado estadual, o bloco passou a ser considerado Patrimônio Cultural do Estado do Pará e Patrimônio Cultural do Município de Curuçá. No período do carnaval tanto a prefeitura quanto os comerciantes locais o apóiam financeiramente. Cafá afirma que na época do Carnaval, como Curuçá não tem estrutura hoteleira para receber o fluxo de turistas que para ali converge, ele faz o cadastro de amigos e conhecidos que desejam alugar suas casas naquele período e quando é procurado por quem precisa de lugar para ficar, aluga essas casas, que neste ano de (2010) teve uma média de vinte casas alugadas.

A outra festividade que mobiliza Curuçá é a festividade de Nossa Senhora do Rosário, que ocorre sempre na segunda semana do mês de setembro. È nesse festejo que acontece a expressão maior do povo curuçense. O Círio materializa toda a emoção e religiosidade daquele povo. O festejo tem a duração de quinze dias, e nesse período manifestações do sagrado e do profano se misturam ao redor da igreja do Rosário.

Ali as barracas de comidas típicas oferecem aos visitantes os mais variados sabores de alimentos e bebidas. Há ainda as barracas de venda de brinquedos, as barracas de prendas, o parque de diversão, o palco para apresentação de shows de bandas e grupos locais. Na barraca da santa, no ano de 2010, foi montada uma exposição de arte em papel, produzidas pelos alunos do Projovem.

No período que antecede o círio são realizadas novenas como a visita da imagem da santa nas casas dos moradores que assim desejarem. Nessas visitas, além dos cânticos e orações os devotos doam ofertas como prova de gratidão por bênçãos alcançadas.

Quanto a serviços de transporte, em Curuçá não há transporte público urbano com linhas de circulação interna. Esse serviço é prestado pela Empresa Excelsior que disponibiliza ônibus num intervalo de duas em duas horas no trecho Curuçá/Belém/Curuçá. Possui ainda o serviço de transporte alternativo de vans e microônibus o qual é feito pela Associação de Transporte Alternativo de Curuçá (ATAC) que fazem o percurso Curuçá/Castanhal/Belém e vice-versa com o valor da passagem variando de sete a dezesseis reais por pessoa. Conta-se ainda com o serviço de táxi lotação, que cobram o valor de dois reais para transportar passageiros de Curuçá até o Abade e vice-versa, além do serviço de moto táxi. Nesse caso, o mesmo percurso custa cinco reais.

A gestão turística em Curuçá é feita pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. Não há uma secretaria que trabalhe exclusivamente com turismo, ficando este surge como um apêndice, atrelado a outra secretaria. Isso talvez seja um dos fatores que contribua para que o turismo não alcance o desenvolvimento desejado. Segundo o responsável por esta secretaria, o Sr. Paulo Aguiar, há uma divisão na qual ele fica responsável pela parte da Cultura e, pelo turismo, responde o Chefe de Departamento, Henrique Campos.

Esta secretaria é composta por dez pessoas, todos comissionados. Nenhum dos componentes da Secretaria de Cultura e Turismo é concursado e as atribuições internas ficam desta maneira, na parte da Cultura: o secretário e uma secretária adjunta, um chefe de gabinete e quatro auxiliares. No departamento de Turismo, o chefe de departamento e dois auxiliares. Como se pode verificar uma divisão desigual em que o turismo fica em desvantagem de pessoal para cumprir as tarefas necessárias ao bom desempenho do setor.

Em 2010, foi concedido pela PARATUR a Curuçá, o título de Município Turístico do Estado do Pará. Uma festa no Hangar, Centro de Convenções da Amazônia, marcou essa premiação, que contou com a presença da governadora Ana Júlia Carepa. Curuçá se fez representar ainda no V Salão de Turismo, em São Paulo e na Feira de Turismo da Amazônia (FITA). Segundo o secretário Paulo Aguiar

*[...] a região do Salgado foi representada por Curuçá, e além disso, foi o stand mais visitado Este evento foi mais visitado por levarmos daqui a coisa rústica, o turú no pau, a degustação do próprio turú, levarmos o nosso folclore, fizemos o nosso cortejo, cada ala representando um grupo que a gente apresenta no festival do folclore. Então isso chamou a atenção do próprio turista que esteve lá. (PAULO AGUIAR, 01/09/2010)*

Como se pode verificar, ações externas estão sendo desenvolvidas com sucesso, no entanto, internamente, ainda se faz necessário trabalhar alguns aspectos como a disponibilização de barcos para levar os interessados à Praia da Romana, não apenas no mês de julho, mas nos fins de semana. Se o turista quiser conhecer a referida praia, indo e voltando no mesmo dia, ele deve desembolsar no mínimo duzentos reais pelo frete do barco, sendo a alimentação um valor a parte. Se for para voltar no dia seguinte o valor aumenta, em média, cinquenta por cento, porque acresce o valor gasto com combustível, pois geralmente, o barqueiro leva o contratante, volta para Curuçá, e retorna apenas no dia marcado para apanhá-lo.

A mesma necessidade se apresenta em relação aos igarapés, já que depois de julho os ônibus deixam de fazer o roteiro para aqueles atrativos que ficam dependendo apenas de quem possui transporte próprio. Há que se repensar o fato de o turismo não ter uma secretaria própria, pois se Curuçá tem o título de Município Turístico do Estado, no mínimo, seria coerente ter uma secretaria autônoma, que tomasse as rédeas do desenvolvimento turístico local, sem ser “moleta” de outra secretaria.

Outra situação que deveria ser levada em conta é o fato de Curuçá ter em seu território uma Unidade de Conservação (UC), a Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Mãe Grande de Curuçá. Nesse contexto devem ser pensadas ações turísticas que valorizem aquele ecossistema de mangue, os saberes locais, isto é, um turismo sustentável e não apenas o turismo de sol e praia, como vem sendo desenvolvido pelo poder público local.

#### **4.2.1 O Instituto Peabiru e sua atuação em Curuçá**

O Instituto Peabiru é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) fundada em São Paulo no ano de 1998 e com sede em Belém desde 2004, cuja missão é “gerar valores para a conservação da biosociodiversidade das florestas tropicais, especialmente na Amazônia” (MEIRELLES; CARVALHO 2008, p. 13). Em Curuçá o Instituto Peabiru atua através do Programa Casa da Virada desde 2006.

Por meio do Instituto Peabiru, com apoio da Petrobras Ambiental e do Programa Criança Esperança ali têm se desenvolvido os seguintes projetos: Educação Ambiental, Agenda 21, Museu do Mangue, Biosócio-indicadores, clínicas de ONGs, Ecoturismo de Base Comunitária e Abelhas Nativas. O projeto de Educação Ambiental formou sessenta e oito



agentes ambientais em dois cursos semestrais de duzentas horas, assim como ministraram trinta mini-cursos e oficinas comunitárias sobre artesanato, ecoturismo, água, segurança alimentar, manejo sustentável e valor da floresta.

O projeto Agenda 21 permitiu a construção, de forma participativa e democrática, de uma agenda comum de sonhos e ações de cinquenta e duas comunidades de Curuçá. O Museu do Mangue – Ecomuseu – por meio das narrativas orais criou um acervo que visa a formação de coleção do patrimônio material de Curuçá. O Projeto Biosócio-indicadores teve por objetivo orientar as comunidades no monitoramento de políticas públicas, manejo de recursos naturais e sociais.

O projeto Clínica de ONGs, realizado pelo Peabiru, teve como objetivo a formação em assistência técnica, planejamento e mobilização de recursos para fortalecimento de oito organizações locais. O projeto Ecoturismo de Base Comunitária permitiu a formação de jovens capacitados como monitores de ecoturismo e o projeto Abelhas nativas possibilitou a implantação de criação de abelhas nativas (meliponicultura) para sessenta e oito famílias, em cinco comunidades, com especial atenção para mulheres e jovens.

Em que pese os projetos desenvolvidos pela Casa da Virada, percebe-se que, referente ao desenvolvimento econômico e participativo, pouca coisa tem mudado para os moradores locais provavelmente devido à descontinuidade política e os interesses dos diversos atores, além da falta de parceria entre os diferentes setores.

No mês de julho de 2010, o Programa Casa da Virada deixou de atuar em Curuçá, “apenas temporariamente”, segundo Xavier, responsável local do Peabiru, pois já existe verba aprovada para a instalação de novos projetos, faltando apenas à liberação desses valores para a continuidade dos trabalhos localmente.

#### **4.2.2. O Instituto Tapiaim: trajetória e atuação**

A criação do grupo Tapiaim, na fala de seu presidente, representa “*pensar o desenvolvimento local por meio da cultura e dos recursos naturais presentes aqui em Curuçá*” (W. G, 19/12/2010). A decisão de criarem um instituto segundo ele, “está ligada à necessidade do grupo de criar uma coisa muito maior. Não queria só trabalhar o ecoturismo,

mas sim com Educação Ambiental, com pequenos projetos para ação comunitária, com a questão da agricultura”

O nome Tapiaim vem de uma espécie de formiga (*Acromyrmex crassispinus* Forel) existente no local. E.C.M. C justifica a escolha desse nome assim:

*Tapiaim é a nossa mascote, típica aqui da região que tem como característica andar sempre sozinha, em sua trilha própria, é bastante valente, independente e muito companheira, ela quando encontra uma formiga de sua espécie ela põe na costa e leva, não sabe pra onde, ela leva mesmo. Isso tem um pouco a ver com a nossa saga, com a nossa atividade, né? O Tapiaim hoje, com o pouco recurso que tem quando alguém hoje tá precisando, questão principalmente de saúde, a gente não precisa reunir pra ajudar né, já é uma marca do grupo e que deixa a gente mais próximo aí com a questão da formiga. (E.C.M.C, 17/12/2010)*

Apesar de existirem desde 2006, como grupo Equilíbrio, foi somente no dia 12 de abril de 2009 que se instituíram legalmente como Instituto Tapiaim, com a aprovação do estatuto passando a ter autonomia em suas decisões, não mais ligados ao Instituto Peabiru. Inicialmente o grupo era composto, por 46 pessoas, reduzindo-se a dezesseis integrantes dos quais sete são mulheres e nove homens, nascidos em Curuçá com pais pescadores, professores, marisqueiras e agricultores. Desses dezesseis, apenas quatorze são atuantes no grupo, pois os outros dois, por motivo de trabalho e estudo, não têm participado das atividades desenvolvidas.

Parte do grupo está representada na Foto 09, tirada quando da realização do curso de formação para a criação da Cooperativa de Ecoturismo Comunitário de Curuçá.



Foto 15 Alguns integrantes que formam o Instituto Tapiaim  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

Os sentados da esquerda para a direita são: Renata, Taís, Alcilene, Juciele, Jonaia, Jaciara, Cristovão Junior. Os que estão em pé, na mesma ordem são: Joás, José Nazareno, Leandro Junior, Toninho, Ilson e Wherlesson. Desse grupo, a Taís, a Juciele, o Joás e o Toninho não fazem parte do Tapiaim, mas farão parte da cooperativa de Ecoturismo Comunitário de Curuçá. Segue a descrição dos treze membros atuantes

NOMES	IDADE	ONDE MORA	PROFISSÃO	FUNÇÃO NO TAPIAIM
R. J. L. C.	21 anos	Bairro Piauí	Agricultora	2ª secretária
A. dos R. O.	21 anos	Distrito do Abade	Encanador, eletricista e cabeleireiro	Vice- presidente
L. de S. N. J.	27 anos	Povoado de Curuperé	Músico, toca na banda Swing Massa	Nenhuma, é apenas membro.
J. da R. P.	20 anos	Povoado de Membeca	Agricultora	Compõe o Conselho Fisca
C. M. J.	27 anos	Núcleo urbano de Curuçá	Agricultor, pescador e pintor	Diretor de meio ambiente
F. da S. e S.	28 anos	Bairro Rodoviário	Agricultor	Compõe o Conselho Fiscal
W. G.	30 anos	Bairro Rodoviário	Técnico em informática	Presidente
I. J. L. das N.	28 anos	Distrito do Abade	Estudante de psicologia	Diretor de Relações Humanas
J. N. M. T.	30 anos	Núcleo urbano de Curuçá	Auxiliar de serviços gerais	Diretor de Eventos
A. A.F.	22 anos	Povoado de Santa Maria	Babá	Compõe o Conselho Fiscal
E. C. M. C.	36 anos	Núcleo urbano de Curuçá	Empreendedor do ramo de alimentos e bebidas	1º secretário
W. da S. G.	31 anos	Bairro Acanpa	Agricultor e motorista	Diretor de Turismo
J. M. S. R.	28 anos	Bairro Alto	Dona de casa	Compõe o Conselho Fiscal
J. M. C.	21 anos	Bairro Rodoviário	Pescadora	Tesoureira

Quadro 04: Perfil dos participantes do Instituto Tapiaim:

Fonte: pesquisa de Campo 2010.

A estrutura administrativa organizacional do Tapiaim, conforme mostra a Figura 11 está assim constituída até a próxima eleição, quando provavelmente os papéis serão modificados. O prazo de mandato de cada função, segundo Wherlleson Galvão é de cinco anos. Como a eleição da atual diretoria ocorreu em 2008, ainda faltam três anos para que esta seja substituída

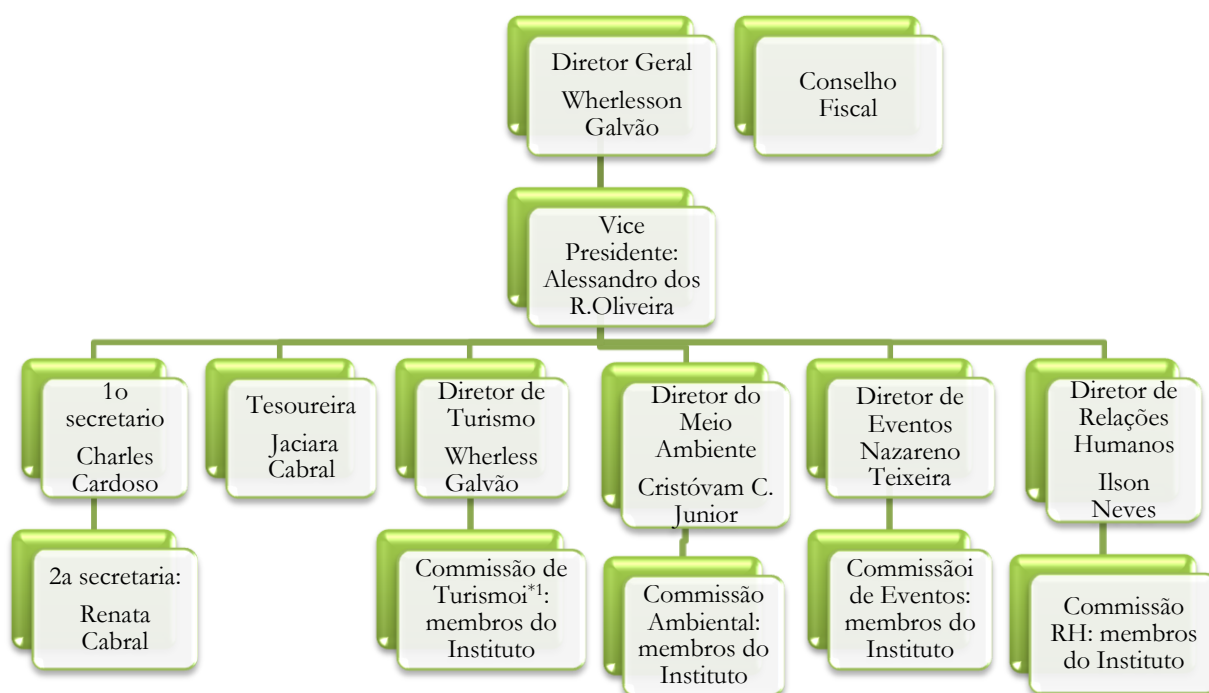


Figura 01 Estrutura administrativa do Tapiaim, com base em dados colhidos em entrevista de campo.

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Os quatorze entrevistados informaram que seus pais exercem as profissões conforme Quadro 05.

Profissão	Pai	Mãe
Pescador	5	0
Agricultor	2	4
Professor	0	4
Outros	3	3

Quadro 05 Profissões dos pais dos integrantes do Tapiaim

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Como mostra o Quadro 05 a maior parte dos integrantes do Instituto Tapiaim são filhos de agricultores, pescadores e professoras, sabendo-se que pode haver um imbrincamento destas atividades, com agricultores que fazem alguma atividade de pesca, ou pescadores e professoras que eventualmente façam algum tipo de cultivo agrícola. A atividade turística desenvolvida naquele meio rural surge com a expectativa de ser uma alternativa de geração de emprego e renda e que agregasse valor àquelas atividades desenvolvidas por seus pais.

Em seu estudo sobre as mudanças que vem ocorrendo no mundo rural em relação à reprodução social, Stropasolas (2006) aponta o acesso ao estudo como um dos fatores

responsáveis por essa transformação. No caso dos integrantes do Instituto Tapiaim, dos quatorze entrevistados apenas um não concluiu o ensino médio. Esse fato, aliado à formação técnica, permite que esses moradores vislumbrem outras possibilidades de desenvolver-se, além dos modos de produção que seus pais realizam.

Nesse sentido, para que haja o TBC, a manutenção das atividades da pesca e da agricultura são fundamentais. O TBC possibilita que o estudo desses jovens seja aproveitado em algo concreto, que lhes dêem oportunidade de outras relações tanto com o mercado, quanto com suas famílias.

#### **4.2.3. Instituto Tapiaim e TBC: uma relação de sucesso?**

Desde junho de 2008, quando o Tapiaim recebeu o primeiro grupo de turistas canadenses, até o final do período desta pesquisa (setembro de 2010), o Tapiaim já recebeu cerca de quatorze grupos de turistas. Como o instituto não tem estes dados documentados, usaremos por base dados da Estação Gaboraba, a qual firmou parceria com o Instituto Tapiaim com a vinda do segundo grupo de turistas em setembro de 2008. Essa é uma das operadoras que comercializa o roteiro do Tapiaim. Para o roteiro de Curuçá, ela é responsável pelo receptivo dos grupos em Belém, pelo transporte Belém-Curuçá-Belém, pelo intérprete (quando necessário) e pela hospedagem em Castanhal ou Marudá.

A sócio-fundadora dessa operadora de turismo, Ana Gabriela Fontoura informou que sua empresa apenas vende o roteiro que foi criado pelo Tapiaim. Ela não negocia com os fornecedores de Curuçá, parte que é de total responsabilidade do Instituto Tapiaim. Ela explica que os valores relacionados ao aluguel do barco para a praia da Romana, no valor de duzentos reais a diária, o valor do almoço na praia pago ao pescador, incluindo a explicação sobre o ofício da pesca que corresponde a doze reais, o valor da diária do guia de ecoturismo que varia de quarenta e sessenta reais e a contribuição para a comunidade, são valores estabelecidos pelo Instituto Tapiaim.

Fora esses valores, Ana Gabriela Fontoura explicou que sugeriu e foi instituída a criação de uma taxa de visitação paga por turista que compra o pacote, no valor de dez reais, para o fundo do Instituto Tapiaim. Informou que o pagamento dos valores cobrados pelo grupo, são feitos aos fornecedores sempre na presença de representante do Tapiaim, mantendo-se a orientação da Estação Gaboraba em a empresa nunca ganhar mais do que as

comunidades. Nesse sentido Ana Gabriela Fontoura “*sempre tem esse acordo da gente aqui nunca ganhar mais que a comunidade, não é só em Curuçá, isso é com toda comunidade que a gente trabalha em cada viagem a gente nunca ganha mais do que a comunidade envolvida na viagem*”(ENTREVISTA, 10/12/2010)

Os valores instituídos pela empresa de Turismo e pelo Tapiaim são sempre discutidos em conjunto, segundo Ana Gabriela Fontoura e os integrantes do Tapiaim. Quando da aplicação da décima nona pergunta do roteiro de entrevista direcionado ao grupo (É de seu conhecimento o valor da diária cobrada pelo Tapiaim aos turistas que compram esse roteiro?), obteve-se como resposta **14 não**s. Ou seja, todos os integrantes entrevistados disseram **não saber o valor do pacote ofertado pelo Tapiaim**. A intenção original da pergunta era compreender se o espaçamento das visitas estaria ligado ao valor do pacote, mas ali ficou evidenciado um outro problema, qual seja o de domínio dos valores praticados pelo organismo no qual as pessoas estão envolvidas.

Diante destas informações ficaram algumas indagações: Por que nenhum dos integrantes sabe (ou não revela quando indagado sobre) o valor cobrado pelo pacote elaborado numa planilha conjunta? Essa desinformação é mesmo verdadeira ou uma estratégia de preservação em relação a assuntos que não desejam comentar por considerarem de caráter sigiloso do grupo? Até aonde vai à autonomia do grupo se eles não sabem o valor do produto com o qual trabalham? Esse dado no TBC é fundamental. Não existe TBC sem o protagonismo local, sem autonomia de decisão.

Mesmo diante desse fato, o que se verifica é que a parceria entre a Estação Gaboraba e o Instituto Tapiaim apresenta-se como vantajosa no sentido da cooperação, do fortalecimento do empreendedorismo local, já que ambas têm sua origem no Estado do Pará. Quanto ao resultado dessa parceria, o Quadro 06 apresenta o histórico dessa relação, mostrando os grupos de turistas recebidos desde setembro de 2008. Com base nas informações cedidas pela direção da Estação Gaboraba, já que o Tapiaim não tem esse registro.

GRUPO	MÊS	ANO	DURAÇÃO DO PACOTE	NÚMERO DE VISITANTES	VALOR GERADO AO TAPIAIM E COMUNIDADES
Grupo 01	Setembro	2008	01 dia	22	R\$ 893,00
Grupo 02	Janeiro	2009	01 dia	03	R\$ 173,00
Grupo 03	Janeiro	2009	02 dias	04	R\$ 761,00
Grupo 04	Março	2009	01 dia	18	R\$ 825,00
Grupo 05	Julho	2009	03 dias	16	R\$ 1.488,00
Grupo 06	Julho	2009	02 dias	03	R\$ 702,00
Grupo 07	Setembro	2009	01 dia	14	R\$ 728,00
Grupo 08	Março	2010	01 dia	02	R\$ 454,00
Grupo 09	Março	2010	01 dia	15	R\$ 750,00
Grupo 10	Setembro	2010	01 dia	19	R\$ 888,00
			<b>TOTAL</b>	<b>116</b>	<b>R\$ 7.662,00</b>

Quadro 06 Histórico dos grupos Instituto Tapiaim.

Fonte Estação Gabiraba, janeiro 2011.

Como mostra o Quadro 06, os grupos deixam um ganho para o Instituto e as comunidades. Porém, o espaçamento das visitas se apresenta como um dos maiores entraves a ser solucionado. Observa-se que em 2010, apenas três grupos compraram o roteiro e isso acaba sendo um fator de desestímulo para alguns integrantes do Tapiaim. Dos **R\$ 7.662,00** os integrantes recebem diárias que variam de quarenta a sessenta reais, dependendo do roteiro a ser desenvolvido.

O Quadro 07 baseado na décima sétima pergunta do roteiro de entrevista apresenta os dados relacionados aos ganhos individuais no Tapiaim.



QUANTOS GANHARAM	QUANTOS NUNCA GANHARAM	QUEM GANHOU	QUANTAS VEZES GANHARAM	O VALOR GANHO
10 Integrantes	J. M. C. J. M. S. R A. A. F. L. S. N. J	J. R. F.	01 vez	R\$ 15,00
		W. C. G	03 vezes	R\$ 180,00
		W. G	05 vezes	R\$ 280,00
		I. J. L. N.	01 vez	R\$ 30,00
		A. R. O	05 vezes	R\$ 280,00
		C. M. C. J.	03 vezes	R\$ 180,00
		R. J. L. C.	01 vez	R\$ 60,00
		F. S. S	05 vezes	R\$ 300,00
		J. N. M. T.	01 vez	R\$ 40,00
		E. C. M. C	03 vezes	R\$ 180,00
			<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.545,000</b>

Quadro 07 Ganho individual com a atividade turística desde setembro de 2008.

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Estes dados nos levam a refletir sobre alguns aspectos: em mais de dois anos de empreendimento as visitas não foram suficientes para o ganho de todos os integrantes do grupo, pois financeiramente, quatro deles ainda não ganharam valor algum com essa atividade. Verifica-se que três integrantes ganharam mais que os outros. Essa situação está ligada ao nível de envolvimento das pessoas nas atividades do grupo e contraria uma das queixas da direção do Instituto Tapiaim, qual seja a falta de interesse de alguns componentes do grupo em relação às atividades a serem desenvolvidas.

Contudo, mesmo que essas hipóteses se confirmem, surge uma questão primordial apontada por Maldonado (2009, p. 31). “a finalidade da empresa comunitária não é o lucro nem a apropriação individual dos benefícios que são gerados, e sim a sua distribuição equitativa, através dos investimentos em projetos de caráter social ou de produção.”

Se levarmos em conta os dados do Quadro 06 o ganho dos integrantes do Tapiaim fica em torno de 20, 3 % daquele valor. Desse total, eles deixam dez por cento para um fundo do Instituto, então o valor do ganho individual acaba sendo menor ainda. Logo, se percebe que em ganhos reais, essa atividade não tem alcançado nível satisfatório de geração de renda para os integrantes do Tapiaim.

Nesse sentido Irving (2009) aponta que um dos princípios do TBC é a geração de benefícios que não sejam apenas emprego e geração de renda, contudo, a autora adverte que

devam ser criados mecanismos que possibilitem a divisão igualitária dos recursos advindos da atividade turística, para que esses benefícios não fiquem concentrados para apenas uma parcela dos grupos envolvidos, “como ocorre frequentemente em projetos comunitários” (IRVING, 2009, p. 116).

Quanto a esses benefícios de acordo com as respostas das questões seis, sete e oito respectivamente. Que benefícios, em sua avaliação você tem conseguido após fazer parte do Tapiaim? Você acha que esse projeto afetou sua vida diária, como? Fazer parte desse projeto está correspondendo a suas expectativas iniciais? Os integrantes analisam o ganho com essa atividade sob outros prismas, conforme mostra o Quadro 08 abaixo.

	RESPOSTAS	INTREGRANTES
<b>Benefícios</b>	Respeito ao meio ambiente	2
	Conhecimento ambiental	8
	Conhecimento intelectual	2
	Passou a ter voz na comunidade.	1
	Melhora da auto-estima	1
<b>No que sua vida foi afetada.</b>	Cuidado com o lixo	2
	Melhora da auto-estima	1
	Responsabilidade	2
	Compromisso com a comunidade	1
	Mudanças de hábitos	3
	Melhora na comunicação	2
	Mais conhecimento	3
<b>Acha que a vida diária não foi afetada</b>		3
<b>Expectativas iniciais</b>	Positivas em relação a conhecimento	14
	Negativas em relação ao ganho financeiro	9

Quadro 08: Análise individual das expectativas e do ganho real com o TBC em Curuçá

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Este quadro confirma que os integrantes do Tapiaim, a despeito de não terem lucros monetários elevados, avaliam positivamente os benefícios, as mudanças em relação à sua vida diária em vários aspectos. Em relação às expectativas iniciais, no que se refere a acesso a

conhecimento, todos são unânimes, porém sobre a expectativa de ganho financeiro as respostas são negativas para mais da metade dos participantes do grupo.

Outra questão que se fazia primordial: por que o Instituto Tapiaim não tem promovido ações que dê visibilidade no município, como o fato de não serem participantes no XXXIV Festival do Folclore, um dos eventos que atrai um fluxo turístico considerável para o município? No mês de julho de 2010 não atuaram com um posto de informação turística, no sentido de auxiliar visitantes e turistas que para ali se dirigem nas férias escolares. Nesse sentido a pergunta nove (Como você observa a gestão interna do grupo. Você acha que os papéis estão sendo desempenhados com eficiência?) permite uma noção de como a visibilidade do grupo está sendo desenvolvida.

De acordo com o exposto na Figura 01 que aponta as funções dos integrantes, na avaliação dos entrevistados três se auto-avaliaram negativamente e assumiram que não estão desempenhando suas funções como deveriam; quatro avaliam os outros como os que não estão fazendo o trabalho como deveriam; quatro se auto-avaliaram positivamente, porém negativamente aos outros, dois responderam que alguns desempenham bem suas funções, outros não; dois avaliam que todos não estão desenvolvendo suas funções como deveriam e acreditam que isso está ligado ao fato de não terem conhecimento específico do que devem fazer nessa função; um respondeu que todos estão desempenhando bem suas funções e um acredita o espaçamento das visitas à razão da falta de estímulo para o desempenho eficiente das funções. Contudo o departamento visto com mais deficiente em suas ações é o Departamento de Meio Ambiente, com três votos.

Como se vê predomina a análise negativa no desempenho das funções. Nesse caso, talvez fosse necessário haver um treinamento para o grupo com o objetivo da formação técnica na área administrativa. Quem sabe essa deficiência não será resolvida com os cursos que estão sendo ministrados para a criação da cooperativa. O uso internet talvez pudesse ajudar nesse sentido.

A questão doze do roteiro de entrevista (Como você vê a comunicação entre os membros do grupo?) tinha por finalidade saber como os integrantes do Tapiaim percebiam a comunicação interna no grupo, pois haviam queixas de que as informações não eram socializadas de forma ampla no grupo. Nessa acepção as respostas dadas serão visualizadas no Quadro 09, a seguir.

RESPOSTAS	QUANTIDADE
Boa	06
Falta de interesse de ambas as partes	03
Ponto fraco e complicado	04
Não respondeu	01

Quadro 09 Avaliação sobre a socialização da comunicação  
Fonte Pesquisa de campo, 2010

Como mostrado nesse quadro, a comunicação no grupo não pode ser considerada boa, já que mais da metade dos entrevistados aponta algum problema relacionado a esse tema. Mesmo alguns membros afirmando que utilizam de email e telefone para se comunicar com todos, está faltando um meio mais eficiente para atingir esse propósito.

Quanto aos roteiros elaborados pelo Tapiaim, foram feitas as seguintes perguntas: A décima terceira (Nos roteiros que são feitos nas comunidades, você como membro do Tapiaim foi consultado, foi ouvido para dar sua opinião sobre esses roteiros e seus atrativos?) A décima quarta.(Você conhece todos esses locais do roteiro (Muriazinho, Recreio, Pedras Grandes e Romana)? E a décima quinta (Você mudaria alguma coisa nesses roteiros? O quê?)

Na resposta da décima terceira questão houve **11 sim e 03 não**. Dos que responderam **não, dois** foram porque entraram no grupo depois de já haver sido criado esses roteiros. O outro afirmou que não sabe por que não foi consultado a respeito do assunto.

Para a décima quarta questão houve **04 não e 10 sim** e na décima quinta pergunta foram **11 não e 03 sim** como resposta. Nessa questão (15<sup>a</sup>) os que responderam sim, mudariam a trilha de Muriazinho. Nesse contexto, se observa que os roteiros são resultado de uma construção conjunta dos membros do grupo, que os locais são conhecidos por quase todos e que poucos mudariam alguma coisa nesses roteiros.

A décima oitava pergunta (Quando você foi monitor, como você percebeu a participação dos moradores locais?) tinha por objetivo saber qual a percepção dos integrantes do Instituto Tapiaim em relação à interação e a participação dos moradores dos povoados que fazem parte dos roteiros do Instituto. O Quadro 10 demonstra as respostas.

POUCA PARTICIPAÇÃO	PARTICIPAÇÃO SATISFATÓRIA	NÃO OPNARAM PORQUE NUNCA FORAM INSTRUTORES
02	08	04

Quadro 10 percepção quanto a participação dos moradores nas comunidades visitadas.  
Fonte Pesquisa de Campo, 2010

Se olharmos o fato já mostrado no capítulo anterior em que muitos moradores afirmaram não conhecer o Instituto Tapiaim e que os moradores dessas comunidades participantes dos roteiros em duas delas, Recreio e Pedras Grandes são familiares dos integrantes do Tapiaim, essa avaliação satisfatória não se sustenta. Além disso, não se percebe o protagonismo local, “o encontro”, a autogestão do negócio turístico.

Com base em informações obtidas na primeira fase da pesquisa na qual alguns membros afirmaram que o Instituto Tapiaim deixaria nas comunidades o valor de dez reais por visitante que faz o roteiro, foi perguntado aos integrantes do Tapiaim na vigésima pergunta do roteiro de entrevista (Você sabe se o Tapiaim deixa algum valor nas comunidades visitadas? Isso é feito como e de quanto é esse valor?). As respostas conforme mostra o Quadro 11, foram às seguintes.

RESPOSTAS DADAS	INTEGRANTES	VALORES	
		R\$ 5,00	R\$ 10,00
Sabe que deixa, mas não sabe o valor	04		
Sabe que deixa e sabe o valor	02	X	X
Sabe que deixa apenas em Muriazinho	02	X	
Não sabe o valor, pois afirma que isso é com a Estação Gabiraba	02		
Não sabe se deixa	02		
Não deixa nenhum valor	01		
Sabe que paga aos donos das propriedades visitadas	01		

Quadro 11: conhecimento relacionado ao valor deixado nas comunidades visitadas.  
Fonte Pesquisa de Campo, 2010.

Esses dados mostram um desnível de informações entre os membros do Tapiaim em relação a um conhecimento que deveria ser do domínio de todos. Uma das particularidades do TBC segundo Irving (2009), Coriolano (2009), Maldonado (2009) é a construção conjunta de todas as etapas do roteiro, o envolvimento de todos os atores, com informações detalhadas, articuladas entre fornecedores.

Nessa tabela, para a mesma pergunta existem sete respostas diferentes para o mesmo assunto. Dez sabem que se recebe alguma contribuição financeira, mas o grau de precisão deste saber referente ao valor é varia. Os que declaram não saber são apenas quatro, mas até onde esse saber é importante para eles? Há um dado que se torna relevante: a citação de Muriazinho por dois integrantes como sendo a comunidade que eles sabem receber o valor de cinco reais por visitante.

Em relação às parcerias locais foram feitas três perguntas, a vigésima segunda (Você acha que seria interessante ao Tapiaim ter parceria com o poder público local. Por quê?). a vigésima terceira (Você sabe com quais organizações e/ou instituições o Tapiaim tem parcerias aqui em Curuçá? E a vigésima quarta (O que você acha da postura do Tapiaim em não utilizar nenhum equipamento de hospedagem de Curuçá para hospedar turistas que compram o pacote turístico do instituto?). As respostas referente à vigésima segunda questão estão no Quadro 12 a seguir.

RESPOSTAS		RAZÕES MAIS APONTADAS
POSITIVA	09	Divulgaria melhor o município O turismo não se desenvolve sem parceria Isso tornariam as coisas mais fáceis
NEGATIVA	04	Devido não querer envolver o Instituto nas questões políticas de Curuçá, pois isso é muito forte localmente.
NÃO OPINOU	01	

Quadro 12 percepção a respeito da parceria público local.

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

O que se observa diante da maioria das respostas é que os integrantes acreditam que a parceria com o poder público local seria interessante para o Tapiaim e eles têm razão de pensar assim. O sucesso de um empreendimento turístico comunitário está diretamente associado às parcerias construídas por atores externos, como informa Maldonado “ONG, instituições acadêmicas, governo central ou local e cooperação internacional” (2009, p. 34).

Nesse contexto, se fechar ao diálogo, à cooperação, à interação com os diversos atores sociais é estar na contramão do processo. Nesse caso, quem sabe não seria interessante que os membros do Instituto Tapiaim repensassem essa postura e, em ação conjunta poderiam desenvolver melhor o turismo no município de Curuçá.

A vigésima terceira pergunta do roteiro de entrevista aponta que **nove** integrantes **não sabem** com quais instituições e/ou organizações locais o Instituto Tapiaim tem parceria em Curuçá. **Cinco** integrantes responderam **que sabem e quais são estas**: ICMBio, AUREMAG e Instituto Rio das Pedras. Com o ICMBio e AUREMAG não se pode afirmar que é uma parceria, já que o ICMBio é o órgão federal que faz a gestão das Unidades de Conservação no Brasil, portanto, qualquer atividade que seja desenvolvida dentro desses espaços, deve estar sob a supervisão desse órgão.

A AUREMAG é a associação dos usuários da Reserva Marinha Mãe Grande de Curuçá e, portanto, comporta todas as demais associações daquele município, logo, o Tapiaim deveria ser um de seus associados. Quanto ao Instituto Rio das Pedras, o Tapiaim fez apenas uma ação conjunta que foi a limpeza e reflorestamento da mata ciliar do Rio das Pedras, e por isso fica difícil analisar essa ação pelo prisma da parceria.

Quanto à resposta da vigésima quarta questão, **treze** entrevistados responderam **não ser a hospedagem no maior hotel da cidade viável do ponto de vista estrutural**. Já tentaram fazer isso duas vezes, mas os turistas não gostaram do ambiente, então eles preferem não colocá-lo como item de hospedagem do pacote. Nesse contexto, o TBC de Curuçá acaba deixando de gerar receita nessa área e, com isso, o ganho com essa atividade no município torna-se menor. Seria interessante então que fossem ofertadas as casas dos moradores para atender essa demanda que tem interesse por ficar em Curuçá.

Na época do Carnaval, essa prática já é feita pelo diretor do bloco Pretinhos do Mangue, com a especificidade que os moradores saem de suas casas para deixá-las para os hóspedes. No TBC, a convivência com os moradores é um dos atrativos (IRVING, 2008); (SAMPAIO, 2008), o que neste caso se transforma em contradição, uma vez que os moradores cedem o seu espaço para os visitantes e reduzem o grau de interação que seria possível caso permanecessem no mesmo espaço. Nesse sentido, os integrantes do Instituto Tapiaim poderiam procurar essas famílias e propor a elas hospedarem os visitantes que desejassem ficar em Curuçá, seria uma forma de promover a interação com os moradores e ainda gerar renda e conviencialidade.

Com o objetivo de obter respostas que explicasse a visão do grupo em relação à quantidade de grupos recebidos, se estavam dentro do esperado ou não, a que fatores eles atribuíam o espaçamento das visitas, se isso era visto como um problema ou não, foram feitas as seguintes perguntas: a vigésima sexta (Você lembra quando ocorreu a última visita de turistas recebida pelo grupo. A que você atribui o espaçamento dessas visitas?); a vigésima sétima (O valor do pacote é um fator determinante para isso?). As respostas mostradas Quadro 13 seguir, foram:

RESPOSTAS	QUANT.	RAZÕES MAIS APONTADAS
Não lembram	08	Poucos parceiros de captação;
Lembram que foi em 2010	03	Falta de divulgação;
Lembram que foi em 2009	01	Necessidade de criação de novos roteiros;
Não lembra, pois não é avisado	02	Falta de infra-estrutura turística em Curuçá; A distância do local; Pensa que o problema está na captação pelas operadoras.

Quadro 13: análise referente ao tempo das visitas e a percepção do grupo em relação a este espaçamento

Fonte: Pesquisa de campo 2010.

Algumas conclusões são possíveis diante dessas respostas: o fato de mais da metade deles não se lembrar da última visita pode estar relacionado tanto ao tempo intervalar entre uma e outra visita, assim como pode ser também falha na comunicação quanto à chegada dos grupos. Pode ser que não esteja havendo interesse da maioria do grupo em interagir com os demais sobre o que anda acontecendo nesse sentido, já que a diretoria do Tapiaim se queixa da falta de interesses de vários membros quanto às informações sobre os acontecimentos que dizem respeito às ações do grupo.

Quanto às razões apontadas para esse espaçamento das visitas, percebe-se que a necessidade de parceiros de captação vem em primeiro lugar, assim como a falta de divulgação. Nesse sentido, talvez a falta de parceria com o poder público local fosse interessante, pois seria uma forma de visibilidade interna para o Instituto Tapiaim e a possibilidade de representar o município em eventos relacionados ao turismo.

Percebe-se ainda a inércia do Instituto Tapiaim em não promover essa experiência por meios próprios, pois no momento não há um site para divulgação; em Curuçá não se encontra nada que indique ao visitante nem aos próprios moradores de que ali existe um grupo que trabalha o TBC naquele território, tanto quanto não tem havido a participação do mesmo em eventos locais, não há um esforço com objetivos de firmar parcerias com outras ONGs locais. Se turismo é um produto para ter espaço no mercado, faz-se necessário aparecer. Se fazer conhecido dentro do próprio município é portanto fundamental.

Quanto à resposta da vigésima sétima questão, **quatro** integrantes responderam **sim**, que acreditam que o valor do pacote cobrado é determinante para o espaçamento das visitas. **Seis** integrantes **não atribuem ao valor do pacote** o espaçamento das visitas. **Dois** integrantes **não souberam** determinar a razão desse espaçamento e **dois** integrantes responderam que **o valor do pacote pode ou não** ser um determinante nesse sentido.



Para analisarmos até que ponto essas respostas correspondem à realidade é necessário relembra a resposta da décima nona questão já analisada anteriormente (p. 103). Nela todos os quatorzes entrevistados afirmaram não saber o valor do pacote. Diante deste fato, fica difícil eles quantificarem se o valor do pacote é determinante para o espaçamento das visitas, pois se não sabem o valor cobrado como podem fazer juízo de valor nesse sentido.

Diante de alguns entraves que se apresentam em relação a essa experiência, queríamos saber a perspectiva do grupo em relação ao futuro do Instituto Tapiaim, já que essa formação do grupo está junta desde 2006. Então foi formulada a vigésima quinta questão (Em médio prazo - cinco anos - como você vê o Tapiaim?). As repostas estão contidas no Quadro 14.

INTEGRANTES	RESPOSTAS
01	Com escritório próprio, recebendo turistas e com casas para hospedá-los
02	Um grande instituto em Curuçá
03	Uma instituição em crescimento
04	Com uma sede, uma pousada e um restaurante comunitário
05	Cooperando com as comunidades
06	Ainda engatinhando
07	80% melhor do que está hoje
08	Estruturado e desenvolvido
09	Um grande projeto e recebendo muitos turistas
10	Com pousada e barco próprio
11	Mais conhecido e desenvolvido do que é agora
12	Avançando e fazendo o que atualmente não estamos
13	Realizando muitos projetos, mais conhecido
14	Todo estruturado e aproveitando os já formados agentes ambientais.

Quadro 14: visão dos integrantes do Tapiaim sobre o instituto em médio prazo.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

Considero vagas as projeções feitas pelos grupos, embora otimistas. Percebe-se que os sonhos são altos, mas falta ação em em torno de objetivos, dialogar com os diversos atores sociais e saber o que cada um tem e com o pode contribuir. Precisam assumir as rédeas da situação com o que já sabem e podem fazer, pois os recursos naturais e humanos para isso já existem, e os outros podem se buscar, se conquistar com força de vontade, cooperação e trabalho.

#### 4.2.4 O desenvolvimento local tem sido alcançado através da experiência do TBC pelo Instituto Tapiaim?

Vários estudos e conceitos sobre desenvolvimento têm sido criados no meio técnico-científico, no entanto Sen (2000) afirma que desenvolvimento é a “expansão da liberdade” e por essa abordagem ele sustenta que este:

[...] consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente suas condições de agentes. A eliminação de privações de liberdades substanciais, argumenta-se aqui, é *constitutiva* do desenvolvimento (SEN, 2000, p. 10).

Diante do exposto, observa-se que uma parte considerável da humanidade ainda está à margem das condições que evidenciam uma sociedade desenvolvida. Aliás, é o próprio Sen (2000) quem demonstra haver disparidades internas naquilo que se refere à qualidade e expectativa de vida entre países considerados desenvolvidos e aqueles que estão em regiões periféricas, quando demonstra que cidadãos negros americanos, embora sejam considerados ricos em relação aos habitantes afro-descendentes de outros lugares do planeta, suas chances de chegar a uma idade madura é absolutamente menor que os de outras sociedades consideradas pobres.

Como se pode ver essa noção de desenvolvimento tem se mostrado relativa devido a vários entendimentos sobre o assunto encontrado na literatura científica, a que aborda desenvolvimento como crescimento econômico<sup>7</sup>, ou ainda como afirma Souza (1997, p. 14):

[...] tomar o desenvolvimento econômico como sinônimo de desenvolvimento *tout court*, com efeito, é uma impropriedade, porque se aquele se reflete no processo em cujo bojo uma sociedade consegue produzir bens em maior quantidade, de melhor qualidade e com mais eficiência, ele concerne a meios e não a fins.

Essa afirmativa vem colaborar com o que aponta Sen (2000, p. 25): “as liberdades<sup>8</sup> não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais”. Contrariando essa abordagem o grande capital não mede esforços para alcançar seus

<sup>7</sup> Resume-se a uma conjugação de crescimento (expresso através de incremento do PIB, do PNB ou da renda nacional per capita) com modernização tecnológica (SOUZA, 1997 p. 14).

<sup>8</sup> “A visão de liberdade aqui adotada envolve tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas tem, dadas suas circunstâncias pessoais e sociais”. (SEN, 2000 p. 31).

objetivos, personificados nos grandes *clusters* empresariais que descentralizaram seu sistema de produção, pois isso lhes possibilita matéria-prima, incentivos fiscais e mão-de-obra barata nos países periféricos e emergentes.

Souza (2000, p. 25) discute a temática desenvolvimento sob a ótica sócio-espacial, e considera “o desenvolvimento sócio-espacial como a minimização (ou idealmente, a superação da injustiça social – ou (...) a minimização da desigualdade de oportunidade ao acesso aos meios para a satisfação de necessidades”. Este autor explica que as necessidades são variáveis de acordo com indivíduos ou grupo e que elas tem muito a ver com a “igualdade de acesso à tomada de decisão e com a participação, vale dizer, com autonomia” (SOUZA, 2000, p. 25).

Na atual conjuntura de desemprego e de subemprego não apenas em países periféricos, mas também nos centrais, percebe-se que a modernização tecnológica cooperou para essa situação. Além desses problemas, é comum as pessoas sofrerem de *stress*, solidão e depressão causadas pelo excesso de trabalho no desempenho de suas funções, a ausência do convívio com amigos e parentes, entre outros comportamentos atribuídos à sociedade moderna. Souza (1997) avalia modernização positivamente relativa quando se considera diferentes aspectos acerca da qualidade de vida de uma população e pergunta:

As novas tecnologias (e as novas espacialidades, os novos padrões de consumo) estimulam à criatividade e à convivialidade de seus operadores e usuários – ou antes, embrutecem o espírito e atomizam a sociedade? A modernização colabora verdadeiramente para uma vida mais saudável? A modernização contribui para uma participação mais ampla da população nos processos decisórios, para estimular uma cultura política mais democrática, para formar cidadãos mais conscientes, para uma maior liberdade individual e coletiva? (SOUZA, 1997, p. 15).

São perguntas como essas que tem levado uma parte da sociedade a pensar alternativas de desenvolvimento com bases na visão humanista, holística e ecológica em busca de caminhos e respostas para a crise do desemprego, da ausência de cidadania, da participação nas tomadas de decisões que influenciam diretamente a vida dos indivíduos.

Dentre essas alternativas aparece como estratégia de planejamento o desenvolvimento local e segundo Rozas (1998 apud MARTINS, 2002, p. 53):

Desenvolvimento local é organização comunitária em torno de um planejamento para o desenvolvimento por uma perspectiva de construção social, construindo (constituindo-se) assim em um instrumento fundamental de caráter orientador e condutor, de superação da pobreza.

O diferencial nesta afirmação é atribuir à comunidade o papel não só de beneficiária, mas de agente de desenvolvimento por meio da participação. O desenvolvimento local aflora sentimentos de pertença, de identidades coletivas e individuais com o lugar, pois segundo Martins (2002, p. 56) “este é o cenário interativo dos acontecimentos, onde os fenômenos naturais e humanos acontecem e produzem seus efeitos. Por isso não é apenas porção e sim síntese da totalidade sócio-espacial”.

É no lugar que o indivíduo interage bem de perto com a cultura, com os recursos naturais, é ali que vai se construindo o saber fazer, os modos de vida. É ali que o “habitus” se constitui e torna-se diferencial. Uma parte da sociedade caminha na perspectiva de encontrar outros desenvolvimentos que apontem para uma sociedade mais justa, mais humana; “refletir sobre o desenvolvimento como base local é negar-se a endossar a política e a economia que originam e reforçam assimetrias, que redistribuem muito aos poucos e o pouco a muitos, gerando e reproduzindo pobreza e exclusão” (RODRIGUES, 1997:10).

Para Oliveira (2001, p. 13) “o desenvolvimento local poderia criar um *locus* interativo de cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do bem comum”. Logo, por meio dele os indivíduos, se quiserem, podem criar situações efetivas de melhoria para suas vidas e o local onde habitam.

Desenvolvimento local para Martins (2002 p. 13) “é uma noção polissêmica e necessariamente composta tantas quantas sejam as dimensões em que se exerce a cidadania”.

No turismo o desenvolvimento local tem sido proposto como alternativa a uma tendência contrária aos processos dominantes do turismo empresarial e de massa. Isso se dá porque o turismo é uma atividade que se vale primordialmente do diferencial que os territórios oferecem. Bacca (2002) afirma: se o mundo fosse igual, não existiria turismo.

Nesse sentido para Rodrigues (1999) o desenvolvimento local é uma nova estratégia de indução ao desenvolvimento, que prevê a adoção de uma metodologia participativa, pela qual mobilizam recursos da sociedade civil, em parceria com o Estado e o mercado, para a realização de diagnósticos da situação de cada localidade, a identificação de potencialidades, a escolha de vocações e a confecção de planos integrados de desenvolvimento.

Ainda nesse contexto do desenvolvimento local, Rodrigues (1997) indica uma diferença na forma semântica do termo e prefere denominá-lo de desenvolvimento com base local. Neste argumento compartilha-se o entendimento da autora, por ser o termo uma expressão mais completa para exprimir as responsabilidades e transformações que este desenvolvimento possibilita. Para a autora, desenvolvimento de base local é

[...] a mobilização de um conjunto de sujeitos de uma determinada comunidade em torno de um objetivo comum, após o reconhecimento tanto dos entraves ao desenvolvimento quanto da alavancagem das potencialidades locais para a consecução de objetivos definidos, geralmente calcados na reestruturação socioeconômica que definirá novas territorialidades onde o poder local constitui o eixo condutor (RODRIGUES, 1997-, p. 6)

Logo, o desenvolvimento de base local envolve fatores sociais, culturais e políticos que não se regulam exclusivamente pelo sistema de mercado. Outras variáveis passam a ser importantes nesse contexto como geração de emprego e renda, habitação, saúde, lazer, cultura, saneamento, o bem estar da criança e do adolescente. O crescimento econômico não é excluído nesse processo, ele é importante, mas não é o fim, é apenas um dos meios para se alcançar o desenvolvimento local.

Assim, Rodrigues (1997) expõe que a diferença entre desenvolvimento local e desenvolvimento de base local é que este seria, “de fato, a sinergia que conduziria a uma melhoria da qualidade de vida das comunidades na microescala, melhoria esta que incluiria como princípio a conservação ambiental” enquanto o desenvolvimento local geralmente ocorre por iniciativa de agentes externos, neste caso, nem sempre as ações representam os verdadeiros anseios dos atores locais envolvidos.

Não adianta pensar em desenvolvimento sem levar em conta a sustentabilidade. O paradigma do desenvolvimento sustentável incentiva à busca por atividades econômicas que tenham por princípios utilizar os recursos naturais, mas que isso não inviabilize esse uso pelas gerações futuras. Se visto apenas pelo prisma econômico o alto custo social e ambiental gerado pelo turismo quando mal planejado é de fato negativo. Ruschmann (2002, p. 39) afirma que “o impacto do turismo sobre o meio ambiente jamais será nulo”. Mas vive-se tempos de reformulação das práticas e outras formas de pensar e fazer turismo têm surgido.

Nesse contexto a experiência de TBC desenvolvida pelo Instituto Tapiaim em Curuçá surge com a perspectiva de promover o desenvolvimento local conforme consta no artigo segundo de seu Estatuto (2009, p. 01) que trata dos objetivos: “implementar e desenvolver projetos de cidadania, educação social e ambiental, cultural, desportivos e de lazer com parcerias de organismos públicos e privados dentro deste município”.

Em pesquisa nas quatro comunidades para onde o Instituto Tapiaim leva os grupos de turistas, baseada nas dimensões que devem ser observadas no estudo de DLIS, com o objetivo de saber se essa experiência tem promovido o desenvolvimento local, foram observadas as seguintes dimensões: econômica. Institucional. Ambiental e social

A dimensão econômica em Muriazinho, apesar dos moradores não participarem diretamente com o receptivo turístico, principalmente numa experiência de TBC, que requer primordialmente o protagonismo local com tudo o que isso implica desde a prestação de serviços até a convivencialidade, cooperação, a participação, nas duas vezes que os grupos visitaram aquele povoado, foi deixado para a associação de moradores o valor de cinco reais por visitante.

Analisando a atividade turística verifica-se que ela não favoreceu a criação de novos empreendimentos, negócios e atividades econômicas na comunidade. Também não contribuiu para o fortalecimento/consolidação da atividade econômica, para a capacitação técnica e/ou gerencial da comunidade local, nem favoreceu a formação de parcerias entre o Estado, sociedade e mercado e o ganho com o turismo ali não tem sido relevante.

Quanto à dimensão institucional constatou-se que em Muriazinho não surgiu nenhum órgão, ou associação que trabalhe o turismo naquele povoado motivado pela ação do Instituto Tapiaim assim como não houve a criação de novos conselhos, grupos temáticos ou de trabalhos para apoio nessa iniciativa do turismo, nem a capacitação técnica por parte de alguma instituição na área da hospitalidade.

Na dimensão institucional Curuçá foi um dos municípios contemplados pelo edital 01/2008 do MTur, no entanto, o proponente do projeto contemplado neste edital que seria a criação da Cooperativa de Ecoturismo Comunitário de Curuçá é o Instituto Peabiru. A formação de capital social para essa cooperativa ainda está ocorrendo. No período da pesquisa, apenas curso modulares, com duração de dois dias ao mês estavam ocorrendo em Curuçá. Nas comunidades ainda não havia acontecido qualquer ação referente a formação de pessoal, para a efetivação desse projeto, logo, em relação a essa dimensão, não pode-se aferir qualquer ação do Instituto Tapiaim nas comunidades que fazem parte dos roteiros, pois, a administração do valor concedido pelo edital 01/2008 é responsabilidade do Instituto Peabiru.

Constatou-se que apenas quatro moradores do povoado tiveram relação direta com o Instituto e com grupos que visitaram aquele povoado. O morador B. C. que exerceu a função de guia local afirma não ter recebido nenhum valor por essa atividade. Como foi apenas duas visitas, nessas foi sempre ele quem desempenhou essa função, logo não teve tempo para rodízio de pessoas naquela função, ou seja, nesse sentido não houve a participação de outros moradores. O ganho com essa atividade é direcionada para a associação de moradores que utiliza o valor pago em benefício da associação e individualmente não se tem observado ganho financeiro com essa atividade em Muriazinho.

Quanto à sustentabilidade ambiental em Muriazinho, o morador G. F. A. e B. C afirmam que a ação do Tapiaim em trazer turistas para a comunidade contribuiu para que eles passassem a ter atitudes que antes não tinham como: não queimar mais o lixo doméstico, não desmatar as matas ciliares. Eles creditam essas ações às explicações dadas por alguns integrantes do Instituto Tapiaim, no momento em que foram fazer a trilha antes de levarem os grupos para ali. Nesse sentido, essa atividade teve êxito. Inclusive, o morador G. J. F. A. reflorestou a margem do igarapé de sua propriedade, indicando um comportamento diferenciado como resultado da relação com a atividade turística.

Na dimensão econômica no povoado de Recreio constatou-se que a atividade turística permitiu a relação de prestação de serviços na área da alimentação. Ali a moradora M. S. A. S., agricultora familiar é quem fornece almoço e/ou lanche para os grupos de visitantes trazidos pelo Instituto. Esse fato ocorreu por duas vezes e o primeiro grupo foi de quatro e o segundo de vinte e duas pessoas. A moradora M. S. A. S. afirma que na primeira vez, foi servido apenas lanche para o grupo. Para o segundo grupo de visitantes, ela preparou almoço e recebeu, por visitante, o valor de doze reais pelo preparo das refeições. Afirma ainda que embora esse valor não fosse estipulado por ela, mas pelo Instituto, acha um valor justo e seria bom se houvesse sempre as visitas.

Na comunidade de Recreio ela informa ser de seu conhecimento o Tapiaim ter contribuído com a associação de moradores apenas da primeira vez, pois foi ela quem fez a entrega do valor de vinte reais para aquela organização. Esta moradora informou também ser apenas ela que tem prestado esse serviço na comunidade. Portanto, essa atividade turística naquele local tem favorecido diretamente duas famílias, a da dona M. S. A.S e da dona do barco que faz a travessia do rio Muriá.

No que se refere à capacitação técnica e/ou gerencial da comunidade, a formação de parcerias entre o Estado, sociedade e mercado e ao ganho com o turismo, em Recreio, isso não tem sido relevante, pois fora o ganho das duas moradoras, a comunidade não tem se beneficiado de nenhuma outra ação pelo TBC apresentado pelo Instituto Tapiaim. No que se refere à sustentabilidade institucional, essa atividade não cooperou para o surgimento de nenhum órgão ou associação na área do turismo, assim como não houve capacitação técnica na área da hospitalidade no povoado.

A participação dos moradores no roteiro se resume à oferta de alimento pela moradora M. S. A. S. e C. P. S. os outros moradores não participam das atividades desenvolvidas em seu espaço, pois o integrante F. S. S. filho da moradora M. S. A. S. é quem exerce a função de guia

local. Em relação à sustentabilidade ambiental, em conversa com outros moradores, do universo de cinco, dois afirmaram não saber que existia esse grupo que promovia a atividade turística ali. Dos que conhecem a experiência, todos afirmaram que a atividade turística não tem causado mudança em relação à questão ambiental.

No povoado de Pedras Grandes na dimensão econômica, o TBC favoreceu apenas negócios na área de alimentação e do transporte. As duas vezes que o Instituto levou grupos para ali, foi à família de um ex-integrante do grupo quem forneceu alimentos para os visitantes, também pelo valor de doze reais. A experiência de TBC não contribuiu para o fortalecimento/consolidação da atividade econômica em nenhum outro aspecto. Não houve a capacitação técnica e/ou gerencial da comunidade na área da hospitalidade, o turismo não favoreceu a formação de parcerias entre o Estado, sociedade e mercado e o ganho com a atividade turística tem sido irrelevante, pois além da família do morador A. B. F. apenas o barqueiro que faz a travessia Abade/Pedras Grandes ganha com essa atividade ali.

O guia local era o morador A. B. F., e depois que ele se afastou do instituto, ainda não houve visita de grupos de turistas ali. Em relação à dimensão ambiental, não houve a criação ou surgimento de órgão ou associação ligada ao turismo, assim como não teve a criação de novos conselhos, ou grupos de trabalhos para apoio nessa iniciativa do turismo, nem a capacitação técnica por parte de alguma instituição na área da hospitalidade. Do universo de seis entrevistados, quatro afirmaram saber da atividade turística que o Instituto desenvolve no local, porém desses, apenas o morador A. B. F, sua família e o barqueiro obtiveram algum benefício com essa atividade.

A comunidade não participa do desenvolvimento dessa atividade em Pedras Grandes, não tem havido o rodízio de moradores no fornecimento de alimento, até porque isso ocorreu apenas duas vezes e a distribuição do ganho com a atividade turística ainda é setORIZADA e irrelevante. Quanto à dimensão ambiental, segundo os entrevistados, a atividade turística não tem alterado a maneira como a comunidade lida com as questões dessa área.

Na Praia da Romana, a dimensão econômica do TBC do Tapiaim tem permitido desde o primeiro momento um envolvimento maior dos moradores locais. Apesar da atividade de turismo do TBC não ter favorecido a criação de novos empreendimentos, pois segundo o dono da pousada inaugurada em junho de 2010 esse fato não tem ligação com a atividade desenvolvida pelo Instituto, até porque nenhum grupo de visitantes trazido pelo Tapiaim usou os serviços da Pousada Espadarte.



Para se chegar ali, necessita-se de alugar um barco. Nesse momento, essa atividade possibilita aos pescadores uma renda pela prestação desse serviço. Na Praia, o grupo almoça na casa do pescador e o valor pago por esse serviço é de doze reais por visitante. Ali também se verifica a interação dos visitantes com os moradores, pois estes explicam o ofício da pesca, fazem a demonstração de como isso é feito. Entretanto, como as visitas não são constantes, a atividade turística do Tapiaim não tem contribuído para o fortalecimento e consolidação dessa prática.

Esse não é um fato que esteja ligado apenas ao Tapiaim. A prefeitura local não investe com o objetivo de tornar aquela praia uma das opções de lazer e turismo para o município, já que as ações nesse sentido, quando acontecem, é apenas no mês de julho. No ano de 2010, naquele período, não havia barcos para levar os interessados até a Ilha Romana. Quem tivesse interesse de fazer esse passeio teria que desembolsar, em média, duzentos reais pelo aluguel do barco por apenas um dia.

Foi apenas no último final de semana de julho que a prefeitura disponibilizou um barco para esse fim. Assim, torna-se complicado fazer turismo tendo a Romana como destino. O TBC do Tapiaim não tem contribuído para a capacitação técnica na área da hospitalidade envolvendo os moradores da Romana. Se a frequência de grupos fosse maior, o ganho com essa atividade na Romana seria relevante, porém com todo esse espaçamento, essa atividade não apresenta resultado satisfatório. O ganho com TBC naquela praia ainda é restrito a poucos pescadores, isto é, mais precisamente a dois pescadores seu B. M. S e Z. G.. Até porque na praia da Romana, até junho de 2010, não tinha estrutura de hospedagem de turista. Esta praia era freqüentada mais por grupos de visitantes alternativos, que se dispõem ao turismo de aventura. Quanto à dimensão da sustentabilidade ambiental, não se conseguiu mensurar se a atividade turística tem contribuído de alguma forma nessa área.

Quanto à sustentabilidade do Instituto Tapiaim, percebe-se que as atividades que ele vem desenvolvendo no turismo, ainda não possibilitou ao grupo a compra de equipamentos relacionados à logística do Instituto. Nesse contexto se constata que o Instituto não tem sede própria, nem telefone, nem internet própria. O patrimônio constituído segundo seu presidente *“é dos coletes que o Peabiru nos deu, tem um binóculo, livros e um monitor”* (W. G. 14/08/2010).

Percebe-se que a “parceria” entre o Instituto e as comunidades para onde eles levam visitantes, se dá de forma restrita, apenas com os presidentes das associações, e onde existe

um mínimo de organização. Em outros lugares, como na Ilha Romana, isso se dá diretamente com os pescadores, sem intermediários.

A participação dos moradores nesse roteiro em duas comunidades: Recreio e Pedras Grandes ainda está limitada ao parentesco de alguns membros. Do universo de moradores entrevistados nas comunidades, apenas uma moradora de Recreio não demonstrou interesse em trabalhar com o Tapiaim no desenvolvimento dessa atividade em sua comunidade.

Entretanto deve-se ter a sensibilidade de compreender que nessas comunidades não há uma oferta ampliada de serviços na área da hospitalidade que envolve alimentos, bebidas, hospedagem, nem pessoas capacitadas para isto, o que leva a que haja uma espécie de reserva de mercado pelos que tem um mínimo de experiência para explorar esse setor.

Em relação às parcerias institucionais, o Tapiaim tem se fechado para o diálogo com os diversos atores sociais locais como o poder público municipal, ONGs e associações e isso acaba dificultando algumas ações que o grupo poderia executar em associação com estes parceiros.

Como em Curuçá a falta de emprego é um dos grandes problemas enfrentados pela população economicamente ativa, um dos integrantes do Instituto Tapiaim, W. G, resume isso quando afirma:

*... em Curuçá a gente percebe que os jovens eles se sentem infelizes, porque eu terminei meu ensino médio, me formei em magistério para mim dar aula, né, infelizmente a gente não pode exercer o cargo, porque é a questão: tem que ter concurso e outras coisas também né...não é fácil em Curuçá trabalho, por exemplo pegar um emprego assim, então o próprio jovem se sente desvalorizado (ENTREVISTA , 14/08/2010).*

O ETC desenvolvido pelo Instituto Tapiaim surgiu com a perspectiva de contribuir para a geração de emprego e renda para os moradores que formam o Instituto. Como as visitas não tem sido constantes, como já mostrado no quadro (07) sobre os ganhos individuais com essa atividade, os integrantes do grupo, sempre que surge oportunidade de trabalho em outro lugar, deixam Curuçá.

Com dois integrantes não foi possível conversar por eles estarem afastados justamente por causa de trabalho. Essa necessidade é tão forte que dois dos entrevistados do grupo afirmaram que tem sua carta de desistência do instituto pronta, esperando a hora de conseguir trabalho e nesse caso, se desligar do instituto se a oportunidade não for em Curuçá.

Diante do exposto, mesmo que o ETC seja uma atividade que deva ser desenvolvida em consonância com outras atividades que fazem parte do dia a dia das pessoas, e nesse caso,

as atividades rurais como agricultura e a pesca, faz-se necessário ter emprego nessas áreas, e isso, em Curuçá não é fácil. Logo, essa atividade por várias condicionantes não tem sido eficaz na permanência de seus membros naquele local.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme já mostrado nas linhas desse trabalho, o turismo tem sido apresentado por governos, organizações da sociedade civil, pela iniciativa privada e pelos diversos atores sociais como uma das atividades econômicas e sociais que mais cresceu nas últimas décadas. Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), esta atividade é responsável por um em cada nove empregos gerados no mundo e reúne cerca de cinquenta e seis segmentos da economia (BRASIL, 2005).

No Brasil como já foi mostrado, essa atividade tem crescido a cada ano sendo uma das apostas do governo brasileiro na geração de emprego e renda, preservação do meio ambiente, no alívio da pobreza. Contudo, apesar dos esforços empreendidos pelos diversos atores sociais na dinamização dessa atividade, em algumas regiões prevalece a reprodução atrofiada dessa atividade.

Na Amazônia, o turismo não tem se firmado como uma atividade geradora de crescimento e desenvolvimento econômico e socioambiental. O Estado do Pará apresentou uma ligeira queda no biênio 2008/2009 fato que revela, numa análise mais profunda que as imbricações relacionadas ao turismo, estão para além das percepções fugazes que alguns atores sociais evidenciam nos discursos e práticas que envolvem essa atividade.

A Região do Nordeste Paraense retrata muito bem essa realidade. Tem sido apontada pelo Programa de Turismo do Estado (2008) como uma das regiões prioritária para o desenvolvimento da atividade turística devido à multiplicidade de atrativos naturais e culturais que apresenta. No entanto, se percebe que no plano da ação, a descontinuidade política, a falta de planejamento e construção de infraestrutura tanto básica quanto turística, a ausência de uma política de turismo podem ser exemplos do que se apresenta como entrave para ações efetivas de dinamização desta atividade naquele espaço. .

Logo, estudar uma experiência de TBC que vem sendo desenvolvida por um grupo de moradores que tem sua base produtiva firmada na agricultura e pesca, mas que vê na atividade turística uma nova perspectiva de agregar valor à atividade desses setores, aliado a iniciativa de apoio dado pelas políticas pública governamental apresenta-se como desafio. Por ser uma experiência relativamente nova no cenário brasileiro, contudo instigante por ser planejada e organizada por indivíduos que tem histórias de vidas cuja prática turística não estava inserida em seu cotidiano, no entanto, se apropriam desta com um meio de desenvolverem-se com os recursos que tem em seus espaços.

Nesse contexto, conclui-se que a experiência de TBC desenvolvida pelo Instituto Tapiaim em Curuçá, como não poderia deixar de ser, apresenta situações que evidenciam fragilidades, mas também sucesso.

As situações de fragilidades percebidas estão ligadas aos aspectos da participação, da cooperação, do protagonismo local, da forma como essas comunidades foram inseridas nos roteiros, na distribuição dos ganhos nesses povoados e, principalmente entre os membros do grupo. Os fatores se prolongam em relação às parcerias com as operadoras de turismo, a ausência de uma gestão transparente no sentido de informação e comunicação. O isolamento do Instituto dentro do município em relação ao diálogo e parcerias com atores sociais importantes é marcante no que se refere a este aspecto da cooperação e associação que poderia potencializar esta atividade.

As fragilidades na participação essas são evidenciadas pela forma como as comunidades foram cooptadas a fazerem parte do roteiro. Apenas em Muriázinho o Tapiaim conversou antes com o presidente da associação de moradores, e talvez isso tenha acontecido por ali não morar nenhum integrante do grupo, pois nas comunidades onde isso ocorre, como é o caso de Recreio e Pedras Grandes, esse diálogo não aconteceu previamente.

Naquilo que se refere à distribuição dos ganhos nos povoados, se percebe que de fato isso ainda é muito incipiente e, quando acontece, em duas comunidades estão direcionados para familiares de membros do Tapiaim e dos barqueiros que realizam a travessia do rio Muriá. Nesse caso, uma clara apropriação circunscrita ao círculo familiar e privado, o que é comum em comunidades como esta.

Entretanto talvez esse seja um dos entraves que mais esforço requeira do Tapiaim se o desejo de trabalhar com o TBC seja a mola que mova o Instituto. A oferta da hospitalidade pelos moradores das comunidades como planejado pelo grupo requer formação direcionada e como se percebe, as dificuldades financeiras ocasionadas pela falta de emprego tanto pelos membros do Tapiaim quanto pelos moradores locais pode ser um agravante na busca desse objetivo.

Um dos grandes desafios desse grupo será encontrar formas de suprir essa necessidade de hospitalidade pelos moradores autóctones como requer uma oferta de TBC, em comunidades desvalidas de meios para essa oferta.

Em relação às parcerias com as operadoras que comercializam os roteiros do Tapiaim o instituto tem mostrado uma postura passiva tanto no que se refere ao número de parcerias, apenas duas efetivamente, pois com a última ainda não houve retorno, como também em

relação aos valores formulados. Mesmo ambas as partes afirmando que esses valores são discutidos e aprovados por todos, é incompreensível que nenhum membro do instituto afirme conhecer o valor do produto com o qual trabalham.

Outra situação que necessita ser resolvida é a comunicação interna do grupo. Há queixas sérias de alguns membros em relação ao monopólio das informações que deveriam ser socializadas para todos. Talvez aí esteja à razão de alguns membros terem um ganho maior que outros dentro do grupo.

Ainda deve-se reconsiderar a postura do Instituto em não buscar parcerias locais tanto com o poder público quanto com outras organizações sociais. É imprescindível compreender que qualquer atividade que tem como foco o desenvolvimento local não pode abrir mão de agregar os diversos setores em torno de seus objetivos. Ninguém, nenhuma organização no mundo globalizado chega a lugar algum sem ter apoio de outros parceiros.

Não se pode deixar de perceber que mesmo com todas as situações elencadas, essa experiência é exemplo de determinação, de resistência, de perseverança, de empreendedorismo local. Vê-se que esses moradores, estão em busca de se colocar no mercado de trabalho, de oportunizar aos agricultores familiares de seu município uma alternativa de agregar renda às atividades que envolvem essa prática.

É muito prazeroso ver que muitos deles mudaram o curso de suas vidas depois que passaram a integrar esse grupo. Decidiram estudar, aprenderam a ser multiplicadores do saber ambiental em suas comunidades. Perceber na fala deles que o conhecimento sobre o ecoturismo possibilitou-lhes um olhar diferenciado ao lugar que habitam; melhorou a auto-estima, os fez serem reconhecidos por algumas instituições local e nacionalmente.

No lado pessoal afirmam que passaram a ser mais comunicativos, sonham em fazer carreira universitária inclusive dois desses integrantes entraram no curso de Engenharia de Pesca da UFPA, Campus Bragança, pelo vestibular 2011. Tiveram oportunidade de viajar para participar de eventos em outros Estados representando o Instituto.

O TBC se faz de saberes e experiências, e esse processo não ocorrerá da noite para o dia, pois é uma construção diária, constituída por etapas, sempre revendo os acertos e os fracassos. Contudo, tem sido uma possibilidade viável de unir populações que ficaram à margem do processo de desenvolvimento, viabilizando a inclusão desta no mercado pela forma como esses povos tem conservado seus recursos naturais, sua cultura numa sociedade com tendências homogeneizante de cultura e modelos.

Logo, diante da análise dessa experiência e com base no que apontam os autores com os quais se dialogou e nas informações levantadas em campo este turismo trabalhado pelo Instituto Tapiaim se enquadra no que foi descrito como de base comunitária? Ou mesmo diante das fragilidades apresentadas poderia ser considerada de base comunitária por esta ter sido uma iniciativa dos moradores locais, já que o grupo cria e organiza o roteiro, isto é, o receptivo local.

Ou até onde uma iniciativa de turismo idealizada por um grupo de filhos de agricultores familiares e pescadores artesanais deixa de ser de base comunitária por não se enquadrar em alguns princípios do TBC como, por exemplo, a participação dos comunitários e a oferta de hospitalidade. Até onde esta iniciativa poderia ser desconsiderada como tal? Não seria também interessante levar em consideração essa experiência desenvolvida em uma Unidade de Conservação (RESEX Mãe Grande de Curuçá), na amazônica, região que necessita de iniciativas que levem em conta a preservação da natureza e a inclusão social da população autóctone.

Mesmo que a pesquisa tenha mostrado que há fragilidades nessa experiência, que o grupo enfrenta diversidade de problemas de ordens estruturais, administrativas, de relações internas e externas. Ainda assim, estas fragilidades não diminuem em nada os méritos desses moradores que persistem em querer transformarem as diversas situações de exclusão social a que seus territórios tem sido exposta por décadas. O turismo, nesse caso, tem sido o meio encontrado por esses moradores para se fazerem ouvir e vislumbrarem o desenvolvimento local e a cidadania plena, que perpassa pela conquista de direitos, que levem à expansão de suas liberdades

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Jalcione. A problemática do desenvolvimento sustentável. In. BECKER, Dinizar Fermiano (Org.). **Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.
- BACCA, Lauro Eduardo. O grande mito. In. **Redescobrimo a ecologia do turismo.** (Org). BARRETTO, Margarida; TAMANINI, Elizabete. Caxias do Sul: Edusc, 2002. p. 16-30. Coleção Turismo.
- BANDEIRA, Pedro. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Brasília, 1999.
- BARRETO, Margarida. **Manual de iniciação ao estudo do turismo.** Campinas: Papirus, 2003.
- BASA. Banco da Amazônia. **Plano de incentivo ao turismo na Amazônia.** Belém: 2008. Disponível em. <<http://www.bancoamazonia.com.br>>. Acesso em: 03 nov. 2010.
- BASA. Banco da Amazônia. **Plano de incentivo ao turismo na Amazônia.** Belém, 2008. Disponível em. <<http://www.bancoamazonia.com.br>>. Acesso em: 05 nov. 2010.
- BENI, Carlos Mário. **Análise estrutural do turismo.** 10 ed.. São Paulo: Senac, 2004.
- BENI, Mário Carlos. À política do Turismo. In. TRIGO, Luís Gonzaga Godoi. (Org.). **Turismo como aprender, como ensinar.** 3.ed. São Paulo. Senac, 2003.
- BENI, Mário Carlos. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil.** São Paulo: Aleph, 2006.
- BORDENAVE, Juan E. Dias. **O que é participação.** São Paulo: Brasiliense. 1994. Coleção Primeiros Passos 95.
- BRANDÃO, Carlos R. **Pesquisa Participante.** São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo 2003/2007: diretrizes, metas e programas.** Brasília, 2003. Disponível em. <<http://www.lib.utexas.edu>> Acesso em: 03/04/2010.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural.** Secretaria de políticas de turismo. Brasília. 2004.
- BRASIL. Setor de Turismo no Brasil: segmento de hotelaria. **BNDES Setorial.** Rio de Janeiro, n. 22, p. 111-150, set. 2005. Disponível em. <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 05 Mar. 2010.



BRASIL, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **II Plano Nacional e Reforma Agrária–2003/2007**. Brasília, 2007. Disponível em. <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 04 fev. 2011.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário / INCRA. **A reforma agrária que faz bem ao meio ambiente**. Brasília, 2007. Disponível em. <<http://www.mda.gov.br>> Acesso em: 15 fev. 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Política de Turismo. **Roteirização Turística**. Brasília: 2007. Disponível em. <<http://www.ibam.org.br>>. Acesso em: 18 jan.2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão**. Secretaria Nacional de Política de Turismo: Brasília, 2007. Disponível em. <<http://www.turismo.gov.br>> Acesso em: 12 nov.2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Turismo de sol e praia: Orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2008. Disponível em. <<http://institucional.turismo.gov.br>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Bolsa Família, 2009**. Disponível em. <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 03 jan.2011.

BRASIL, Associação Brasileira de Agencias de Viagens. **Turismo no Brasil: dados do turismo 2011**. Disponível em. <<http://www.brasilturismo.com/turismo/dadosdoturismo.php>>. Acesso em: 01 dez. 2010.

BRASIL, Associação Brasileira de Aviação. **Turismo no Brasil - dados do turismo, 2011**. Disponível em. <<http://www.brasilturismo.com/turismo/dadosdoturismo.php>> Acesso em: 01 dez. 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. **Balanco da gestão da educação 2003-2010**. Brasília, 2010. Disponível em. <<http://gestao2010.mec.gov.br>>. Acesso em: 03 jan. 2011.

BRASIL, Ministério do turismo. **Anuário Estatístico de Turismo ano base 2009c**. Brasília, 2010. Departamento de Estudos e Pesquisas. Brasília, 2010. v. .37, 225p. Disponível em. <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 02 fev. 2010.

BRASIL, Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Projetos de Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas – CGPE. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública**. Brasília, 2010a. Disponível em. <<http://www.turismo.gov.br>> Acesso em: 16/ fev.2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Política de Turismo. **Anuário Estatístico de Turismo 2010**. Brasília. v. 37, 1-225. 2008-2009. Disponível em. <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br>>. Acesso em: 21 jan.2010.

BRASIL: Ministério da Saúde. Coordenação Nacional de Saúde Bucal. **Pesquisa Nacional de saúde Bucal 2010**. Disponível em. <<http://portal.saude.gov.br>>. Acesso em: 03 jan. 2011.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. ed. 10ª. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

CAMARGO, Haroldo L. Fundamentos multidisciplinares do turismo: história. In. TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. (Org.). **Turismo como aprender como ensinar**. São Paulo: Senac, 2003.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. **Caderno de Ciência & Tecnologia**. Brasília. n. 1 v. 17, p. 11-40, 2000.

CARVALHO, Alan Francisco de. Política pública em turismo no Brasil..**Sociedade e Cultura**, v. 3, n. 1 e 2, jan/dez. 2000, p. 97-109. Disponível em. <<http://redalyc.uaemex.mx>> Acesso em: 29 nov. 2010.

CASTELLI, Geraldo. **Hospitalidade: Na perspectiva da gastronomia e da hotelaria**. São Paulo: Saraiva, 2005.

CELENTANO, Danielle; VERÍSSIMO, Adalberto. O avanço da fronteira na Amazônia: do Boom ao colapso. – Belém, PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2007. Disponível em. <<http://www.amazonia.org.br>>. Acessado em: 04 fev. 2011.

COELHO, Maria Célia Nunes. Natureza e discurso ecoturístico na Amazônia. **Revista Território**, ano 3, n. 5. jul./dez. 1998. Disponível em: [http:// WWW.revistaterritorio.com.br](http://WWW.revistaterritorio.com.br). Acessado em: 03 dez. 2010.

COMPARATO, Fábio Konder. A Nova Cidadania. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. Estado, reforma e desenvolvimento. v. 28/29. São Paulo: Cedec, 1993.

CORIOLOANO, Luiza Neide M. T. A exclusão e inclusão social e o turismo. n. 2. v. 3. **Pasos**. Revista de turismo e patrimônio Cultural. 2005. p. 295-304.

CORIOLOANO, Luiza Neide M. T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In. BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net>. Acesso em: 12 nov.2010.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Planejamento Governamental do Turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In. LEMOS, Amália Inês Geraiges de; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Maria Laura. (Org.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: CLACSO, 2006.

CUNHA, Paulo de Tarso Monteiro da Cunha. **Curuçá no passado, Curuçá no presente**. Belém – PA: Emater, 1987.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. São Paulo. Cortez: 1996.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. São Paulo: Futura, 2003.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento de turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

FIGUEIREDO, Elida Moura; FURTADO, Lourdes Gonçalves e CASTRO, Edna Ramos de. Trabalhadores da pesca e a reserva extrativista marinha Mãe Grande de Curuçá-PA. Impactos sócios ambientais da PA136. **Amazônia Ciência e Desenvolvimento**, Belém, v.5, n.9, jul./dez.2009. p. 231-252.

FIGUEIREDO. Silvio Lima. (Org.) **O ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia**. Belém-PA. NAEA/UFPA. 1999.

FREITAS et al. Henrique. O método de pesquisa Survey. **Revista de administração**. São Paulo. n. 3 v. 35, p. 105-112. Julho/setembro 2000. Disponível em. <<http://www.rausp.usp.br>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

FREITAS, Nádia Magalhães da Silva Freitas. **Desenvolvimento local e capital social**: uma análise interdisciplinar do processo de indução do DLIS. 2008, 288f. (Tese de Doutorado). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará, 2008.

FURTADO, Lourdes et al. Formas de utilização de manguezais no litoral do Estado do Pará. Casos de Marapanim e São Caetano de Odivelas. **Amazônia Ciência & Desenvolvimento**, Belém, v.1, n.2, p. 113-127. jan./jun.2006.

FURTADO, Lourdes Furtado; SANTANA, Graça; SILVEIRA, Isolda Maciel da. Caderno de Pesca: informes de pesquisa. Belém, v.4. Museu Paraense Emílio Goeldi., 2009.

FURTADO. Lourdes. Problemas ambientais e pesca tradicional na qualidade de vida na Amazônia. In \_\_\_\_\_ **Amazônia desenvolvimento, sócioidiversidade e qualidade de vida**. Belém: UFPA-NUMA, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010a**. Disponível em. <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 jan. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores de desenvolvimento sustentável Brasil 2010b**. Disponível em. <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 03 jan. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores de desenvolvimento sustentável Brasil 2010b**. Disponível em. <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 03 jan. 2011.

IRVING, Marta de Azevedo. Reiventado a reflexão sobre turismo de base comunitária. In. BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009. Disponível em. <<http://www.ivt-rj.net>>. Acesso em: 23 dez.2010.

JUNIOR, Angelo Benjamin da Costa Tadini; NITSCHKE, Letícia Bastorzeck; SZUSHMAN, Tami. Desenvolvimento Local sob a ótica do turismo rural na Agrivultura Familiar: um estudo de caso em São José dos Pinhais, PR. **III Encontro da ANPPAS – Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. 23 a 26 de maio de 2006. Brasília, 2006.

KRONEMBERGER, Denise Maria Penna; CARVALHO, Cacilda Nascimento; CLEVELARIO JÚNIOR, Judicael. Planejamento para o DLIS – Desenvolvimento Local Integrado Sustentável. O caso da Bacia do Jurumirim (Angra dos Reis, RJ). **Sociedade & Natureza**. Uberlândia n. 17. v. 33. 45-57. Dez, 2005.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney; CALDAS, Ricardo Warendorff. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008. Disponível em. <<http://www.biblioteca.sebrae.com.br>> Acesso em: 27 jan. 2011.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: Genesis, características e políticas. In. BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009. Disponível em. <<http://www.ivt-rj.net>>. Acesso em: 21 Jan. 2009.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Interações**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. n. 5. v. 3. p.51-59. Set, 2002.. Disponível em: <<http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n5>> . Acesso em: 05 Abr. 2010.

MATTEI, Lauro. Impactos do Pronaf: análise de indicadores. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural**. Brasília. 2005. 136 p. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/portal/nead/nead-estudos>> Acessado em: 16 mar. 2010.

MEIRELLES, João; SÁ, Hermógenes; CARVALHO, Suellem (Org.). **Uma experiência de intervenção socioambiental no Salgado Paraense**. Belém – PA: Supercores, 2009. 47 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org). DESLANDES, Sueli Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso; GOMES, Vera Lúcia. O dilema das políticas pública na Amazônia Brasileira e a particularidade do serviço social do Estado do Pará. In.

**Gestão Local e políticas públicas na Amazônia.** COCCO, Guiseppe; SILVA, Geraldo; BARBOSA, Maria José de Sousa. (Org). Rio de Janeiro. E-papers., 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma:** o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/ EAESP/FGV, 2001. 40p.

PARÀ. Governo do Estado da Pará. **Estatística Municipal de Curuçá.** Belém, 2009.

PARÀ. Governo do Estado do Pará. **Estatística Municipal de Curuçá.** Belém, 2009 Disponível em. < <http://iah.iec.pa.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

PARÀ. Governo do Estado do Pará. **Proposta de programa para o turismo 2008-2011.** PARATUR, 2008. Disponível em. <[www.paraturismo.pa.gov.br](http://www.paraturismo.pa.gov.br)> Acesso em: 08 jan.2011.

PARÀ. Prefeitura de Curuçá. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. **Arquivo Público,** 2009a.

PARÀ. Prefeitura de Curuçá. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. **Inventário da oferta turística de Curuçá,** 2009b.

PARÀ. Processamento de dados do estado do Pará. Programa Navega Pará, 2010. Disponível em. <<http://www.inclusaodigital.gov.br>>. Acesso em: 13 fev. 2011.

PEREIRA, Marcus Abílio; CARVALHO, Ernani. Boaventura de Sousa Santos: por uma nova gramática do político e social. **Lua Nova.** São Paulo, 73: 45-58, 2008.

PINTO, Paulo Moreira. Entrevista. Disponível em. <<http://www.semitur.com>>. Acesso em: 19 jan. 2011.

PINTO, Paulo Moreira. Políticas de turismo e sustentabilidade em comunidades tradicionais: perspectivas conceituais. **Boletim Do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Ciências Humanas, Belém, v. 2, n. 1, p. 11-22, jan-abr. 2007.

QUARESMA, Helena Doris de Almeida Barbosa CAMPOS, Raul Ivan Raiol de. Turismo como instrumento de ação coletiva em áreas pesqueiras do litoral da Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2, p. 139-147, mai-ago. 2006.

QUARESMA, Helena Doris de Almeida Barbosa. **O desencanto da princesa.** pescadores tradicionais e turismo de área de proteção ambiental de Algodual/ Maiandeuá, 2000. 233f. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento). Universidade Federal do Pará, 2000.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais.** 4 ed. Tradução: João Minhoto Marques. Maria Amália Mendes. Maria Carvalho. Rio de Janeiro: Gradiva, 1998.

REIS et al. Geraldo. **Diagnóstico do Município de Curuçá.** Prefeitura Municipal de Curuçá, 2010. Documento não publicado.

ROCHA, Genylton Odylon Rêgo da; TAVARES, Maria Goretti da Costa. **Ações de turistificação promovida pelos planejadores territoriais em uma cidade amazônica: o caso de Belém/Brasil.** Disponível em: <<http://conferencias.iscte.pt/viewpaper>>. Acesso em: 02 dez. 2010.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e ambiente, reflexões e propostas.** 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e desenvolvimento local.** São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: SERRANO, Célia. BRUHNS, Heloísa Turini.; LUCHIARI, Maria Tereza D. P. (Orgs). **Olhares contemporâneos sobre o turismo. Campinas – SP: Papyrus, 2000.** Coleção Turismo.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo no Brasil: Análise e tendências.** São Paulo: Manole, 2002  
SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; ZECHNER, Talita Cristina; HENRIQUEZ, Christian. Pensando o conceito de turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenha. In. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL, 2. **Anais.** Fortaleza, 2008.

SANSOLO, Davis Gruber. Centralismo e participação na proteção da Natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil. In. BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net>. Acesso em: 14 dez. 2009.

SANSOLO, Davis Gruber. Turismo e sustentabilidade na Amazônia: um novo conteúdo territorial e a experiência no município de Silves, Amazonas. n. 1. v. 1. **Pasos.** Revista de turismo e patrimônio Cultural. 2003. p. 39-50.

SANSOLO, Davis Gruber. **Turismo e sustentabilidade na Amazônia: um novo conteúdo territorial.** In. ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO DE BASE LOCAL, 5. Brasília, 2001.

SANSOLO, Davis Gruber; CRUZ, Rita de Cássia Ariza. Plano **Nacional de Turismo: uma análise crítica.** Caderno Virtual de Turismo. v. 3. n.4. 2003. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno>. Acesso em: 04 out. 2010.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e Cultural.** São Paulo. IEB/ISA: 2005.

SANTOS et al. Marcos Antônio Souza dos. Análise socioeconômica da pesca artesanal no Nordeste Paraense. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. In. CONGRESSO DA SOBER, 43. Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustria: Ribeirão Preto, 2005.

SANTOS, Milton. **O espaço do Cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, D

alva Maria da. Métodos participativos para a interação entre agricultores familiares, extensionistas e pesquisadores. In. **Agricultura Familiar: extensão rural e pesquisa participativa**. (org.) SCHMITZ, Heribert. São Paulo: Annablume, 2010.

SCHMITZ, Heribert; MOTA; Dalva Maria Mota. Agricultura familiar: elementos teóricos e empíricos. **Revista Agrotrópica**. Itabuna, v. 19, p. 21-30, 2007.

SEABRA, Giovanni. **Ecos do turismo**. Campinas; Editora Papirus, 2001.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo. Companhia das Letras: 2000.

SILVA, Fábio Carlos da Silva; SILVA, Luciene de Jesus Maciel. História regional e participação social nas mesorregiões paraenses. Belém: NAEA/UFPA; dezembro de 2008. **Paper do NAEA 226**,

SILVEIRA, Carlos Eduardo; PAIXÃO, Dario Luiz Dias. COBOS, Valdir José. Políticas Públicas de Turismo e a Política no Brasil: singularidades e (dês) continuidade. **Ciência e Opinião**. n. 1. v. 3. jan/jun, 2006. Disponível em: <http://cienciaeopinio.up.edu.br/> Acessado em: 29/11/2010.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Revista Território**. n 3. Jul./ dez. 1997.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O desafio metropolitano** – um estudo sócio-espacial nas metrópoles brasileira. Bertrand Brasil, 2000.

STROPASOLAS, Walmir L. Visões do mundo rural em conflitos. In: **O mundo rural do horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. pg. 243-311.

TOURAINÉ, Alain. Tradução de TEIXEIRA, Guilherme João de Freitas. **O que é a democracia?** Petrópolis – RJ: Vozes, 1996.

WWF Brasil. Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável. (Org.) Sylvia Mitraud.. Brasília: 2003. Disponível em: <http://www.bionica.info/biblioteca/Santos2003ManualEcoturismoComunitario2.pdf> Acesso em: 15/02/2011.

## APENDICES

### APENDICE A – Roteiro de entrevista semi estruturada, direcionadas ao Instituto Tapiaim

Nome

Idade

Profissão

O que faz atualmente

Onde mora

1-Sua comunidade recebe visita, ou seja, está no roteiro elaborado pelo instituto tapiaim?

2-Como você tomou conhecimento desse projeto?

3- E como passou a fazer parte desse projeto?

4- Você está no projeto desde quando?

5- É de seu conhecimento existir algum critério para fazer parte desse grupo?

6- Que benefícios, em sua avaliação você tem conseguido após fazer parte do tapiaim?

7- Você acha que esse projeto afetou sua vida diária, como?

8-Fazer parte desse projeto está correspondendo suas expectativas iniciais?

9- Como você observa a gestão interna do grupo. Você acha que os papéis estão sendo desempenhados com eficiência?

10- Na sua avaliação, qual a maior fragilidade do grupo e qual seu ponto forte?

11-Você sabe quantas pessoas formam o tapiaim. o que você acha dessa quantidade de membros. isso ajuda ou atrapalha as ações do grupo?

12-Como você vê a comunicação entre os membros do grupo?

13-Nos roteiros que são feitos nas comunidades, você como membro do tapiaim foi consultado, foi ouvido para dar sua opinião sobre esses roteiros e seus atrativos?

14-Você conhece todos esses locais do roteiro ( muriazinho, recreio, pedras grandes e romana)?

15- Você mudaria alguma coisa nesses roteiros. o quê?

16- Você já foi monitor nessas visitas?

17- Quantas vezes você já desempenhou nessa função e quanto ganhou com essa atividade?

18- Quando você foi monitor, como você percebeu a participação dos moradores locais?

19-É de seu conhecimento o valor da diária cobrada pelo tapiaim os turistas que compram esse roteiro?

20- Você sabe se o tapiaim deixa algum valor nas comunidades visitadas, isso é feito como e de quanto é esse valor?

21- Quando o tapiaim leva grupos de turistas às comunidades, você sabe se é feito algum procedimento antes desse grupo visitar essas comunidades. (se há algum contato prévio e como é feito isso)?

22-Você acha que seria interessante ao tapiaim ter parceria com o poder público local. por quê?

23- Você sabe com quais organizações e/ou instituições o tapiaim tem parcerias aqui em curuçá?

24- O que você acha da postura do tapiaim em não utilizar nenhum equipamento de hospedagem de curuçá para hospedar turistas que compram o pacote turístico do instituto?

25-Em médio prazo (cinco anos) como você vê o tapiaim?

26-Você lembra quando ocorreu a última visita de turistas recebida pelo grupo. a que você atribui o espaçamento dessas visitas?

27- O valor do pacote é um fator determinante para isso?



\*você acha que a mulher tem voz no tapiaim?

28- Qual a frequência de reuniões do grupo. Você é freqüente nessas reuniões?

29- E sobre o curso que está sendo ministrado cujo financiamento é pelo Mtur, você é freqüente nesse curso. qual a importância desse curso pra você?

30- Em que isso vai favorecer o tapiaim?

31- Vocês tem regras de cooperação entre membros do grupo e como isso se dá?

## APENDICE B - Questionário DLIS

### SUSTENTABILIDADE ECONOMICA

1 – O turismo favoreceu a criação de novos empreendimentos, negócios e atividades econômicas na comunidade?

2- o turismo contribuiu para o fortalecimento/consolidação da atividade econômica?

3- o turismo contribuiu para a capacitação técnica e/ou gerencial da comunidade local?

4- o turismo favoreceu a a formação de parcerias entre o Estado, sociedade e mercado?

5- o ganho com o turismo aqui tem sido relevante?

### SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL

1-Houve a criação, surgimento e algum órgão, associação aqui com o turismo?

2- Houve a criação de novos conselhos, grupos temáticos ou de trabalhos para apoio nessa iniciativa do turismo

3-Já houve capacitação técnica por parte de alguma instituição na área da hospitalidade aqui?

4-Como vocês participam dessa atividade turística?

5-Internamente como é feita essa participação?

6-Há um rodízio de pessoas nessa participação ou não?

7-Como é feita a distribuição do ganho com a atividade turística aqui na comunidade?

### SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

1-Quando a atividade turística passou a ser desenvolvida aqui na comunidade, houve uma preocupação maior com o ambiente?

2-Como isso foi materializado?

3-Como é feita a coleta de lixo aqui, se é feita, onde é colocado?

4-Aqui nesta comunidade há alguma área que já foi degradada e que hoje a comunidade tenta fazer/ou faz a recuperação e o que isso modificou para o lugar?

### SUSTENTABILIDADE DO PRÓPRIO TBC

1-Tem apoio logístico? Espaço físico, telefone, fax, internet

2-Como é feita a inserção da comunidade nesse roteiro turístico?

3-Essa comunidade tem interesse em continuar querendo parceria com o Tapiaim?

4-Como se dá esse fortalecimento, essa parceria?

5-Como a comunidade vem colaborando para garantir o turismo em seu território?

6-Ela é ativa ou passiva frente ao turismo?

## SUSTENTABILIDADE SOCIAL

- 1-Como o governo federal tem participado da comunidade local?
- 2- Quais projetos a prefeitura tem implementado ou apoiado aqui na comunidade?
- 3- qual o grau de envolvimento e apoio do governo local as iniciativas da comunidade?

## APENDICE C – Roteiros de entrevistas semi estruturadas direcionados aos Secretários Municipais

### Secretário de Cultura e Turismo

Nome:

Idade:

Profissão:

1-O que faz atualmente:

2-E como foi para você chegar até esse cargo? Quanto tempo você está nesse cargo?

3-Quantos funcionários têm a secretaria? Todos eles são concursados? Todos eles moram em Curuçá?

4-A secretaria de turismo de Curuçá tem parceria com a PARATUR? Como se dá essa parceria?

5-É de seu conhecimento ter em Curuçá projetos apoiados pelo MTUR? Quais? Como se dá esse apoio?

6-Você tem conhecimento de um instituto chamado Tapiaim aqui em Curuçá?

7-Como a secretaria tomou conhecimento desse grupo?

8-Vocês têm parceria com esse grupo? Caso que sim, como dá? Caso que não, por quê?

9-Por que uma secretaria de Cultura e Turismo em vez de apenas uma secretaria de Turismo?

10-Porque não tem um site?

11-Por Curuçá ser uma Reserva Extrativista Marinha, você me pode dizer qual tipo de turismo pode ser desenvolvido nesse espaço?

12-A secretaria de turismo tem uma cadeira no Conselho Deliberativo da RESEX?

13-Qual tipo de turismo é promovido pela secretaria de Turismo de Curuçá? (por que não o ecoturismo?)

14-Quais projetos estão sendo desenvolvidos na área de turismo?

15-Fale-me sobre o roteiro do sol.

16-O que representa para a secretaria de turismo o festival de folclore?

17-Qual é a importância do Carimbó?

18-Vocês têm uma estimativa de quantos turistas visitam esse festival? E do ano inteiro? Em quais meses o fluxo de turistas é maior em Curuçá?

19-O que a secretaria de turismo considera como atrativos turísticos de Curuçá?

20- Qual é a postura da secretaria diante da iminente proposta de construção do porto de Espadarte na Praia da Romana?

### Secretaria do Meio Ambiente

Nome:

Idade:

Profissão:

1-O que você faz atualmente?

2-E como foi para você chegar até esse cargo?

3-Quanto tempo você está nesse cargo?

- 4-Quantos funcionários têm a secretaria? Todos eles são concursados? Todos eles moram em Curuçá?
- 5-Quais tipos de projetos são desenvolvidos pela secretaria do Meio Ambiente?
- 6-É de seu conhecimento ter em Curuçá projetos apoiados pelo MMA? Quais? Como se dá esse apoio?
- 7-A secretaria desenvolve algum projeto em parceria com a AUREMAG ou o ICMBio? Como se dá essa parceria?
- 8-Em relação ao meio ambiente que mudou com a criação da Reserva Extrativista aqui e Curuçá?
- 9-Em relação ao meio ambiente que mudou com a chegada do ICMBio aqui e Curuçá?
- 10-Você tem conhecimento de um instituto chamado Tapiaim aqui em Curuçá?
- 11-Como a secretaria tomou conhecimento desse grupo?
- 12-Vocês têm parceria com esse grupo? Caso que sim, como dá? Caso que não, por quê?
- 13Qual é a postura da secretaria diante da iminente proposta de construção do porto de Espadarte na Praia da Romana?

#### Secretaria de Agricultura

Nome:

Idade:

Profissão:

1-O que você faz atualmente?

2-E como foi para você chegar até esse cargo?

3-Quanto tempo você está nesse cargo?

4-Quantos funcionários têm a secretaria? Todos eles são concursados? Todos eles moram em Curuçá?

5-É de seu conhecimento ter em Curuçá projetos apoiados pelo Ministério de Agricultura ou o

6-Ministério do Desenvolvimento Agrário? Quais? Como se dá esse apoio?

7-A secretaria desenvolve algum projeto em parceria com o sindicato de trabalhadores rurais, .... ou .....? Como se dá essa parceria?

8-A secretaria desenvolve algum projeto em parceria com a AUREMAG ou o ICMBio? Como se dá essa parceria?

9- Como a secretaria foi envolvida na implantação do projeto do INCRA?

10-Quais tipos de projetos são desenvolvidos pela secretaria da Agricultura?

11-Como você vê a reserva como instrumento no desenvolvimento da agricultura familiar?

12-Como você vê a reserva como instrumento para uma melhoria da qualidade de vida para os pequenos agricultores de Curuçá?

13-Em relação à agricultura que mudou com a criação da Reserva Extrativista aqui e Curuçá?

14-Em relação à agricultura que mudou com a chegada do ICMBio aqui e Curuçá?

15-As áreas agrícolas se encontram dentro do espaço delimitado da reserva? Caso que sim, quais são as regras de uso desse espaço?

16-Em Curuçá qual o sistema agrícola é predominante?

17-Qual é o produto mais cultivado na agricultura de Curuçá? E onde é vendido?

18-Tem uma estimativa de quanto é consumido dentro de Curuçá?